

MARIO JOÃO FIGUEIREDO

**A CONFIGURAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO NA SOCIEDADE  
CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA**

Tese apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Doutor, Curso de Pós-  
Graduação em Economia – Área Desenvolvimento  
Econômico, Setor de Ciências Sociais da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Claus Magno Germer

**CURITIBA  
2003**

F475     Figueiredo, Mario João  
          A configuração econômica do Estado na  
          sociedade capitalista contemporânea / Mario João  
          Figueiredo. – Curitiba, 2003.  
          ix, 169 f.  
          Tese (Doutorado) – Setor de Ciências Sociais  
          Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

1. Estado. 2. Teoria marxista. 3. Capitalismo

CDD – 19<sup>a</sup> - 335.4



## PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico para realizar a arguição da Tese de Doutorado apresentada pelo candidato **Mário João Figueiredo**, sob o título "**A configuração econômica do estado na sociedade capitalista contemporânea**" após arguir o candidato e ouvir suas respostas, deliberou-se aprová-lo, com base nas seguintes notas: **Professor Claus Magno Germer (8,5)**, **Professor Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (8,5)**, **Professor Paulo Balanco (8,5)**, **Professor Silvio Antônio Ferraz Cario (8,5)**, **Professor Igor Zanoni Carneiro Leão (8,5)**, do que resulta a **média (8,5), equivalente ao conceito (B)**, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau e o diploma de Doutor em Desenvolvimento Econômico. Curitiba, 10 de junho de 2003.

Prof. Claus Magno Germer  
Presidente

Profa. Maria de Lourdes Rollemberg Mollo

Prof. Paulo Balanco

Prof. Silvio Antônio Ferraz Cario

Prof. Igor Zanoni Carneiro Leão



Dedico este estudo a todos os homens e mulheres do mundo que lutaram, e aos que ainda continuam lutando, por um mundo justo humano e democrático. Um mundo sem ódios, sem guerras e sem exploração de um ser humano por outro. Um mundo em que todos tenham o direito de ser diferentes.

## AGRADECIMENTOS

À Sandra, parceira de todas as horas que, além de dividir comigo todas as angústias e dificuldades, me ajudou na construção deste estudo e desobrigou-me de muitas das desgastantes tarefas do cotidiano familiar. Sem sua ajuda, críticas e apoio não tenho certeza se teria conseguido chegar ao fim desta empreitada.

Às minhas quatro filhas: Sylvia Tatiana, Maria Schirley, Ana Luisa e Júlia Rafaela pela torcida, incentivo e por entender as ausências e falta de atenção.

À Angela, primeira companheira, que acompanhou e incentivou grande parte de minha vida, pela revisão bibliográfica do texto.

Aos meus pais Pedro e Ana Alice por terem vencido todas as dificuldades de pequenos produtores e conseguido que seus nove filhos concluíssem, ao menos, um curso superior.

Aos meus irmãos pelo incentivo, em especial ao Pedro, que não está mais entre nós.

Ao amigo Professor Doutor Claus Magno Germer, homem forte, de visão histórica, que não se verga à teoria dominante e que busca de modo incansável os fundamentos dessa sociedade. Agradeço pela competente orientação e pelo rigor teórico e metodológico exemplares, que me impediram de desanimar e desviar-me do caminho proposto.

Aos membros da banca de qualificação, os Professores Doutores, Francisco de Borja Magalhães Filho, José Henrique de Faria e Igor Zanoni Carneiro Leão, que, ao se defrontarem com um estudo cheio de lacunas e intenções, não apenas apontaram as falhas metodológicas e teóricas, como contribuíram na escolha do caminho restante a ser percorrido.

Aos Professores Doutores, Igor Zanoni Carneiro Leão, Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, Paulo Antônio Freitas Balanco e Sílvio Antônio Ferraz Cário por terem gentilmente aceito o convite para participar da banca de defesa desta tese.

Aos amigos Ari e Elza Frozza pelo exemplo de lisura, dignidade e luta.

Aos amigos Carlos Alberto Richa (Beto Richa), e Ezequias Moreira Rodrigues pelo decisivo apoio, sem o qual ter-me-ia sido extremamente difícil a frequência e acompanhamento do curso.

Aos colegas e amigos Neusa Edite Alba Gieste e Geneci de Oliveira pelo apoio, incentivo e companheirismo.

À amiga Marise Manoel pela revisão do texto final, tornando-o melhor.

À todos aqueles que, por meio de críticas ou apoios, me ajudam a procurar ser amigo, profissional e ser humano sempre melhor.

“Entretanto, os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, em que pese à confusa diversidade de suas formas, têm de comum o fato de que todos eles repousam sobre as bases da moderna sociedade burguesa, ainda que em alguns lugares esta se ache mais desenvolvida do que em outros, no sentido capitalista. Neste sentido, pode-se falar do ‘Estado atual’, em oposição ao futuro, no qual sua atual raiz, a sociedade burguesa, ter-se á extinguido”. Karl Marx.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>viii</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>ix</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1 A CONCEPÇÃO DE ESTADO SEGUNDO MARX, ENGELS E LÊNIN.....</b>	<b>5</b>
1.1 O ESTADO NA VISÃO DE MARX E ENGELS.....	5
1.2 O ESTADO PARA LÊNIN.....	38
<b>2 O ESTADO PARA OUTROS AUTORES MARXISTAS.....</b>	<b>48</b>
2.1 O CONCEITO DE ESTADO ENQUANTO ABSTRAÇÃO.....	53
2.2 FUNÇÕES E CARÁTER DO ESTADO BURGUESES.....	58
<b>3 AS FUNÇÕES ECONÔMICAS E A SUSTENTAÇÃO DO ESTADO BURGUESES...</b>	<b>82</b>
3.1 MARX E A LEI DE TENDÊNCIA À QUEDA DA TAXA DE LUCRO.....	82
3.2 A DISTRIBUIÇÃO DA MAIS-VALIA.....	87
3.3 A SUSTENTAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO BURGUESES.....	92
3.3.1 O Significado das Leis Fabris.....	104
3.4 FUNÇÕES ECONÔMICAS DO ESTADO BURGUESES.....	115
<b>4 A CONFIGURAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO.....</b>	<b>122</b>
4.1 O ESTADO DE BEM-ESTAR – WELFARE STATE.....	125
4.2 O ESTADO NEOLIBERAL.....	139
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>160</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>166</b>

## RESUMO

O objeto deste trabalho é a configuração econômica do Estado na atual fase de desenvolvimento da sociedade capitalista. Defende-se que o Estado, no presente contexto socioeconômico, vem assumindo nova configuração, que o tornará apto a responder às exigências ditadas pelo patamar atual de desenvolvimento do capitalismo. À medida que a forma de acumulação vai sendo modificada, as funções e o papel do Estado também se modificam. Contudo, não mudam suas características essenciais, pois este é um Estado historicamente datado: é o Estado do modo capitalista de produção. Pretende-se demonstrar que tais mudanças não afetam o caráter do Estado, a despeito das formas que ele assuma ao longo do tempo. Busca-se comprovar essa tese por meio da análise das formas de Estado de Bem-Estar Social e Neoliberal, utilizando-se, como ferramenta metodológica, o materialismo histórico, e como fundamentação teórica a teoria marxista. Ao se discutir a configuração do Estado na atualidade, como forma de representação do Estado capitalista, pretende-se relacioná-lo às correspondentes estruturas materiais subjacentes da sociedade, em que tal forma se apresenta, e no contexto das leis de movimento do modo de produção capitalista. O estudo se inicia pela explicitação do pensamento marxista sobre o Estado, resgatando-se os apontamentos de Marx e Engels sobre o tema, seguindo-se à análise que Lênin fez sobre o assunto. Inclui-se ainda no estudo outros autores marxistas que analisam o Estado. A primeira parte do estudo objetiva explicitar os principais conceitos que, sob a ótica marxista, apontam a origem do Estado, suas funções - em especial sua função econômica, papel e caráter -, fundamentalmente no modo de produção capitalista. Busca também elucidar duas outras questões: que a sustentação econômica do Estado capitalista é feita pela mais-valia extraída aos trabalhadores e as razões da classe capitalista sujeitar-se a “abrir mão” de parte do lucro (mais-valia) para sustentar o aparato Estatal. Em seguida, analisa-se o Estado atual, por meio do estudo das formas do Estado de Bem-Estar Social e Neoliberal. Neste último, dá-se especial importância à análise do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1997, do Banco Mundial, que discute justamente “O Estado em um mundo em transformação”.

Palavras-chave: Estado, capitalismo e teoria marxista.



## **ABSTRACT**

The present work aims at showing the State economic configuration within the development phase capitalist society is going through nowadays. This thesis author supports the idea that in the present socio-economic context this State has a new configuration, which allows it to meet the requirements of the capitalism current development. State functions and role are modified as the accumulation form changes. Nevertheless, its essential characteristics do not change seeing that this State is historically dated: it is the capitalist mode of production. This study aims at demonstrating that such changes do not affect the State character, despite the different forms it shows as time goes by. It does so through analyzing the forms of social welfare and neo-liberal State, using the historical materialism as a methodological tool and the Marxist theory as a theoretical fundament. When discussing the State current configuration as a form of representing the capitalist State, the author's objective is to connect it to the society subjacent context of the corresponding material structures, in which such form is presented, and to the movement laws of the capitalist mode of production. The present text starts explaining the Marxist ideas concerning the State through using Marx and Engels notes and analysis by Lénin and other Marxist authors on the theme. This first part explains the main Marxist concepts on the State origin and functions – mainly economical function, role and character – essentially concerning the capitalist mode of production. It also clarifies two other issues: a) why the capitalist State economic sustainability is carried out through expropriating the worker surplus-value, and b) reasons for the capitalist class to relinquish part of their profit in order to support the State apparatus. After that, it analyses the current State by studying its forms of Welfare and Neo-liberal State. Finally, the author highlights the analysis of the 1997 World Development Report by the World Bank on the subject: "The State in a Changing World".

Key-words: State, capitalism and Marxist theory.

## INTRODUÇÃO

O objeto deste trabalho é a configuração econômica do Estado na atual fase de desenvolvimento da sociedade capitalista. A tese que se defende neste estudo é a de que o Estado, no presente contexto socioeconômico, vem assumindo uma nova configuração, que o tornará apto a responder às exigências ditadas pelo patamar atual de desenvolvimento do capitalismo sem, é claro, perder seu caráter de Estado capitalista. Ou, dito de outro modo, à medida que o modelo de acumulação vai sendo modificado, as funções e o papel do Estado também se modificam. Contudo, não mudam suas características essenciais, pois este é um Estado historicamente datado; é o Estado do modo capitalista de produção.

A busca da comprovação dessa tese é feita por meio da análise das formas de Estado contemporâneas – o Estado de Bem-Estar Social e o Estado Neoliberal – utilizando-se como ferramenta metodológica o materialismo histórico. Para ENGELS (1990), a concepção materialista da história tem como ponto de partida a premissa de que a produção, juntamente com a troca de produtos, constitui-se na base de toda a ordem social. Dessa forma, para ele, em todas as sociedades que “desfilam pela história”, a distribuição dos produtos, bem como a divisão da sociedade em classes, é determinada pelo que essa sociedade produz, pelo modo como ela produz e pela forma com que troca tais produtos: “O *materialismo histórico* – ou ciência da história – tem como objeto o conceito de história, através do estudo dos diversos modos de produção e formação sociais, da sua estrutura, da sua constituição e do seu funcionamento, bem como das formas de transição de uma formação social para outra” (POULANTZAS, 1986, p. 11, grifo no original).

Além disso, para esse autor, invocando Marx, o materialismo histórico contém uma hierarquia de três caracterizações teóricas. A primeira, cujos conceitos conduzem todo o seu campo de pesquisa, é caracterizada como teoria geral. Nela, portanto, estão contidos os conceitos de modo de produção, formação social, apropriação real, propriedade, combinação, ideologia, política, conjuntura e transição. São esses conceitos que permitem ao materialismo histórico determinar seu conceito de história, que é seu objeto. A segunda, teoria regional, é a que permite caracterizar um modo de produção, ou uma formação social. Por último,

tem-se a teoria particular, a qual individualiza um determinado modo de produção, como, por exemplo, o modo de produção feudal, o escravagista, ou o capitalista.

A fim de explicitar melhor a metodologia utilizada neste estudo, considera-se importante referir-se às duas proposições fundamentais do materialismo histórico (e também do materialismo dialético). A primeira é a que se refere à distinção entre o concreto real, que existe independente da vontade, e os processos de pensamento. O trabalho teórico parte do conhecimento, percepções, noções que se tem do objeto (concreto) real, com base na atividade prática do ser humano, e não desse objeto em si. Ou seja, a produção teórica busca, a partir desse conhecimento, dessas percepções, conhecer, explicar esse objeto. Essa explicação é o concreto pensado, a síntese das múltiplas determinações, referidas por Marx. Entretanto, como bem pontuou Poulantzas, se o processo de pensamento tem como objetivo o conhecimento dos objetos reais-concretos, isso nem sempre se dá de forma direta. Ou seja, o processo de conhecimento pode se referir a objetos que podem “de igual modo reportar-se a objetos que podemos designar como *abstratos-formais*, os quais não existem no sentido rigoroso do termo, mas que são a condição do conhecimento dos objetos reais-concretos: é o caso por exemplo, do modo de produção” (1986, p. 13, grifo no original).

A segunda proposição é a que se refere ao primado do ser sobre o pensamento, do primado do real sobre o que se conhece sobre ele (POULANTZAS, 1986).

Neste estudo, tratar-se-á do Estado capitalista em geral, como objeto abstrato-formal que é, uma vez que, no sentido rigoroso do termo, ele não existe na realidade. Isto é, o Estado capitalista em geral, não existe na realidade, haja vista que o “em geral” se refere ao fato de se tratar de uma construção teórica. Nessa construção se abstrai, ou se isola, aquilo que é comum a todas as formas concretas, particulares, do Estado capitalista. O conceito de Estado capitalista é, portanto, um produto do pensamento, que o elabora a partir da análise do Estado capitalista tal como existe, em diferentes formas, no mundo real. Por esse motivo é que exemplos empíricos somente serão utilizados quando se julgar importante para a melhor compreensão do texto e explicitação da tese que se busca defender.

Coerentemente com o método, a sustentação teórica é feita com base na teoria marxista de Estado. Esse enfoque teórico sustenta que o Estado reflete, de

forma interligada, a estrutura objetiva ou material da sociedade, em termos técnicos ou produtivos e sociais.

Assim, ao se discutir a configuração do Estado na atualidade, como forma de representação do Estado capitalista, pretende-se relacioná-lo às correspondentes estruturas materiais subjacentes da sociedade em que tal forma se apresenta.

A busca dos caracteres essenciais comuns da especificidade do Estado capitalista em formas aparentemente tão diversas é efetuada no contexto das leis de movimento do modo de produção capitalista.<sup>1</sup>

Este início de milênio é particularmente rico, uma vez que, nos anos recentes, vem ocorrendo uma série de mudanças na sociedade, em que novos pressupostos decorrentes, entre outros, do desenvolvimento das telecomunicações, da informática, de novos materiais, da biotecnologia, de novas formas de gestão empresarial e da maior integração entre os mercados, especialmente dos mercados financeiros, vêm proporcionando mudanças nas formas de acumulação. De acordo com a fundamentação teórica, parece lógico que o Estado capitalista, com seu arcabouço jurídico, institucional e repressivo, acompanhe o sentido dessas mudanças. Esta pesquisa pretende demonstrar que tais mudanças não afetam o caráter do Estado, a despeito da forma que ele vem assumindo ao longo do tempo. Mas, pretende, principalmente, verificar como se apresentam as características essenciais comuns do Estado capitalista nessa sua nova forma, ou seja, como nele se mantém a essência do Estado capitalista.

Com essa finalidade, procurou-se estruturar o trabalho iniciando-se pela explicitação do pensamento marxista sobre o Estado. Pretende-se fazê-lo no primeiro capítulo da tese, resgatando inicialmente os apontamentos de Marx e Engels sobre o tema, seguindo-se a análise que Lênin fez também sobre o assunto. No segundo capítulo, busca-se incorporar a análise de outros autores que tratam da questão do Estado, utilizando-se também da teoria Marxista. No terceiro capítulo, discutem-se as funções econômicas e a sustentação do Estado burguês.

Com esses três primeiros capítulos, procurou-se explicitar os principais conceitos que, sob a ótica marxista, permitem apontar a origem do Estado, bem

---

<sup>1</sup>"O que caracteriza a época capitalista é adquirir a força de trabalho, para o trabalhador, a forma de mercadoria que lhe pertence, tomando seu trabalho a forma de trabalho assalariado. Além disso, só a partir desse momento se generaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho" (MARX, 1975, p.190).

como suas funções - em especial sua função econômica, papel e caráter, fundamentalmente no modo de produção capitalista. Ainda, buscou-se elucidar duas outras questões centrais, quais sejam: a de que a sustentação econômica do Estado capitalista é feita pela mais-valia extraída aos trabalhadores, a partir do processo de produção; e, decorrente dessa primeira, a de que a classe capitalista sujeita-se a “abrir mão” de parte de seus lucros (mais-valia), para sustentar o aparato Estatal.

É importante salientar que não se pretende, com isso, construir uma nova vertente da teoria marxista sobre o Estado, mas sim resgatar os princípios fundamentais dessa teoria para, a partir daí, construir o substrato para o estudo da configuração do Estado contemporâneo, objeto desta tese.

É no quarto capítulo que se pretende analisar o Estado atual, por meio do estudo das formas de Estado<sup>2</sup> do Bem-Estar Social e Neoliberal. No caso deste último, dá-se especial importância à análise do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1997, do Banco Mundial, que discute justamente “O Estado em um mundo em transformação”. O objetivo dessa análise é apontar, com base no referencial teórico presente nos dois primeiros capítulos, o modo como essas formas de Estado se apresentam, como são resguardadas as características essenciais comuns do Estado capitalista e a função econômica que o Estado desempenha para o desenvolvimento da sociedade capitalista.

Por último, apresentam-se as principais conclusões do estudo.

---

<sup>2</sup> “[...] as expressões formas de Estado [...] são, regra geral, empregadas pelos clássicos do Marxismo [...] para designar, por exemplo, a ‘república parlamentar’, a ‘monarquia constitucional’” (POULANTZAS, 1986, p. 143).

## 1 A CONCEPÇÃO DE ESTADO EM MARX, ENGELS E LÊNIN

O que se pretende neste capítulo é expor a concepção de Estado adotada nesta investigação, qual seja, a concepção marxista.

A exposição será iniciada pela apresentação do pensamento de Marx e Engels sobre o assunto. A opção por se apresentar a concepção de Estado desses autores num mesmo momento decorre da comunhão de pensamento de ambos sobre o tema, mas principalmente pelo fato de que a explicitação de seus pensamentos ocorreu em obras que escreveram conjuntamente, a exemplo de *A Ideologia Alemã* e *O Manifesto Comunista*. Destaca-se também a existência de obras escritas por Marx e prefaciadas por Engels, endossando sua análise.

Na seqüência, será apresentado o ponto de vista de Lênin, a partir do estudo do *O Estado e a Revolução*, sua principal obra sobre o assunto.

### 1.1 O ESTADO NA VISÃO DE MARX E ENGELS

Muito embora não se tenha dedicado a tratar exclusivamente do Estado, a despeito de a discussão sobre o tema ter feito parte do plano geral de sua obra, é possível apreender o pensamento de Marx sobre o assunto a partir da análise de vários de seus textos, nos quais, preocupado com a explicação das características e mecanismos de desenvolvimento da sociedade capitalista como um todo, não se furtou a demonstrar o significado do Estado no desenvolvimento desse modo de produção e dos que o antecederam.

As obras de Marx analisadas ao longo deste capítulo são: *A Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, de 1843-44; *A Ideologia Alemã*, de 1845-46 e *O Manifesto Comunista*, de 1848 (estas duas últimas foram escritas juntamente com Engels); *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, de 1850; *O Capital*, de 1867, incluindo seu *Capítulo VI Inédito*; *A Guerra Civil na França*, com introdução de Engels, de 1871; *Crítica ao Programa de Gotha*, com prólogo de Engels, de 1875. Além dessas obras, foram analisadas, de Engels, o *Anti-Dühring*, de 1878, e *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de 1884.

A discussão das origens do Estado remonta às formulações de Aristóteles e Hobbes. A concepção hobbesiana de Estado, ou jusnaturalista, é baseada em dois elementos fundamentais: o Estado (ou sociedade) de natureza e o Estado (ou sociedade) civil. Essa é uma visão dicotômica, à medida que coloca os seres humanos, vivendo no Estado de natureza, ou vivendo no Estado civil. Entre ambos os Estados há, portanto, uma contraposição, em que o Estado civil, ou político, emerge como antítese do Estado natural. Sua função é eliminar os defeitos do estado natural. Por sua vez, quando o Estado político deixa de cumprir essa finalidade, o Estado natural ressurge. Enquanto, no primeiro, Estado natural, os elementos constitutivos são indivíduos singulares, não-associados e que não agem de forma racional, mas, sim, de acordo com paixões, instintos ou interesses, no segundo, Estado civil, há a união dos indivíduos isolados em uma sociedade perpétua e exclusiva. Esse é o seu elemento constitutivo (BOBBIO; BOVERO, 1987).

Aristóteles, ao invés de buscar a origem do Estado na vontade dos seres humanos, ou seja, em uma construção racional, o faz por meio da reconstrução histórica da evolução da humanidade desde seus primórdios até às formas mais evoluídas de sociedade, até chegar à sociedade perfeita que é o Estado. Nessa concepção, o Estado resulta da agregação de sociedades menores, sendo que a família é a primeira construção social nessa ordem temporal. Ainda, os indivíduos são vistos, desde o princípio, como vivendo em sociedade, diferentemente da concepção hobbesiana, em que a forma natural representa o indivíduo em sua forma isolada, todos contra todos, na luta pela sobrevivência.

Além disso, por ser o Estado o desaguadouro natural, o ponto de chegada, não há, para Aristóteles, a relação de antagonismo existente entre os dois estados da construção hobbesiana. Assim, pelo fato de a passagem do Estado pré-político para o Estado político ocorrer por meio de um processo natural de extensão de uma sociedade menor para uma sociedade maior, ela não se dá por meio de uma convenção, um ato de vontade racional, mas sim por causas naturais resultantes do desenvolvimento objetivo dessas sociedades (BOBBIO; BOVERO, 1987).

As visões, hobbessiana e aristotélica embasam, respectivamente, a teoria burguesa<sup>3</sup> e a marxista. É justamente a partir dos conceitos de Aristóteles que Marx desenvolveu sua formulação a respeito da origem do Estado. O Estado em Marx (2001) é uma construção histórica da humanidade, fruto das necessidades e contradições aos quais os seres humanos se colocaram. Ele é fruto do desenvolvimento material da sociedade.

Marx (2001) expõe essa sua visão da origem do Estado, contrapondo-se ao pensamento hegeliano em que o Estado é entendido como decorrente de uma necessidade externa aos seres humanos e de uma vontade suprema, divina. Isto é, como se houvesse um princípio e um fim predeterminados.

Para Bobbio; Bovero (1987), Hegel é citado na literatura como o autor que faz uma ponte entre o modelo hobbessiano, ou jusnaturalista, do Estado racional e o modelo aristotélico. Segundo esses autores, para Hegel, o Estado civil, contraposto ao estado de natureza, representa um momento no desenvolvimento do espírito objetivo e se origina da família. Essa formulação segue o pensamento aristotélico, em confronto direto com a vertente hobbessiana. Entretanto, Hegel não refuta o modelo hobbessiano. Ao contrário, ele é incluído e superado pelo autor, ao afirmar que o Estado não é fruto das condições objetivas de desenvolvimento das sociedades humanas e, sim, de uma idéia preconcebida, do espírito objetivo.

A forma escolhida para tentar desvelar os conceitos apreendidos por Marx sobre a questão do Estado e, em particular, do Estado capitalista, foi iniciar o estudo por sua “revisão crítica da Filosofia do Direito, de Hegel, [a qual se destinava a] esclarecer as dúvidas que [o] assaltavam [...]” (MARX, 1977g, p. 24).

Marx inicia essa revisão crítica transcrevendo o conceito de Hegel<sup>4</sup> sobre o Estado. Assim,

‘Frente a las esferas del derecho privado y del bien privado, de la familia y de la sociedad civil, el Estado es, de una parte, una necesidad externa y en potencia superior, a cuya naturaleza están supeditados y de la que dependen sus leyes y sus intereses; pero de otra parte, es el fin inmanente de dichas esferas y su fuerza radica en la unidad de su fin último general y del interés particular de los individuos, en el

---

<sup>3</sup> “Los economistas burgueses, como representantes ideológicos del capitalismo ascendente, tuvieron que identificar las ‘leyes naturales’ descubiertas por Smith y Ricardo con la realidad social, con objeto de indicar en la sociedad capitalista la única sociedad posible y correspondiente a la ‘naturaleza’ del hombre y a la razón” (LUKÁCS, 1975, p.35).

<sup>4</sup> As referências a Hegel serão, salvo notação em contrário, oriundas da obra Crítica à Filosofia do Direito de Hegel, de Marx.



hecho de que éstos tienen deberes hacia él en tanto en cuanto tienen, al mismo tiempo, derechos' (MARX, 1987, p. 319).

Nessa citação, Marx dispõe que a liberdade concreta consiste em uma identidade de dupla vertente. De um lado, encontra-se o campo dos interesses particulares, da família e da sociedade civil. Do outro, o campo do interesse geral, do Estado. Marx se propõe então a determinar a relação entre ambas as esferas: do particular e do geral. A primeira relação apontada por Marx é a que frente às esferas da família e da sociedade civil o Estado é uma necessidade externa, uma potência à qual estão subordinadas, tanto as famílias, quanto a sociedade civil. Além disso, dessa potência externa dependem<sup>5</sup> suas leis e interesses.

Assim, para Marx, Hegel ao falar de dependência, fala da dependência interna, ou da determinação essencial do direito privado etc., em relação ao Estado. Entretanto, ao mesmo tempo, Hegel incluiria essa dependência sob a relação de necessidade externa, contrapondo-a então com o outro lado, com a outra relação que a família e a sociedade civil mantêm com o Estado. Nesse caso, o Estado é seu fim imanente.

Marx explica então que, por necessidade externa, só se pode entender que as leis e interesses da família e da sociedade têm de se subordinar, em caso de conflito, às leis e interesses do Estado. É, portanto, dessa forma que família e sociedade civil se acham supeditados ao Estado. Suas existências dependem da existência das leis e dos interesses do Estado. Finalmente, que a vontade e as leis do Estado representam uma necessidade para ambas, família e sociedade.

Outro aspecto é também ressaltado: Hegel não trata de conflitos empíricos, mas sim da relação entre as esferas do direito privado e do bem privado; da sociedade civil e família e do Estado. Trata-se de uma relação essencial dessas esferas entre si. Não são somente seus interesses que estão subordinados ao Estado, suas leis e suas determinações essenciais também o estão. O Estado se comporta como uma potência superior no que diz respeito às leis e interesses das famílias e da sociedade civil. Ou seja, famílias e sociedade civil devem obediência às leis e interesses do Estado. Isto é, a dependência e a subordinação têm um caráter externo que restringe essa dependência da família e da sociedade civil.

---

<sup>5</sup> Marx esclarece que a noção de dependência, para Hegel, deve ser entendida como a concepção filosófica segundo a qual a parte deve ser considerada somente em relação ao todo.

Além disso, por representar relações que se contradizem a elas é que necessitam da ação externa, que corresponde a uma necessidade contrária à essência interna da coisa. Segundo Marx, para Hegel: “Supeditação” e “dependência” são as expressões que correspondem a uma aparente necessidade “externa”, imposta. Esse é, para Marx, um dos lados de uma identidade dual. No outro, o Estado é o fim imanente das esferas da família e da sociedade civil.

Dessa forma, Marx identifica o que chama de antinomia não-resolvida de Hegel. Ou seja, ao mesmo tempo em que o Estado é uma necessidade externa para a família e a sociedade civil, é também o seu fim imanente. A unidade do fim último do Estado, isto é o interesse geral do Estado e os interesses particulares dos indivíduos, são verificadas no fato de que ambos, deveres dos indivíduos e seus direitos frente ao Estado, são idênticos. Exemplifica: a obrigação de se respeitar a propriedade privada coincide com o direito do proprietário.

Assim, parece ser possível afirmar, que para Marx, Hegel considera o Estado como externo e acima da família e da sociedade civil; que o Estado representa os interesses gerais, aos quais todos estão subordinados. Hegel não vê, portanto, o Estado cindido e subordinado aos interesses de classe.

Outro ponto destacado por Marx é o seguinte, em que Hegel afirma:

‘La Idea real, el espíritu, que se escinde él mismo en las dos esferas ideales de su concepto, la familia y la sociedad civil, como en su *finitud*, para llegar a ser, así, partiendo de su idealidad, en el espíritu real *infinito* para sí, asigna con ello a estas esferas el material de esta su realidad finita, los individuos en cuanto *masa*, por donde esta distribución entre lo individual parece realizarse por *medio* de las circunstancias, del arbitrio e de la propia elección particular de su determinación’ (MARX, 1987, p. 321, grifos no original).

Marx questiona essa colocação afirmando que, desse modo, a razão de Estado não guarda relação com a forma como o material do Estado<sup>6</sup> se distribui entre a família e a sociedade civil. O Estado surge assim de um modo inconsciente e arbitrário, como se fora uma luz a iluminar a escuridão natural em que se encontravam família e sociedade civil. Além disso, Marx questiona o fato de que a família e a sociedade civil sejam tratadas por Hegel como esferas conceituais, não

---

<sup>6</sup> “Por material do Estado se entende os assuntos do Estado, da família e da sociedade civil, enquanto partes do Estado, participando desse enquanto tal” (MARX, 1987, p. 321).

materiais, do Estado. Mais precisamente, como esfera de sua finitude. É o Estado que se divide em ambas as esferas, as (pré)supõe. E faz isso no sentido do devir, do vir a ser, partindo de sua idealidade do espírito real infinito para si. Ele próprio se divide e, assim fazendo, destina às esferas da família e da sociedade civil o material dessa realidade. Ainda, questiona que a chamada idéia real é apresentada por Hegel, como se atuasse de acordo com um princípio e uma intenção previamente determinados. Marx afirma que, ao invés disso: “A relação *real* está precisamente no fato de que a *distribuição* do *material* do Estado entre *os indivíduos* se realiza *por meio das circunstâncias, do arbítrio e da própria escolha particular de sua determinação*” (MARX, 1987, p. 321, grifos no original. Tradução livre do autor).

Ou seja, essa distribuição do material entre o Estado e os indivíduos, que para Marx é o concreto real, é apresentada, por Hegel, como manifestação, como fenômeno. Essa é uma das grandes diferenças de visão entre ambos os autores. Ainda, que essa realidade não é postulada por Hegel, como ela mesma, mas, sim, como uma outra realidade: “*Ordinary empirical existence does not have its own mind (Geist) but rather an alien mind as its law, while on the other hand the actual Idea does not have an actuality which is developed out of itself, but rather has ordinary empirical existence as its existence (Dasein)*”<sup>7</sup> (MARX, 2001, p. 4).

Enquanto, para Marx, a família e a sociedade civil são os pressupostos do Estado, a coisa realmente ativa, concreta, para Hegel, ao contrário, elas são concebidas como sua atividade imaginária inerente. Marx refuta claramente a premissa do surgimento do Estado como produto da idéia. Para ele, o Estado surge como necessidade de condições objetivas materiais. O Estado é um produto do seres humanos.

Assim é que para Marx,

*Racionalmente, las proposiciones de Hegel debieran ser simplemente éstas: La familia y la sociedad civil son partes del Estado. El material del Estado se distribuye entre ellas "por medio de las circunstancias, del arbitrio y de la propia elección particular de la determinación". Los ciudadanos del Estado son miembros de la familia y miembros de la sociedad civil: 'La idea real, el espíritu, que se escinde él mismo en las dos esferas ideales de su concepto, la familia y la sociedad civil, como en su finitud', quiere decir que la división del Estado en familia y sociedad civil, es algo ideal y, por tanto, necesario, que forma parte de la esencia del*

---

<sup>7</sup> Optou-se por citar o texto em inglês, porque ele parece espelhar melhor, nesta passagem, a idéia de Marx.

*Estado; familia y sociedad civil, se convierten ellas mismas en Estado. Son el motor (MARX, 1987, p. 322).*

O conceitual não é, na visão de Marx, a família e a sociedade civil, mas sim a divisão do Estado. Essa sim é algo ideal e portanto necessária, uma vez que a família e a sociedade civil se convertem em Estado. Se for assim, o Estado não pode, portanto, ser algo externo a elas. Como se vê, Marx busca acentuar a diferença de visão com Hegel, para quem não é o curso da vida, a realidade do cotidiano, tanto da família quanto da sociedade civil, que se unem para formar o Estado. Não são as condições materiais as determinantes do surgimento do Estado. Ao contrário, para Hegel, é o curso da vida da idéia que, de forma autônoma, conduz a tal resultado. E mais, são a família e a sociedade civil a finitude dessa idéia, devendo sua existência a outro espírito que não o seu próprio; são determinações de outrem e não de si mesmas.

O importante para Marx é entender que Hegel definiu sempre a Idéia como sujeito, fazendo do sujeito real e verdadeiro, como a mentalidade política, o predicado. Ainda, que Hegel desenvolveu seu raciocínio pelo lado do predicado. Para Marx, Hegel não desenvolve seu raciocínio partindo do objeto, da realidade como ela é, mas, ao contrário, desenvolve o objeto partindo de um raciocínio pressuposto, um pensamento previamente definido no âmbito da lógica (MARX, 1987).

Essa concepção idealista de Hegel foi bem sintetizada por Engels. Para esse autor: “Hegel era idealista; isto é, para ele as idéias de sua cabeça não eram imagens mais ou menos abstratas dos objetos ou fenômenos da realidade, mas essas coisas e seu desenvolvimento se lhe afiguravam, ao contrário, como projeções realizadas da ‘idéia’, que já existia, não se sabe como, antes de existir o mundo” (ENGELS, 1977b, p. 41).

Contudo, a despeito da crítica contundente, Marx reconhece que a dialética hegeliana avança. Um desses avanços foi Hegel ter considerado o Estado político como um organismo, cujas diferenças entre os poderes não são vistas como mera distinção orgânica, mas uma distinção viva e racional. Ressalvou, entretanto, que o que é orgânico é precisamente a idéia das diferenças. Marx firmou sua concepção materialista apontando que o Estado não é produto de uma idéia que já estava essencialmente determinada, mas uma construção histórica da humanidade; é fruto

das necessidades e contradições a que os seres humanos se colocaram ao longo do desenvolvimento da sociedade humana.

No prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx afirma que o primeiro trabalho por ele empreendido foi justamente essa revisão crítica à Filosofia do direito de Hegel. Sua primeira conclusão foi a de que as relações jurídicas e também as formas de Estado, que é o que interessa a este estudo, estão inseridas nas condições materiais da existência, não podendo, portanto, ser compreendidas nem em si mesmas, nem pela evolução geral do espírito humano. Todavia, para o autor, em seu processo de reprodução, os seres humanos estabelecem, independente de suas vontades, múltiplas relações que são necessárias a esse processo e correspondem a um determinado patamar de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, em um dado momento histórico. Por outro lado, a estrutura da sociedade é dada pelo conjunto dessas relações e sobre a qual emerge uma superestrutura jurídica e política – o Estado. Nessa síntese de suas conclusões encontra-se também a afirmação de que é o modo de produção da vida material que determina, ou condiciona, a evolução da vida social, política e intelectual das pessoas. Ou seja, não é a consciência do indivíduo em si que determina seu modo de ser e sim o indivíduo enquanto ser social inserido nesse conjunto de relações que são determinadas pelas condições objetivas em que ocorre a reprodução material da sociedade que determina sua consciência.

Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas – assim como as formas de Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de ‘sociedade civil’; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política. [...] A conclusão geral a que cheguei e que uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente determina a sua consciência (MARX, 1977g, p. 24).

Outro ponto a ser destacado do *Prefácio da Crítica à Economia Política*, por sua importância direta para a discussão e comprovação desta tese, é que, em uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas que serviam como mola propulsora desse desenvolvimento entram em contradição com as relações de produção existentes, ou com as relações de propriedade que são as expressões jurídicas dessas relações de produção. Nesse caso, surge uma época de revoluções sociais em que a base econômica se transforma, alterando rápida, ou lentamente, toda a superestrutura. Uma primeira leitura que parece se poder fazer sobre essa assertiva de Marx é que o Estado é alterado rápida ou lentamente quando muda o modo de produção. Foi assim na passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Portanto, deverá haver alteração do Estado quando da superação do modo capitalista de produção. A segunda leitura é que, até se chegar ao ponto das revoluções, há intenso desenvolvimento das forças produtivas e de todas as estruturas que são inerentes a esse modo de produção, aí incluído o Estado. Nesse desenvolvimento, as novas formas de produção e de propriedade começam também a ser formadas. São elas que entram em contradição com as existentes. Ou seja, é justamente o conflito do novo com o velho que leva às revoluções. A intensidade das lutas de classes parece ser o determinante da aceleração ou retardamento desse processo, em sociedades divididas em classes, como a capitalista. A diferença entre ambas as leituras é que, no segundo caso, muda a forma e não o caráter do Estado, porque, por maior que seja a evolução e as mudanças, não houve substituição do modo de produção.

Além disso, outra colocação que reforça o argumento acima é a afirmativa de Marx de que uma organização social não desaparece enquanto não se desenvolvem todas as forças produtivas que possam existir em seu seio. Novas e superiores relações de produção não deslocam as antigas, sem que as condições materiais de existência dessas relações sejam produzidas na velha sociedade. Ou seja, dessa assertiva é possível inferir que as transformações econômicas que vêm experimentando o capitalismo, advindas de avanços tecnológicos, como o descobrimento de novos materiais, avanços na comunicação, expansão dos mercados etc. e que implicam mudanças na forma de apresentação do Estado capitalista, são desenvolvimentos possíveis das forças produtivas sob o capitalismo,

ao mesmo tempo em que fazem parte do processo de produção das condições materiais de existência de um novo modo de produção.

Essa concepção de Estado, como superestrutura resultante das condições materiais, é encontrada também em *A Ideologia Alemã* (1977a), escrita em conjunto com Engels, “a fim de esclarecer o antagonismo existente entre a nossa maneira de ver a concepção ideológica da filosofia alemã [...]” (MARX, 1977g, p.26).

Para ambos, o pressuposto fundamental da história humana é o fato de os seres humanos construírem sua própria existência. É com a ocorrência desse fato que a humanidade começa a diferenciar-se das demais espécies.

Foi a partir desse entendimento que Marx e Engels buscaram os fundamentos do surgimento do Estado. Para eles, foram quatro os momentos históricos fundamentais que possibilitaram a diferenciação da humanidade. O primeiro, ocorreu quando os seres humanos adquiriram a competência de produzir os meios capazes de suprir suas necessidades. Ao fazê-lo, passaram a edificar indiretamente sua vida material. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. Supridas as primeiras necessidades, o segundo ato foi o desenvolvimento da capacidade de criação de novas necessidades. O terceiro, a relação de procriação, por meio da família, que gerou novas necessidades. Já o quarto fato histórico decorreu do anterior, isto é, da produção da vida humana determinada, de um lado, pelo meio natural da reprodução, e, de outro, pelo trabalho. É por meio do trabalho que os seres humanos constroem uma relação social, onde indivíduos cooperam, não importa se de forma voluntária, ou se por meio da coerção. E, decorre dessa relação, que é mediada pelo trabalho, um sistema de laços materiais entre os seres humanos que é condicionado por suas necessidades e também pelo modo de produção (MARX; ENGELS, 1977a).

O Estado surge então como mais um fato histórico, à medida que o desenvolvimento da sociedade humana foi se tornando mais complexo. Complexidade essa advinda da crescente divisão do trabalho, do surgimento da propriedade privada e da divisão da sociedade em classes: “Os vários estádios de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas diferentes de propriedade; por outras palavras, cada novo estágio na divisão de trabalho determina igualmente as relações entre os indivíduos no que toca à matéria, os instrumentos e aos produtos do trabalho” (MARX; ENGELS, 197?, p. 20).

Essa questão pode ser mais bem-esclarecida pela leitura dos escritos de Engels (1990), no capítulo dedicado à teoria da violência, em seu questionamento aos postulados de Dühring. Nela, Engels faz um belo passeio pela história da humanidade desde suas origens até a sociedade capitalista dos fins do século XVIII. Dada a riqueza do texto, mais que tentar procurar interpretá-lo, buscou-se acompanhar seu raciocínio.

Para o autor, a humanidade, ao se desprender do reino animal em sentido restrito, o faz de forma ainda animalizada, ainda embrutecida e impotente frente às forças naturais, desconhecendo suas próprias forças. Naquele momento histórico, há entre os seres humanos certa igualdade em termos de condições de vida. Essa mesma igualdade relativa, só que em termos de posição social, também existia entre os chefes de família. No entanto, não havia ainda a divisão da sociedade em classes. No interior dessas comunidades, como era de se esperar, havia desde o início alguns interesses comuns. Tais interesses, que podem ser identificados com os de administração da justiça, repressão de atos ilegítimos, inspeção do regime de águas e funções religiosas, eram encontráveis nas coletividades naturais de todas as épocas.

A defesa ou administração desses interesses comuns foi entregue a determinados indivíduos, sob supervisão de toda comunidade. Essa atribuição de competências implicava uma ampliação dos poderes dos beneficiários e representam, para Engels, a origem do Estado. Lentamente, conseguem os seres humanos desenvolver as forças produtivas, que, associadas ao aumento e concentração da população, geram novos interesses, tanto comuns, quanto colidentes, especialmente entre comunidades primitivas diferentes. É dessa maneira que, agrupando-se em um todo superior, introduzem uma nova divisão do trabalho ao gerarem os órgãos necessários para atender às necessidades ditadas pelos interesses comuns e enfrentarem os interesses colidentes. Esses órgãos necessários passam a se destacar da coletividade, tanto interna como externamente, pelo fato de representarem seus interesses comuns. Além disso, vão ganhando certa independência frente ao grupo, tanto porque essas funções tinham o caráter hereditário, quanto por se tornarem cada vez mais indispensáveis, em face da ampliação dos conflitos intercomunidades. A decorrência natural desse processo foi que, de primitivos servidores da sociedade, aqueles indivíduos que receberam a



incumbência de defenderem ou gerirem os interesses comunitários, em muitos casos, transformaram-se em seus senhores. Engels evoca os exemplos dos déspotas orientais, sátrapas gregos, príncipes de linhagem entre os celtas e por último dos chefes de clãs. Então, esses indivíduos entronizados foram se juntando para formar uma classe dominante. Essa é, de forma sintetizada, a explicação do autor para a origem das classes na sociedade humana (ENGELS, 1990).

Junto a esse processo de formação de classes, desenvolvia-se um outro, inerente à divisão do trabalho. Do processo inicial de divisão do trabalho dentro das famílias lavradoras, foi possível, à medida que se atingiu certo grau de bem-estar, incorporar-se ao trabalho familiar uma ou mais forças de trabalho externas a elas. Esse processo ocorreu em especial naqueles povos em que os antigos regimes de propriedade coletiva do solo já haviam se esboroados, ou então, já era permitido o cultivo da terra de forma isolada pelas famílias. Com isso, desenvolve-se a produção a ponto de a força humana de trabalho passar a ser capaz de gerar um excedente às suas necessidades imediatas e essenciais de subsistência. Ou seja, os seres humanos já haviam desenvolvido tanto os meios de manutenção, quanto à possibilidade de ocupação de novas forças de trabalho humano. A partir daquele momento histórico, a força de trabalho adquire valor (ENGELS, 1990).

No entanto, as comunidades não dispunham, em regra, de força de trabalho excedente. Foram as guerras, por meio de seus prisioneiros, que passaram a fornecê-las. Até então, e há aí uma ironia da história, tais prisioneiros, por não terem serventia ou condições materiais de ser mantidos, eram mortos. Tiveram então uma oportunidade de viver, como escravos. Assim, por, agora, representarem valor, pela possibilidade de uso de seu trabalho, é melhor que vivam. Portanto, observa Engels, a violência, ao invés de se sobrepôr ao econômico, como advogava Dühring, foi posta a seu serviço. Estavam assim estabelecidas as bases para o modo de produção escravagista, o qual acabou por se tornar a forma predominante de produção em todos os povos que ultrapassaram os limites das comunidades primitivas, “para terminar por ser uma das causas principais de sua ruína” (ENGELS, 1990, p. 158).

Após essa alusão ao *Anti-Dühring*, à guisa de esclarecimento, volta-se à discussão anterior. Como visto, a divisão do trabalho, que se alarga como resultado do desenvolvimento das condições materiais de produção, condiciona o

desenvolvimento das formas de propriedade. No entanto, na transição de um modo de produção para outro, a que a exposição acima serve também como ilustração, a revolução social consiste na alteração da forma jurídica da propriedade, sendo que a instituição da nova forma abre caminho para a expansão plena das forças produtivas que lhe correspondem e lhe deram origem.

Dessa forma pode-se entender perfeitamente porque, para Marx e também para Engels, o surgimento do Estado é decorrente das necessidades ditadas pelo desenvolvimento das condições técnicas e materiais de existência da sociedade humana, num momento histórico objetivo.

A estrutura social e o Estado resultam constantemente do processo vital de indivíduos determinados; mas não resultam daquilo que estes indivíduos aparentam perante si mesmos ou perante outros e sim daquilo que são na realidade, isto é, tal como trabalham e produzem materialmente. Resultam, portanto da forma como atuam partindo de bases, condições e limites materiais determinados e independentes da sua vontade (MARX; ENGELS, [197?], p. 24-5).

Outro aspecto relevante apontado por Marx, que está intimamente vinculado ao seu conceito de origem do Estado, diz respeito às contradições decorrentes do próprio processo de desenvolvimento da sociedade humana. Essas contradições emergiram, em um primeiro momento, do conflito entre os interesses particulares, ou individuais, e os interesses coletivos. Essas contradições como visto, também mereceram a atenção de Marx, na crítica à Filosofia do direito de Hegel. Com a emergência da propriedade privada, do conseqüente aprofundamento da divisão do trabalho e da divisão da sociedade em classes, o Estado passou a refletir as contradições e antagonismos dessas classes e não mais a mera oposição entre interesses individuais e coletivos.

Explicando melhor. Marx escreve que um momento capital no desenvolvimento histórico da humanidade é quando há a fixação da atividade social para os indivíduos e a consolidação de seus produtos numa força objetiva que os domina, escapa aos seus controles, frustra suas expectativas e desconsidera seus desejos. É o instante histórico em que os seres humanos perdem sua autonomia enquanto indivíduos, para ocuparem o lugar determinado pelas necessidades de reprodução da coletividade, decorrente da divisão do trabalho e das formas de propriedade vigentes. Surge aí concretamente a oposição entre os interesses

particulares das pessoas, enquanto indivíduos, e os interesses da comunidade enquanto coletividade.

É justamente desta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que o interesse coletivo toma, na qualidade de Estado, uma forma autônoma separada dos reais interesses particulares e gerais e, ao mesmo tempo, na qualidade de uma coletividade ilusória, mas sempre sobre a base real dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal - tais como, laços de sangue, linguagem, divisão do trabalho em maior escala e outros interesses – e, sobretudo, como desenvolveremos mais adiante, baseada nas classes, já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um destes conglomerados humanos e entre as quais há uma que domina todas as outras (MARX, 1977a, p. 48).

Marx está tratando, portanto, da fixação dos seres humanos a determinadas atividades decorrentes da divisão do trabalho no seio da comunidade. Assim, para garantir os meios necessários à sua existência, os homens e mulheres à época, como de certa forma ainda hoje, necessitam desempenhar as tarefas a eles determinadas pela comunidade<sup>8</sup>. A partir de então, os interesses particulares dos indivíduos passam a se conflitar com os interesses da coletividade, os quais tomam a forma de Estado.

Assim, é na qualidade de Estado que o interesse coletivo assume uma forma independente, separada dos reais interesses do indivíduo e do conjunto, passando a aparentar uma vida em comunidade ilusória, tendo porém como lastro concreto os vínculos existentes em cada aglomerado, familiar ou tribal. Tais vínculos são os que caracterizam esses aglomerados, como sangue, língua, divisão do trabalho em larga escala e outros interesses. É justamente no interior desses “outros interesses” que Marx particulariza os interesses de classes determinados pela divisão do trabalho e encontráveis naqueles tipos de sociedade, sendo que uma das classes predomina sobre as demais. A partir desse momento, emergência de uma classe dominante, é que o Estado perde sua independência, deixando de representar os interesses gerais da coletividade para atender aos interesses da classe dominante. Os conflitos não são mais meramente entre interesses individuais *versus* interesses coletivos, deslocaram-se para o âmbito das classes. Decorrente disso é que o autor deduz que todas as lutas no interior do Estado, sejam elas quais forem – pela democracia,

---

<sup>8</sup>Daí Marx avançar a discussão para a sociedade comunista, onde “ninguém tem uma atividade exclusiva” podendo “caçar pela manhã”, “pescar à tarde” e “fazer a crítica após o jantar”.

direito de voto etc., não passam de formas ilusórias sob as quais se escondem as lutas reais entre as classes (MARX, 1977a).

No capitalismo, em que a classe burguesa é a dominante, o Estado reflete, portanto, seus interesses e não o interesse geral da sociedade. No entanto, os interesses da classe proprietária são colocados como se fossem de toda a sociedade. Com isso, pode-se admitir, como faz a teoria burguesa, e mesmo alguns autores Marxistas, que o Estado está acima das classes, é independente etc. Ou seja, ficam apenas na aparência do fenômeno.

Note-se que essa construção segue o idealismo hegeliano, ao passo que Marx desenvolve seu raciocínio a partir do modelo aristotélico de desenvolvimento da sociedade humana.

Em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, Marx captou a essência do funcionamento do Estado, ao analisar, por meio da articulação entre os poderes Legislativo e Executivo, o modo como a burguesia age, interfere, manipula e busca manter seus interesses de classe, fazendo-os aparentarem ser, apesar de não representarem, os interesses gerais da sociedade. O cenário de seu estudo foi a França no período de 1848 a 1851, em que, da desarticulação da burguesia à época, emergiu Luís Bonaparte.

Ao iniciar sua análise, Marx faz uma referência ao período anterior afirmando que foi com Napoleão no poder que ter-se-iam criado as condições imprescindíveis ao desenvolvimento da livre concorrência, a exploração da propriedade territorial dividida e a exploração das forças produtivas industriais francesas que haviam sido libertadas do jugo feudal. A própria liquidação das instituições feudais para além fronteiras da França, por Napoleão, foi também uma necessidade à criação do ambiente adequado e atual à sociedade burguesa daquele país (MARX, 1977d).

Ou seja, parece ser possível afirmar que a ação do Estado foi fundamental para a criação das condições para o desenvolvimento do capitalismo.

Após essa referência ao período anterior passa-se a analisar período seguinte. Marx situa as fases pelas quais passou a Revolução Francesa de 24 de fevereiro de 1848 a dezembro de 1851, em três períodos: primeiro, o período de fevereiro, que foi 24 de fevereiro a 4 de maio de 1848; o segundo, período da constituição da república, ou da Assembléia Nacional Constituinte, abrangendo o período de 4 de maio de 1848 a 28 de maio de 1849; por último, o período da

República Constitucional ou da Assembléia Nacional Legislativa, que compreendeu o período de 28 de maio de 1849 a 2 de dezembro de 1851.

O primeiro período, considerado pelo autor como prólogo da revolução, tinha um caráter provisório, sendo que todos os segmentos que prepararam e fizeram a revolução, como a oposição dinástica, a burguesia republicana, a pequena burguesia democrático-republicana e os trabalhadores social-democratas, tiveram participação no que Marx chama governo ou jornadas de fevereiro. Entretanto, para ele, o objetivo inicial das jornadas era uma reforma eleitoral com vistas a ampliar a participação, no poder, dos elementos politicamente privilegiados da própria classe proprietária, desbancando o domínio exclusivo da aristocracia financeira. Porém, enquanto o proletariado proclamava a república social que, segundo Marx, indicava o conteúdo geral da revolução moderna, as velhas forças se agrupavam, reuniam, concertavam e encontravam o apoio inesperado da massa da nação. Eram os camponeses e a pequena burguesia que entravam então na cena política francesa.

O segundo período, da constituição ou da fundação da república é o momento em que os resultados da revolução deveriam ser reduzidos à escala burguesa, uma vez que a Assembléia Nacional, que se reuniu em 4 de maio, por ser o resultado das eleições nacionais, não representava apenas uma parte da população, uma classe, agora ela representava a nação. Qual o significado dessa assertiva de que a Assembléia representava a nação? O que o autor parece indicar é, como visto acima, que o processo eleitoral, entre outros, esconde a luta de classes. Como será visto mais adiante, Poulantzas (1986) irá ressaltar esse assunto, afirmando que isso representa a descaracterização da luta de classes, à medida que a nação está representada pelo resultado do voto, ou seja, pela participação do indivíduo enquanto indivíduo e não enquanto classe. Todavia, esse fenômeno de individualização, com a descaracterização da representação de classe, restringe-se praticamente à classe não-proprietária. Essa questão fica mais explícita quando Marx afirma que a partir de então “toda a burguesia governará em nome do povo [sendo que] as reivindicações do proletariado de Paris são devaneios utópicos, a que se deve por um paradeiro” (MARX, 1977d, p. 209).

Esse expediente foi percebido pelos trabalhadores de então que, em vão tentaram, primeiro, dissolver a Assembléia Constituinte em 15 de maio de 1848 e, posteriormente, em julho, fizeram a insurreição. Venceu, entretanto a república

burguesa, por meio da união da aristocracia financeira com a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o lumpen-proletariado (organizado em guarda móvel), os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. O proletariado parisiense acabou isolado e derrotado, passando para o fundo do cenário revolucionário. Merece destaque a afirmação de Marx de que o proletariado, ao renunciar a luta para revolucionar o velho mundo com a ajuda dos grandes recursos que lhes são próprios e tentar alcançar seus objetivos independente da sociedade, de maneira privada, dentro apenas de suas condições limitadas de existência, teria fatalmente que fracassar.

A derrota da insurreição de junho, ainda que propicie o ambiente em que a república burguesa podia ser fundada e construída, mostra que as contradições entre república e monarquia eram apenas aparentes. Na verdade, república burguesa, para Marx, significava apenas o despotismo ilimitado de uma classe sobre a outra. Ainda, que: “a **República significava geralmente apenas a forma política da revolução da sociedade burguesa [...]**” (MARX, 1977d, p.210, grifo no original).

Para Marx (1977d), a partir da derrota da insurreição de junho, os partidos que se uniram contra o proletariado parisiense na tentativa de assenhorear-se do campo de batalha revolucionário em seus próprios interesses de classe, (nesse caso, parece ser mais correto falar-se em fração de classe), vão sendo defenestrados, um após o outro, sob a alegação da necessidade de defesa da propriedade, da família, da religião e da ordem.<sup>9</sup> O resultado foi a tomada do poder por Luís Bonaparte.

É por esse motivo que, para Marx, a história da Assembléia Nacional Constituinte é a história do domínio e da desagregação de uma fração republicana da burguesia, conhecida como republicanos tricolores, ou puros, ou políticos, ou formalistas. Essa fração, após cumprir a tarefa de derrotar o proletariado e silenciar momentaneamente a pequena burguesia democrática, é, ela própria, excluída do poder pela massa da burguesia que reclama a República como sua propriedade. Essa massa burguesa, entretanto, não era republicana e sim monárquica. A

---

<sup>9</sup>O fato de Marx ter trabalhado com a essência do fenômeno faz com que essa obra se revista de atualidade e se assemelhe à realidade de muitos países em diferentes períodos históricos. O conflito, ou as divergências entre os segmentos ruralistas e industriais na tentativa de fazer prevalecer seus interesses, é um bom exemplo. Outro exemplo disso é o fato de que, sob o signo da defesa da família, da tradição (ordem estabelecida) e da propriedade, muitas ditaduras foram implantadas em países periféricos, a exemplo do Brasil, Chile e Argentina, a partir dos anos 60 do século passado.

dissolução da Assembléia Nacional Constituinte, em maio de 1849, foi a pedra de toque que, com a substituição de uma fração da classe dominante pela massa da burguesia, encerrou o segundo período da Revolução Francesa.

Essa passagem demonstra que, além da luta contra o proletariado, há ou houve uma luta encarniçada entre frações da própria burguesia pelo domínio do poder político, do Estado, portanto.

O terceiro período, da República Constitucional, ou Parlamentar, foi da instalação da Assembléia Legislativa Nacional, em 28 de maio de 1849, à sua dissolução, em 2 de dezembro de 1851. Nesse período, encontra-se uma das questões mais importantes a ser discutida a partir do *Dezoito Brumário*: o descolamento da burguesia do poder Executivo.

Naquela época, na França, a indicação do ministério era feita pelo poder Legislativo. As discussões giravam em torno dos representantes da grande propriedade (os membros da Casa dos Bourbons, a burguesia rural), que contavam com o apoio da igreja e os representantes da grande indústria, do alto comércio, da alta finança, ou seja, do capital (os membros da Casa de Orléans). Junto a estes estavam os advogados, professores e oradores melífluos. O primeiro grupo era também chamado de legitimistas e o segundo de orleanistas. Ambos os grupos compunham o Partido da Ordem.

Era diante dessa aparente divergência que se organizava o Estado, por meio da indicação de ministros, compondo assim o ministério parlamentar. Tal organização era garantida pela Constituição. A Assembléia Nacional tinha poderes para afastar o Presidente e este somente poderia dissolver a Assembléia Nacional inconstitucionalmente, suprimindo a própria Constituição. Contudo, o Presidente tinha a autoridade para nomear e exonerar ministros, com todos os recursos do poder Executivo, como o poder das forças armadas e o privilégio de nomear pessoas a cargos públicos, conceder indulto a criminosos, destituir conselhos gerais e municipais eleitos pelo povo e outros (MARX, 1977).

O ministério nomeado por Luís Bonaparte, em dezembro de 1848, era composto por membros do Partido da Ordem que, além de sobreviver à Assembléia Constituinte Republicana, havia conquistado uma ampla maioria na Assembléia Nacional. Em vista disso, esse partido conseguiu imensa força política, comandando o poder governamental, o poder Legislativo e o exército. Ou seja, detinham o poder

Estatual. Por seu turno, os republicanos puros haviam sofrido grande revés eleitoral, perdendo poder e influência. A oposição ao Partido da Ordem coube à Montanha, como era chamado o Partido Social-Democrata, que detinha um número de deputados semelhante a quaisquer das facções do partido situacionista, quando tomadas isoladamente.

Registre-se o parêntese feito por Marx, em relação a aparência e a essência dos confrontos da época. Aparentemente, a disputa de poder no período da Assembléia Nacional restringia-se aos embates entre republicanos e monarquistas. Essa aparência vinha a lume quando, de um lado, cada facção monarquista se confrontava ao buscar elevar ao trono um dos membros de sua casa real, ao mesmo tempo em que se uniam na luta contra a República. A Montanha, por sua vez, fazia a defesa da República. Enquanto o Partido da Ordem parecia estar empenhado em uma reação brutal contra a imprensa, o direito à livre associação e a outras questões assemelhadas, a Montanha, buscou aparar esses golpes com o discurso da defesa dos direitos do homem. Novamente Marx mostra o que se esconde por trás desse embate: “Quando, porém, se examina mais de perto a situação e os partidos, desaparece essa aparência superficial que dissimula a **luta de classes** e a fisionomia peculiar da época” (1977d, p. 224, grifo no original).

Essa é a essência do fenômeno. Enquanto sob os Bourbons governava a grande propriedade territorial, para a Casa de Orléans eram a alta finança, a grande indústria, o alto comércio, o capital, portanto, que o faziam. Assim, como assevera Marx, não era uma questão de princípio o que opunha ambas as facções, mas sim suas condições materiais de existência representadas pelas duas diferentes formas de propriedade. Ou seja, a oposição cidade-campo, capital-latifúndio. Era evidente que havia questões de princípios, de fé, convicção, simpatia ou antipatia, rixa pessoal, recordação antiga, vinculando seus membros a uma ou a outra Casa Real. Entretanto, essa superestrutura de sentimentos, de ilusões, maneiras de pensar e de concepções de vida diferenciadas e constituídas de forma característica é erigida de acordo e sobre as diferentes formas de propriedade e condições sociais de existência. Além disso, é para o autor, a classe inteira que gera e forma tal superestrutura, sobre a base de suas condições materiais das relações sociais que a ela correspondem. A importância dessa passagem está justamente no fato de que ela demonstra com especial clareza que as condições materiais de existência



determinam o modo de ser e de pensar, as idéias, e não o inverso. Ou seja, as idéias dominantes são as idéias da classe dominante. Em síntese, na República, a despeito da aparência em contrário, ambas as casas caminhavam lado a lado, comungando os mesmos interesses. A luta pela qual cada lado empreendia para restaurar sua própria casa real, tinha como significado último, apenas o fato de que cada um dos dois interesses em que se dividia a burguesia, latifúndio e capital, buscava sobrepor-se ao outro, estabelecendo assim a sua supremacia.

Relevante também é o fato de que os monarquistas coligados exerciam suas verdadeiras atividades como Partido da Ordem – “portanto sob um rótulo social e não político” -, como representantes do regime burguês e como classe burguesa contra as outras classes, desempenhando o domínio de sua classe como um todo e não apenas de uma fração. Ou seja, dessa forma, o Estado passou a representar os interesses da classe dominante como um todo e não apenas de frações, ou fração dessa classe.

Um outro fato a que se deve prestar atenção é a afirmativa de Marx, de que, sob a República, a burguesia se confronta com o seguinte dilema: de um lado, ela torna completo seu domínio político, mas, de outro, solapa suas fundações sociais, à medida que de ora em diante tem de se defrontar com as classes dominadas, obrigando-se a lutar com elas sem qualquer mediação, sem poderem se esconder atrás da coroa.

A oposição ao Partido da Ordem era feita, como visto, pela Montanha, ou o Partido Democrático. O Partido Social-Democrata, ou a Nova Montanha, resultou da coalizão entre pequenos burgueses e operários.

De interesse para este estudo é a descrição feita por Marx da origem desse último partido. Nessa fusão, quebrou-se o aspecto revolucionário das lutas sociais do proletariado, ao lhe dar um aspecto democrático. De outra parte, despiu-se a forma puramente política das bandeiras de luta democráticas da pequena burguesia, destacando-lhes seus aspectos socialistas: “O caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio **não de acabar com dois extremos**, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e **transformá-lo em harmonia**” (1977d, p. 226, grifos acrescentados).

É a busca da conciliação entre classes. Observa-se ainda que o proletariado estava fragilizado naquele momento histórico, pela derrota da insurreição.

Por seu turno, a pequena burguesia, caracterizada por Marx, como uma classe de transição que, por acreditar estar acima das contradições de classes em geral, não via, ou não poderia ver, sentido no antagonismo de classe entre burguesia e proletariado. Os democratas se consideraram componentes do povo, como de resto todos os demais membros da nação. A despeito de admitirem estar diante de uma classe privilegiada, para eles o que interessava era a defesa dos direitos do povo. Ou seja, o conceito de classes foi substituído pelo conceito difuso de povo. Dessa forma, quando um conflito se apresentava, a pequena burguesia, ao invés de avaliar os interesses e posições de classe em jogo, satisfaz-se em acreditar que, dando o sinal ao povo, este irá se precipitar sobre os eventuais opressores.

Mas se na prática seus interesses mostram-se sem interesse e sua potência, impotência, então ou a culpa cabe aos sofistas perniciosos, que dividem o **povo indivisível** em diferentes campos hostis, ou o exército estava por demais embrutecido e cego para compreender que os puros objetivos da democracia são o que há de melhor para ele, ou tudo fracassou devido a um detalhe na execução, ou então um imprevisto estragou desta vez a partida (MARX, 1977d, p. 229).

O resultado dessa indefinição de classe do Partido Social-Democrata foi, que de principal força da oposição, com sua saída do parlamento ao ver derrotada, em 13 de junho, a proposta de *impeachment* de Luiz Bonaparte, por ter determinado um ataque a Roma contrariando a constituição, acabou sendo destroçado pelo Partido da Ordem. Com isso, esse partido conseguiu subordinar a Constituinte às decisões majoritárias da Assembléia Nacional. A contrapartida à expulsão da bancada social-democrata da Assembléia foi o enfraquecimento do próprio parlamento frente ao Executivo. Mais que isso, o fracasso do *impeachment* transformou-se em uma vitória direta de Napoleão (MARX, 1977d).

Dessa forma, Luís Napoleão foi se fortalecendo na razão direta do enfraquecimento da Assembléia. O ponto culminante foi a demissão, por Luís Napoleão, do ministério comandado pelo Partido da Ordem.

A descrição feita por Marx sobre o poder do Estado na França, para mostrar o quanto se enfraquecia o Partido da Ordem ao sair do ministério, é relevante porque ela parece confrontar com as posições de Marx em relação à autonomia e à supremacia do Estado frente às classes e frente à sociedade. Veja-se:

Torna-se imediatamente óbvio que em um país como a França, onde o poder executivo controla um exército de funcionários [...] e portanto mantém uma imensa massa de interesses e de existências na mais absoluta dependência; onde o Estado enfeixa, controla, regula, superintende e mantém sob tutela a sociedade civil, desde suas mais amplas manifestações de vida até suas vibrações mais insignificantes, desde suas formas mais gerais de comportamento até a vida privada dos indivíduos; onde através da mais extraordinária centralização, esse corpo de parasitos adquire uma ubiqüidade, uma onisciência, uma capacidade de acelerada mobilidade e uma elasticidade que só encontra paralelo na dependência desamparada, no caráter caoticamente informe do próprio corpo social (MARX, 1977d, p. 234).

Marx fala aí de um Estado que tutela a sociedade civil e na dependência desamparada do próprio corpo social. Estaria o Estado francês, naquele momento histórico, comportando-se como uma potência superior, em que o interesse e as leis da família e da sociedade civil se acham subordinados a ele? Ou seja, estaria Marx, apresentando um viés hegeliano nessa análise?

Parece que não, pois logo a seguir Marx afirma que à medida que a Assembléia Nacional (a burguesia) foi perdendo sua influência no controle das pastas ministeriais, possibilitou à sociedade<sup>10</sup> buscar, ou criar, formas próprias de organização. Ora, se a sociedade é dependente do Estado, como ela pode criar órgãos próprios independentes do poder do Estado? A chave parece estar mais à frente, quando ele afirma que a influência e aderência da burguesia ao Estado ocorrem não somente pela indicação de pessoas que estejam à frente do poder Executivo em suas mais diferentes instâncias:

[...] é precisamente com a manutenção dessa dispendiosa máquina estatal em suas numerosas ramificações que os **interesses materiais** da burguesia francesa estão entrelaçados da maneira mais íntima. Aqui encontra postos para sua população excedente e compensa sob forma de vencimentos o que não pode **embolsar sob a forma de lucros, juros, rendas e honorários**. Por outro lado, seus interesses políticos forçavam-na a aumentar diariamente as medidas de repressão e, portanto, os recursos e o pessoal do poder estatal, enquanto tinha ao mesmo tempo em que se empenhar em uma guerra ininterrupta contra a opinião pública e receosamente mutilar e paralisar os órgãos independentes do movimento social, onde não conseguia amputá-los completamente (MARX, 1977d, p. 235 grifos no original).

A seguir, quando Marx discute a saída da burguesia da administração direta do Estado, parece ficar evidente que para ele o domínio político da burguesia era

---

<sup>10</sup> Para Poulantzas, Marx, em suas obras políticas como o *Dezoito Brumário* “[...] emprega o termo ‘sociedade’ (o qual aliás indica globalmente as relações sociais, o campo das relações de classe) para designar as relações sociais econômicas, a luta econômica de classe, manifestação do isolamento” (1986, p. 130).

incompatível com sua própria segurança e existência. Ademais, ao deixar o Estado, seja no parlamento, seja no poder Executivo, a burguesia poderia “entregar-se então a seus negócios particulares com plena confiança sob a proteção de um governo forte e absoluto” (1977d, p.265).

Ou seja, parece ser então possível afirmar-se que o Estado tornou-se orgânico aos interesses da burguesia, a ponto de que ela não precisava mais gerenciá-lo diretamente.

A ruptura do parlamento com o poder Executivo, o que aparentemente significou para muitos o distanciamento da burguesia da direção da máquina estatal, promoveu de fato a desintegração da burguesia em seus diferentes setores. Contudo, ressalve-se, a burguesia financeira continuou apoiando as ações de Luís Bonaparte e mantendo seus negócios com o Estado. O significado disso é que a burguesia, impelida por seus interesses de classe, foi levada a “aniquilar” as condições vitais - os cargos no Executivo - do poder parlamentar e, em consequência, o seu próprio poder, além de tornar irresistível o governo que lhe era hostil.

O novo ministério é paradigmático em demonstrar o estreito elo entre o Estado e a burguesia financeira. O titular da pasta da fazenda era “um dos elementos mais notórios da alta finança” (MARX, 1977d, p.235).

O afastamento do Estado para entregar-se aos negócios particulares não foi total. Na verdade, para Marx, a burguesia jamais tinha governado com tanta força como naquele momento em que ela aparentemente havia sido expurgada do poder. Na verdade, o que houve foi uma mudança no regime, que deixou de ser parlamentarista. Dessa forma parece poder-se afirmar que houve uma adequação do Estado, a fim de torná-lo mais apropriado aos interesses do capital, no caso, do capital financeiro.

Por ser a beneficiária direta dessas mudanças, inclusive pela participação no governo, a aristocracia financeira condenava os ataques ao Executivo pelo Partido da Ordem, sob a alegação que tais ataques perturbavam a ordem, ou seja, o equilíbrio dos mercados, para utilizar um termo atual. Por outro lado, toda vitória de Napoleão sobre aquele partido era por ela comemorado como uma vitória da ordem. Marx qualifica essa aristocracia financeira como sendo todo o círculo financeiro e não somente os grandes promotores de empréstimos e os especuladores de títulos

públicos. Para ele, todo o setor de atividades bancárias está entrelaçado na forma mais íntima com o crédito público. Esse entrelaçamento se dá, entre outras formas, por meio do investimento de parte do capital ativo desse setor em títulos públicos de alta liquidez. Os próprios recursos financeiros colocados à disposição em forma de crédito para comerciantes e industriais se originam, em parte, dos dividendos dos detentores de títulos públicos.

Essa fração da classe dominante já naquele momento histórico, pelo menos na França, parece se tornar a força principal perante as demais frações da burguesia. Situação que não somente perdura presentemente, como parece reforçar-se cada vez mais no plano mundial.

Esse descolamento da burguesia do poder Executivo assume especial relevância pelo fato de que ele se insere no contexto da autonomia do Estado frente à sociedade e, em especial à classe dominante. Há que se prestar atenção ao fato de que Marx afirma que com Luís Bonaparte o Estado **parece** ter se tornado completamente autônomo. Ou seja, mesmo em períodos como esses, só aparentemente o Estado se torna autônomo. A despeito disso, ele afirma que Luís Bonaparte representava, ou se apresentava como representante, da classe mais numerosa da sociedade francesa: os pequenos camponeses que não eram organizados enquanto classe, senão apenas localmente, mas tinham como maior aspiração a regulamentação de sua propriedade privada.

É com base nesses fatos que, para Marx, desde a Revolução Francesa, dois períodos foram fundamentais na formação do caráter do Estado francês, cada qual atendendo a necessidades históricas específicas do desenvolvimento na sociedade capitalista naquele país:

[...] os heróis, os partidos e as massas da velha Revolução Francesa, desempenharam a tarefa de sua época, a tarefa de libertar e instaurar a moderna sociedade **burguesa**, em trajes romanos e com frases romanas. Os primeiros reduziram a pedaços a base feudal e deceparam as cabeças feudais que sobre ela haviam crescido. Napoleão, por seu lado, criou na França as condições sem as quais não seria possível desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade territorial dividida e utilizar as forças produtivas industriais da nação que tinham sido libertadas; além das fronteiras da França ele varreu por toda parte as instituições feudais, na medida em que isto era necessário para dar à sociedade burguesa da França um ambiente adequado e atual no continente europeu (MARX, 1977d, p. 204, grifo no original).

O texto *Guerra Civil na França*, constitui outra peça importante da análise. Em sua introdução, escrita por Engels, são reiterados e aprofundados alguns dos conceitos discutidos acima.

Um desses conceitos pode ser encontrado quando Engels fala da instalação do Segundo Império, em que a burguesia, cindida em quatro facções, é alijada do poder político por Napoleão. Esse alheamento é apenas formal, vez que o próprio Engels fala que, sob Luis Felipe, a França experimentou um desenvolvimento industrial “em que um pequeno setor da grande burguesia, detinha o poder exclusivo”. Engels, antecipando o conteúdo dos escritos de Marx, afirma que Luis Felipe retirou o poder político dos capitalistas sob o argumento de defendê-los dos operários e desses, para “defendê-los” dos burgueses. Ou seja, como já foi descrito no *Dezoito Brumário*, esse afastamento não é efetivo, vez que “ao invés disso, seu regime estimulou a especulação e a atividade industrial; em uma palavra: o ascenso e o enriquecimento de toda a burguesia em proporções até então desconhecidas [e], em maior grau, a corrupção e o roubo” (MARX; ENGELS, 1977f, p. 160).

Essa passagem reforça o ponto de vista de que a burguesia não necessita, participar diretamente do Estado para que esse opere em seu favor. Ela pode dispor, como será visto mais adiante, de capatazes para fazê-lo. Parece também demonstrar que a autonomia do Estado frente às classes e, em especial, à classe dominante é aparente. Por último, quando Engels fala de uma pequena fração da grande burguesia detendo o poder exclusivo, parece legitimar, os defensores da Teoria do Capitalismo Monopolista de Estado, que buscam demonstrar o domínio do Estado pelo capital monopolista.

Outra passagem de grande relevância, ainda na introdução feita por Engels, é a que trata da necessidade de dismantelamento da máquina estatal burguesa, no caso de uma revolução proletária.<sup>11</sup>

A comuna teve de reconhecer, desde o primeiro momento, que a classe operária ao chegar ao poder não pode continuar governando com a velha máquina do Estado; que para não perder de novo a sua dominação recém conquistada, a classe operária deve, de um lado, abandonar toda a velha máquina repressiva até então utilizada contra ela e, de outro, prevenir-se contra os seus próprios mandatários e funcionários,

---

<sup>11</sup> Essa é uma questão em que se debate, entre outros, os social-democratas europeus, que acreditam ser possível, a partir do Estado burguês – reformando-o, adequando-o, ou adaptando-o – chegar-se ao socialismo.

declarando-os demissíveis, a qualquer tempo e sem exceção (MARX; ENGELS, 1977f, p. 160).

Essa passagem reforça a tese que se defende neste estudo, de que o Estado capitalista é um Estado historicamente datado, orgânico a esse modo de produção. Assim, a supressão de um implicará a obrigatoriedade de supressão do outro. Ambas as revoluções, a revolução industrial inglesa e a francesa, servem de exemplos históricos que demonstram a veracidade dessa assertiva. É por esse motivo que o Estado burguês, mesmo quando governado por forças supostamente contrárias ao capital, a despeito de mudanças tópicas e de mudanças em algumas de suas funções, jamais confrontará os pilares da sociedade mercantil. Outro ponto relevante na citação acima é o alerta feito por Engels, quanto à necessidade de que se previna contra os mandatários e funcionários do Estado, declarando-os demissíveis a qualquer tempo. Há aí uma conexão, especialmente nos cargos-chave do Estado, entre os detentores de poder de mando nos governos burgueses e a classe dominante. Conexão essa bem analisada por Miliband (1972), como será visto mais à frente.

Após fazer uma crítica à concepção filosófica, para quem “o Estado é a ‘realização da idéia’ ou seja, traduzindo em linguagem filosófica, o reino de Deus sobre a terra, o terreno em que se tornam ou devem tornar-se realidade a eterna verdade e a eterna justiça”, Engels afirma que: “Em realidade, o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, tanto na república democrática, quanto na monarquia; e, no melhor dos casos, um mal que se transmite hereditariamente ao proletariado<sup>12</sup> triunfante em sua luta pela dominação de classe” (MARX; ENGELS, 1977f, p. 166).

Essa citação foi trabalhada por Lênin, em o *Estado e a Revolução*. Sua relevância está no fato de que ela define o caráter do Estado: uma máquina para a opressão de uma classe por outra. Ou seja, em sociedades divididas em classe, o poder coercitivo do Estado é construído e usado para submeter a classe dominada à dominante, seja ela quem for. O que se discute, em especial, na Europa ocidental é a possibilidade ou não de se fazer essa criatura voltar-se contra seu criador, no caso de mudança – revolucionária ou pelo voto – da classe dominante. Para Marx, Engels

---

<sup>12</sup> “Por ‘proletário’ deve entender-se economicamente o assalariado que produz e expande o capital e é lançado à rua logo que se torna supérfluo às necessidades de expansão do ‘monsieur capital’ como o chama Pecqueur” (MARX, 1975, p.714).

e também para Lênin, há de se destruir a velha máquina erigindo outra em seu lugar.

A Revolução Francesa do século XVIII, como visto, eliminou os resquícios feudais e permitiu que se erigisse em seu lugar o Estado moderno, controlado pelo Parlamento, ou seja, sob o controle direto das classes possuidoras. Marx ressalta que em sintonia com as mudanças econômicas, esse Estado também mudava politicamente. Para o autor:

À medida que os progressos da moderna indústria desenvolviam, ampliavam e aprofundavam o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado foi adquirindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, da força pública organizada para a escravização social, de máquina do despotismo de classe. Depois de cada revolução, que assinala um passo adiante na luta de classes, revela-se com traços cada vez mais nítidos o caráter puramente repressivo do poder de Estado (MARX; ENGELS, 1977f, p. 195).

Nessa passagem, Marx mostra que o Estado mudou politicamente à medida que as forças produtivas se desenvolviam na França à época. Além disso, em perfeita sintonia com a visão de Engels, apontou claramente o caráter do Estado, ou seja, um poder puramente repressivo. Essa é a definição que se adota neste estudo para o caráter do Estado burguês. Assim, em acordo com a tese que se defende, sob o modo capitalista de produção, o caráter do Estado burguês não muda, e nem poderia. O que se modifica são as suas funções e seu papel ao longo do tempo e mesmo em relação a um Estado e outro.

Dois pontos, por sua importância na análise do Estado, serão lembrados aqui. Primeiro: sob o Império, tanto a burguesia, quanto a classe operária foram aliadas do exercício direto do poder. A despeito disso, por ter agora alguém para executar a tarefa de governar, a sociedade burguesa teve então um desenvolvimento industrial não-esperado, nem pela própria burguesia. Esse conceito, que permeia este estudo, significa o entendimento segundo o qual, sempre que for mais econômico para o capital, a classe capitalista deixará de atuar diretamente sobre o Estado. Segundo: o Estado não é algo independente ou à parte, mas sim, é a expressão política das forças econômicas, como posto por Marx: “O poder estatal, que **aparentemente** (grifo acrescentado) flutuava acima da sociedade [...]”.



Em *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*, Engels (1977) buscou estabelecer a relação entre as condições materiais da sociedade, sua estrutura social e o Estado. Compartilhando do mesmo ponto de vista de Marx, também para Engels, o Estado se originou da necessidade de controlar os conflitos sociais entre os diferentes interesses econômicos, sendo que tal controle é efetuado pela classe economicamente mais poderosa na sociedade.

Além disso, destaca-se a importância do Estado, na visão de ENGELS, para a consagração da propriedade privada e a estrutura de poder, dominação e exploração da classe despojada dos meios de produção. Assim, à medida que a riqueza passou a ser valorizada e respeitada como bem supremo, faltava

[...] uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica<sup>13</sup>, que não só **consagrasse a propriedade privada**, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também **imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade**, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas –; uma instituição que, em uma palavra, não só **perpetuasse** a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o **direito** de a classe possuidora explorar a não possuidora e o **domínio** da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado (ENGELS, 1977, p.120, grifos acrescentados).

Essa “invenção”<sup>14</sup> do Estado decorreu de uma sociedade que, em sua evolução, gerou contradições decorrentes da apropriação privada dos meios de produção por uma parte dos membros dessa sociedade e da conseqüente expropriação de tais meios, do restante dos membros dessa sociedade. Decorreu também do fato de que o conhecimento acumulado da humanidade permitiu o desenvolvimento das forças produtivas a um ponto em que foi possível a geração de

---

<sup>13</sup> “*Organização gentílica da propriedade*: regime da comunidade primitiva ou primeira formação econômico-social da história da humanidade. A coletividade gentílica era uma coletividade de consangüíneos, ligados por laços econômicos e sociais. No seu desenvolvimento atravessou dois períodos: o matriarcado e o patriarcado. O patriarcado culminou com a transformação da sociedade primitiva em sociedade de classes e com o surgimento do Estado. A propriedade social dos meios de produção e a distribuição igualitária dos produtos constituíam a base das relações de produção do regime produtivo. Isto correspondia, no fundamental, ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e ao seu caráter nesse período” (LÊNIN, 1985, p.475-6, em nota de rodapé, grifo no original).

<sup>14</sup> Entende-se que a expressão “inventou-se o Estado”, utilizada por ENGELS, é mera força de expressão não podendo significar, portanto, que o Estado é fruto de um inventor genial ou coisa similar.

excedentes, em magnitude tal que apenas o trabalho de uma parcela da população tornou-se suficiente para reproduzir o conjunto da sociedade. Assim, para que a parcela expropriada dos meios de produção se sujeite a permitir que o excedente de seu trabalho seja apropriado pela outra parcela, sem que haja, entre ambas as partes, ou seja, entre as classes, uma luta aberta, a classe dominante estrutura um conjunto de aparatos, em especial o aparato repressivo, para se desincumbir desse papel.<sup>15</sup> Como já mencionado, essa questão permeia a discussão que se faz em relação ao Estado. O que se quer salientar é que o Estado capitalista cumpre, entre outras, a função de substituir o capitalista naquelas atividades que, por algum motivo, a despeito da importância para o sistema como um todo, não é de interesse do capitalista desenvolvê-las diretamente, ou lhe é impossível fazê-lo, como no caso da aposentadoria do trabalhador. Não é, portanto, sem propósito que a repressão aos trabalhadores seja o definidor do caráter do Estado burguês.

Dessa forma pode-se afirmar que há pelo menos duas características importantes pelas quais se pode identificar o Estado burguês: a primeira, é a que mostra o Estado como um organismo destinado à consagração e ao reconhecimento do estatuto da propriedade privada e da perpetuação das novas relações sociais dominantes daí decorrentes. A segunda, é a função legitimadora da exploração de uma classe sobre as demais.

Faz-se aqui uma nota em relação à origem da propriedade privada. No *Anti-Dühring*, Engels (1990) afirma que a propriedade privada, embora limitada a poucos e específicos objetos, já existia desde os primórdios da civilização, nas comunidades naturais primitivas. Seu desenvolvimento se deu pela troca de objetos com membros de outras comunidades limítrofes, sob a forma de mercadorias. De um processo eventual, essa troca de produtos, em forma de mercadorias, foi se acentuando a ponto de que no interior da comuna se passasse a produzir especificamente para a troca e não mais apenas para o consumo do produtor. Nesse momento, o produto passou a servir como mercadoria de troca para o produtor, ou para a comunidade que o produz, e como objeto de uso para o indivíduo, ou comunidade, que o recebe.

---

<sup>15</sup> “Aristóteles diz secamente que o domínio tanto no setor político quanto no econômico impõe aos detentores do poder a função de mandar, vale dizer que eles devem, no plano econômico, saber consumir a força de trabalho. Acrescenta que não se deve dar grande importância a esse trabalho de direção, e por isso o senhor, logo que dispõe de fortuna bastante, transfere a ‘honra’ dessa sobrecarga a um feitor” (MARX, 1974, p. 443).

À medida que esse processo evoluiu, ou seja, quanto maior a proporção de produtos que foram produzidos para a troca e não mais para serem consumidos pelo próprio produtor, passa a, gradativamente, substituir o regime primitivo e natural da divisão do trabalho na comuna e a acentuar a desigualdade de riqueza de seus membros. Com isso, mais e mais foi minado o regime de propriedade comunal do solo, mais e mais se acentuou a dissolução da comunidade e, gradativamente, foi emergindo uma aldeia constituída de lavradores proprietários de suas réstias de terra.

E com as diferenças no regime de distribuição surgem as **diferenças de classe**. A sociedade se divide em classes privilegiadas e desprotegidas, exploradoras e exploradas, dominantes e dominadas. E o Estado, que nasceu do desenvolvimento dos grupos naturais e primitivos em que se começaram a organizar as comunidades descendentes do mesmo tronco, para a direção de seus interesses comuns (irrigação da terra, nos países do Oriente etc.), e para se defender contra os perigos de fora, formou para si, a partir de então, uma nova finalidade: a defesa, pelo uso da força, das condições de vida e de governo da classe dominante frente à classe dominada (ENGELS, 1990, p. 128).

Além disso, para o autor, a propriedade privada, onde quer que ela surja, responde a circunstâncias econômicas, como resultado de mudanças que ocorrem nas condições de produção e de troca, no desígnio do desenvolvimento da produção e do incremento do comércio. Fez-se essa nota porque é visão sobre o estabelecimento e ampliação da propriedade privada que norteará Engels, em sua análise sobre o Desenvolvimento do Estado, que se está discutindo agora, em *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*.

Voltando à discussão das duas características do Estado Burguês, tem-se a segunda, que o considera como instituição legitimadora da exploração e domínio de uma classe sobre a outra. Note-se que essas características são anteriores ao surgimento do Estado Burguês. Entretanto, elas se tornam elementos fundamentais para a manutenção do Estado capitalista. São, portanto, características que se mantêm sob o novo modo de produção.

Após as colocações acima, Engels se detém na análise da gênese do Estado Ateniense<sup>16</sup>. Para o autor, foi na antiga Atenas que se pôde observar como o Estado

---

<sup>16</sup> “A formação do Estado entre os atenienses é um modelo notavelmente característico da formação do Estado em Geral, pois, por um lado, se realiza sem que intervenham violências externas ou internas [...], enquanto faz brotar diretamente da sociedade gentílica uma forma bastante aperfeiçoada de Estado, a república democrática, e, por outro lado, ainda, porque estamos bem informados de suas particularidades essenciais” (ENGELS, 1977, p. 133).

se desenvolveu em sua primeira fase de evolução, quando foram sendo paulatinamente substituídos os organismos da constituição gentílica, ou seja, as formas tradicionais de administração das gens, fratrias e tribos<sup>17</sup>, pela implantação de autoridades centralizadas em Atenas com poderes de mando e governo. Nesse momento criou-se uma força armada a serviço dessa nova autoridade, que, por conseguinte, podia ser dirigida contra o povo, que tomou o lugar do povo em armas, que se autodefendia nas gens, fratrias e tribos.

Com essa análise, Engels procurou demonstrar a tese materialista de Marx sobre o Estado: de que este emerge espontaneamente do desenvolvimento material da sociedade, ao invés de ser a expressão da idéia ou mesmo a invenção arbitrária de alguém. Destaca-se nesse processo de formação do Estado na Grécia, como o desenvolvimento da divisão do trabalho, enquanto processo objetivo, conduz à constituição da propriedade privada e à exploração de uns por outros e desta ao Estado.

O que teria levado a essa nova situação foi que, naquele momento histórico, a terra já se encontrava repartida como propriedade privada. Isso significava uma produção e um comércio de mercadorias relativamente desenvolvidos, incluindo aí o comércio marítimo. Em consequência da compra e venda da terra e da crescente divisão do trabalho entre a agricultura e os ofícios manuais, o comércio e a navegação, houve uma mistura entre os membros das gens, fratrias e tribos. Com essa nova situação, começaram a habitar pessoas que não pertenciam às organizações estabelecidas, criando uma situação insustentável à organização gentílica, a tal ponto que se adotou uma nova constituição, a cuja lavra se atribui a Teseu, na qual, a principal mudança foi justamente o estabelecimento de uma administração central em Atenas. A partir de então, certos assuntos que antes eram administrados e resolvidos pelas próprias tribos, sem consultar o conselho popular ou o basileu, passaram a ser considerados como assuntos de interesse comum e transferidos ao conselho geral sediado em Atenas. Dessa forma, a confederação de tribos vizinhas foi suplantada pela composição de um único povo.

---

<sup>17</sup> “Na época heróica, as quatro tribos dos atenienses ainda estavam instaladas em diferentes territórios da Ática. Mesmo as doze fratrias que as compunham parece que tinham diferentes instalações nas doze cidades de Cecrope. A constituição era a da época heróica: assembléia do povo, conselho e *basileu*” (ENGELS, 1977, p. 120-21, grifo no original).

Pode-se afirmar que Engels, ao escolher a formação do Estado Ateniense como exemplo, não o fez, de fato, por acaso. Na passagem acima se pode entender perfeitamente o significado das colocações dele e de Marx, em a *Ideologia Alemã*, de que as contradições entre os interesses particulares e gerais (no caso, das tribos, fratrias e gens) e os interesses comuns ou coletivos, levaram esses interesses a tomar, na qualidade de Estado, uma forma independente, separada dos reais interesses dos indivíduos e de seu conjunto e, além disso, aparentar uma vida comunal ilusória, ou seja, a submissão das tribos enquanto conjunto por um povo único.

Além disso, a nova constituição, ignorando a forma de organização vigente, previu a divisão do povo em três classes: nobres (eupátridas), agricultores (geômoros) e artesãos (demiurgos). Isso “demonstra que a divisão do trabalho entre camponeses e artesãos se tinha tornado suficientemente forte para disputar a primazia em importância social à antiga divisão em gens e tribos” (ENGELS, 1977, p. 122).

Essa nova situação demonstra como a divisão do trabalho vai forçando mudanças e gerando um antagonismo inconciliável entre a sociedade gentílica e o Estado que surge. Demonstra, ainda, que o primeiro sintoma de constituição do Estado teria consistido na destruição dos laços gentílicos, por dividir os membros das gens em “privilegiados” e “não-privilegiados” e esses últimos em duas classes antagônicas, segundo seus ofícios. Pode-se afirmar que o Estado que surgia já não mais representava o interesse geral da sociedade.

Ou seja, Engels procurou demonstrar, por meio do Estado Ateniense, que este surgiu para responder a uma nova circunstância socioeconômica na evolução da sociedade humana. Essa circunstância é decorrente da emergência da propriedade privada, com a mudança da situação dos membros das gens devida à apropriação dos meios de produção, dividindo a sociedade em privilegiados e não-privilegiados. A crescente divisão do trabalho mostrou-se fator essencial nesse processo, haja vista que ela precisa representar “tantas quantas forem as formas que a propriedade” for assumindo.

Engels identifica nessa situação a justificativa para que o Estado assumisse a função de garantir o florescimento dessa nova realidade, por meio da “força pública” armada, tarefa essa que na sociedade gentílica era dos seus membros.

A manutenção da ordem, por meio de uma força pública armada, é o que vai definir o caráter do Estado e, em especial do Estado Burguês no modo de produção capitalista. Essa força será usada sempre que houver ameaça ao estatuto da propriedade privada e à exploração da força de trabalho por parte dos capitalistas. Lênin, como será visto adiante, aprofunda essa discussão, em *O Estado e a Revolução*.

No caso da sociedade capitalista, então, as necessidades de mediação dos conflitos de classe e da manutenção da ordem, por parte do Estado, são reforçadas. É essa ordem que reproduz o domínio econômico da burguesia.

Assim, o Estado

É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento: é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado **aparentemente** por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. [...] Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo de classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é **por regra geral**, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo (Estado capitalista) é **o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado** (ENGELS, 1977, p. 191;193-4, grifos acrescentados).

Esta citação traz três das questões mais polêmicas sobre o assunto. A primeira é a que trata do Estado como um poder que é colocado aparentemente acima da sociedade. Considera-se que esse ponto já foi bastante discutido anteriormente. Pode-se, portanto, afirmar que o fato de esse assunto aparecer mais de uma vez nos escritos desses autores, demonstra a certeza que ambos tinham que o Estado só aparentemente pode estar acima da sociedade. E é essa forma aparente que, entre outras, permite ao Estado se apresentar como o representante dos interesses gerais e que os interesses da classe dominante possam ser apresentados à população como sendo os interesses de toda a sociedade.

A segunda questão é a de que o Estado é, por regra geral o Estado da classe mais poderosa. Essa frase tem dado margem a interpretações diferentes e até antagônicas pelos autores marxistas. Parece claro, no entanto, que Engels, quando a usa, está se referindo não somente ao Estado capitalista, mas também a Estados anteriores a esse. No caso do Estado burguês, se pudesse haver dúvidas que ele é o Estado da classe burguesa, a terceira afirmativa a dirimiria. A terceira e última, reiterada em *O Manifesto Comunista*, é a de que o Estado moderno, portanto, o Estado capitalista é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. Ambas as questões serão aprofundadas, em momento oportuno.

Em síntese, para ENGELS (1977, p. 199), o Estado é, "de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada".

Encerra-se, assim, esta parte, cujo objetivo foi delinear o entendimento de Marx e Engels, sobre as origens e o caráter do Estado burguês, bem como esboçar algumas das funções que ele desempenha no modo de produção capitalista. Deixou-se, entretanto, para se discutir a forma de sua manutenção, bem como as funções econômicas que ele desempenha, em seções específicas, mais adiante. Antes, discutir-se-á a visão de Lênin sobre o Estado, completando-se assim o estudo do tripé de sustentação da teoria marxista do Estado. De antemão, é importante frisar que o interesse de Lênin está voltado para o período de transição após a derrubada do capitalismo. Ou seja, o que implica o fim da sociedade de classes? O que implica o período de transição da sociedade capitalista para a sociedade comunista?

## 1.2 O ESTADO PARA LÊNIN

Ao se discutir a obra de Lênin, especificamente no que diz respeito à questão do Estado, é preciso ter presente o fato de que ela foi construída junto da luta revolucionária que acabaria por derrubar o regime czarista na Rússia. Dessa forma, pode-se considerá-la como uma obra que, a despeito da discussão estrutural do Estado e da profundidade teórica, possui um forte componente de conjuntura. Isso não a desmerece, ao contrário, mostra a capacidade desse autor de fazer a articulação entre a teoria e a prática e, com isso, teorizar sobre a realidade na qual atuava.

No intuito de contextualizar a obra de Lênin em relação à Marx e Engels, pode-se dizer que enquanto esses autores buscaram caracterizar o Estado capitalista, a principal preocupação de Lênin, o fio condutor de seus estudos foi, por sua vez, a transição da sociedade capitalista para o socialismo. Lênin focaliza a possível superação do Estado na passagem de uma sociedade fundada na propriedade privada para outra, baseada na propriedade coletiva dos meios de produção. Assim, serão buscados, na análise de sua obra, entre outros, os fundamentos materiais do progressivo desaparecimento do Estado.

Lênin (1985) afirma que a questão do Estado foi posta por Marx, de maneira concreta, por meio das seguintes perguntas: como surgiu historicamente o Estado Burguês, a máquina do Estado necessária à dominação da burguesia? Quais as suas transformações, qual a evolução no decurso das revoluções burguesas e em face das ações autônomas das classes oprimidas? Quais as tarefas do proletariado em relação a esta máquina do Estado? É na busca das respostas a essas perguntas que ele procede à sua análise, a qual visa explicitar as implicações decorrentes da derrocada do modo capitalista de produção.

O Estado burguês é entendido como sendo o produto irreconciliável das contradições de classe, cujo caráter é definido por ser o espaço do domínio da força. Lênin (1985, p.192-3) reitera a concepção de Engels de que o Estado "surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objetivamente *não podem* ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são *inconciliáveis*". Fazendo crítica a determinadas leituras dos escritos de Marx à época, o autor reitera que para Marx, "o Estado é um órgão de *dominação* de classes, um órgão de *opressão* de uma classe por outra, é a criação da ordem que legaliza e consolida esta opressão de uma classe sobre outra".

Como Marx e Engels, LÊNIN (1985) também se refere à questão do Estado, que se coloca acima da sociedade, como sendo somente aparente: é apenas como se estivesse acima da sociedade. Ou seja, está colocada novamente a diferença entre aparência e essência do fenômeno. Assim, em função de sua gênese, sua



criação<sup>18</sup> pela classe dominante com o objetivo de oprimir a classe dominada, a alienação está encarnada no Estado. Conseqüentemente, somente com a destruição do aparelho de poder do Estado, por meio de uma revolução violenta, seria possível libertar a classe dominada:

Se o Estado é produto do caráter inconciliável das contradições de classe, se ele é um poder que está acima da sociedade e que “cada vez mais se aliena da sociedade”, então é evidente que a emancipação da classe oprimida é impossível não só sem uma revolução violenta, mas também sem a destruição do aparelho do poder de Estado que foi criado pela classe dominante e no qual está encarnada esta “alienação” (LÊNIN, 1985, p.193-4, aspas no original).

Esse é um ponto crucial da análise de Lênin sobre o Estado, pois nesse momento ele define claramente a necessidade da revolução para a supressão do capitalismo. Além disso, aponta para uma das questões mais importantes na transição, qual seja, a necessidade de destruição do Estado burguês, tão logo a classe operária chegue ao poder. Para Lênin, Marx também teria chegado a essa conclusão, “na base da análise histórica concreta das tarefas da revolução” (1985, p. 194).

Chama-se novamente a atenção para esse ponto, uma vez que os partidos sociais democratas europeus advogam a tese de que é possível chegar-se ao socialismo, de forma pacífica, tomando-se o poder de Estado por meio do voto e, ao invés de destruir o aparelho de Estado, ele deve apenas ser “adequado” e posto a serviço da classe trabalhadora. Nesse caso, o Estado é uma instituição neutra, a serviço da classe dominante, qualquer que seja ela. A teoria do Capitalismo Monopolista de Estado, que será discutida mais à frente, tem essa questão como um de seus fundamentos. Note-se que há nessa formulação de Estado neutro, a despeito da aparente identidade, uma completa oposição em relação ao pensamento de LÊNIN. Neste estudo, defende-se o ponto de vista de que, em sociedades divididas em classes, cada Estado é específico a determinada classe dominante, não podendo ser aperfeiçoado, mas sim devendo ser destruído e recriado, conforme os ditames da nova classe dominante.

---

<sup>18</sup> A afirmativa de Lênin de que o Estado é “uma criação” da classe dominante parece dar margem à interpretação que confronta, neste ponto especificamente, o disposto por Marx. Em sua exposição sobre o assunto, como visto, Marx dispõe que o Estado surge naturalmente em função do desenvolvimento e contradições em que a sociedade humana vai se enredando. Da forma como Lênin coloca, parece que a burguesia se reuniu e resolveu criar o seu Estado.

Quanto a ser o espaço de domínio da força, para Lênin significa que a opressão da classe dominada é feita por meio do uso da força. É assim que o Estado força a entrega, pela classe trabalhadora, do excedente resultante do processo de trabalho social à classe dominante. É por meio do domínio da força que o Estado garante, em última instância, a propriedade privada dos meios de produção à classe capitalista. É por meio da força que o Estado mantém a classe trabalhadora unicamente com sua força de trabalho, obrigando-a a vendê-la como mercadoria ao capitalista. Essa é uma das mais importantes justificativas à manutenção do Estado, por se originar na própria essência do conceito de Estado burguês.

Mas em que consiste essa força que se chama Estado? Lênin busca a resposta à questão em Engels, para quem tal força consiste justamente em destacamentos especiais de homens armados, tendo prisões e outros órgãos repressores à sua disposição. É por meio dessa força que o Estado mantém a ordem na sociedade dividida em classes. Pode-se mesmo dizer que, também para Lênin, esse é o caráter do Estado, é o ponto definidor do Estado burguês. Esse aparato é que deverá ser destruído pela revolução proletária.

Note-se que a força repressiva é utilizada apenas quando são transgredidos as leis e regulamentos da sociedade capitalista, quando a ordem é ameaçada, real ou supostamente. Sobre a cabeça da classe trabalhadora pesa a ameaça de uma espada de Dâmocles, sempre pronta a cair sobre ela, todas as vezes que o proletariado ousar transgredir o disposto no arcabouço legal e institucional capitalista.

Há um aspecto ressaltado por Lênin da obra de Engels que merece ênfase especial: a luta entre Estados capitalistas no imperialismo. Lênin afirma que Engels, já em 1891, apontou a luta entre os Estados capitalistas como um fortalecimento de seus Estados e exércitos. Para Lênin, a relevância do assunto está no fato de que Engels consegue fazer sua análise no momento em que o imperialismo, no sentido de dominação dos trustes, da onipotência dos grandes bancos e da política colonial, apenas se iniciava. Isso na França, pois tanto na América do Norte quanto na Alemanha essa presença era ainda mais débil. Assim, "Engels soube indicar já em 1891 a 'concorrência de conquista' como um dos principais traços distintivos das políticas externas das grandes potências [...]" LÊNIN (1985, p.196).

Esse parece ser um dos fundamentos da importante discussão que Lênin desenvolveu sobre o imperialismo e que, entre outras contribuições ao debate sobre o tema, serviu como um dos pilares importantes da teoria do Capitalismo Monopolista de Estado.

Lênin define o imperialismo como sendo o capitalismo monopolista, no qual cada grande corporação, como os trustes, consórcios e bancos gigantes, é monopólio; em que um punhado de países ricos, à época (Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos)<sup>19</sup> desenvolveu-se os monopólios, recebendo superlucros às custas de grande contingente de pessoas dos demais países e que lutam entre si para aumentar individualmente seus ganhos. Essa é, para Lênin, a essência econômica e política do imperialismo.

Ou seja, sob esse ponto de vista, o imperialismo é decorrente do desenvolvimento e das características fundamentais do próprio capitalismo, sua fase monopolista, cujo ponto fundamental, sob a ótica econômica, é a substituição da livre concorrência pelos monopólios capitalistas; é a transição para um regime superior.<sup>20</sup> Há cinco traços fundamentais que caracterizam esse processo. O primeiro, decorre da concentração da produção e do capital a tal ponto que cria os monopólios, os quais assumem papel relevante em relação às questões econômicas. O segundo traço se caracteriza pela fusão dos capitais bancário e industrial, que propicia o surgimento da oligarquia financeira. O capital financeiro, e não o industrial, é o ponto característico do imperialismo.<sup>21</sup> O próximo traço é a importância que assume a exportação de capitais. O penúltimo, diz respeito às associações monopolistas de capitalistas, no plano internacional, partilhando o mundo entre elas. A última característica é o termo de partilha territorial do mundo entre as principais potências capitalistas. Partilha essa que não acontece de forma pacífica, mas sim por meio de rivalidades e fricções. Tais rivalidades, aliás,

---

<sup>19</sup> Hoje seria mais adequado de falar no G7, grupo dos sete países mais ricos do mundo. São eles, além dos quatro citados por Lênin, o Japão, Canadá e Itália.

<sup>20</sup> "Economicamente o imperialismo (ou 'época' do capital financeiro, a questão não está na palavra) é o grau mais elevado do desenvolvimento do capitalismo, precisamente o grau em que a produção se tornou tão grande e imensa que a *liberdade de concorrência é substituída pelo monopólio*" (LÊNIN, 1985, p. 24, grifo no original).

<sup>21</sup> É interessante notar como, em cada período, o capital financeiro vai aumentando sua importância, sob o capitalismo. Se sob o imperialismo ele é o ponto característico, já na França de Napoleão, como apontado por MARX, ele se sobressaiu aos demais capitais. Atualmente, com o desenvolvimento das forças produtivas, em especial das telecomunicações e informática, seu predomínio continua a crescer.

perduram até os dias de hoje. Há ainda uma questão importante nessa análise que é o fato de os monopólios que, para o autor, derivam da livre concorrência, não a eliminam, coexistem acima e ao lado dela, gerando com isso contradições e conflitos intensos. Finalmente, para Lênin, o imperialismo deve ser qualificado como “capitalismo de transição”, “capitalismo agonizante”. Desse ponto de vista, originou-se a postulação da teoria do Capitalismo Monopolista de Estado de que o imperialismo seria a última fase do capitalismo.

Um dos acréscimos da obra de Lênin sobre o Estado capitalista é a questão da burocracia, do funcionalismo e do exército. Para ele, as duas instituições mais características da máquina de Estado burguesa são o funcionalismo e o exército permanente. Para manter um poder público especial, que esteja acima da sociedade, necessita-se de recursos que advêm dos impostos e da dívida pública. Na verdade, como será discutido mais adiante, o Estado se mantém com parte da mais-valia extraída dos trabalhadores. O imposto, portanto, é a forma de arrecadação dessa mais-valia. Em relação ao funcionalismo, Lênin questiona sua situação privilegiada. Para ele, os funcionários públicos se apresentam como órgãos do poder de Estado, questionando-se sobre o que os coloca acima da sociedade.

A resposta a essa questão é buscada em Engels: "Na república democrática [...] 'a riqueza exerce o seu poder indiretamente, mas com tanto mais segurança', a saber: em primeiro lugar, por meio da 'corrupção directa dos funcionários' (América), em segundo lugar por meio da 'aliança de governo e bolsa' (França e América)" (LÊNIN, 1985, p.198).

Além disso, naquele momento histórico, o imperialismo e a dominação dos bancos desenvolveram uma arte extraordinária de pôr em prática a defesa e a onipotência do capital em qualquer república democrática. Essa arte estaria, entre outras formas, em garantir, aos ocupantes de cargos nos altos escalões governamentais, empregos altamente remunerados em instituições privadas. Há de se ressaltar que esta é uma prática adotada à larga nos dias atuais e, com implicações tão relevantes que se criou a instituição de quarentena para esses dirigentes de órgãos públicos, antes de poderem ser reabsorvidos pelo mercado.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> A título de exemplo, no Brasil, praticamente todos os ex-presidentes do Banco Central foram trabalhar em uma instituição financeira, ou criaram suas próprias instituições.

Essas colocações são importantes, uma vez que comungam com a visão de Estado como instrumento da classe capitalista. Para Lênin (1985, p. 211), nas obras de Marx e Engels, "fala-se repetidas vezes de como mil laços ligam estas instituições precisamente à burguesia". Essa relação entre os ocupantes de cargos públicos e o capital foi discutida detalhadamente por Miliband (1972), o qual será referenciado mais adiante.

Aqui se deve levantar uma questão: a importância das pessoas nos cargos-chave do aparato estatal parece dever ser relativizada. Primeiro, a despeito da importância do papel individual e dos mil laços que ligam os detentores de mando no aparato estatal à classe capitalista, o determinante é a estrutura, as leis próprias do modo de produção capitalista. Em segundo lugar, aceitar-se que a alta burocracia é quem, por decisão racional, determina as ações do Estado em favor dos interesses dominantes, parece significar uma visão hegeliana, ou mesmo hobbesiana e não marxista. É ainda render-se à teoria burguesa, como a da escolha racional, por exemplo.

A par dessas questões relacionadas à ocupação dos cargos no poder Executivo como uma das formas de reforçar o domínio da burguesia sobre o Estado, Lênin traz à tona a importante discussão do processo de aperfeiçoamento do Estado burguês, a consolidação desse aparelho burocrático e militar, por meio das diversas revoluções burguesas, a partir da queda do feudalismo. Para ele, esse processo de aperfeiçoamento foi sintetizado historicamente nos acontecimentos da França dos anos 1848-1851<sup>23</sup>.

Ao analisar tais acontecimentos, Lênin recoloca a questão do Estado após a vitória da revolução. Esse é um dos temas de grande relevância em sua obra, pois essa é uma transição específica, qual seja, a da passagem do de um modo de produção baseado na propriedade privada dos meios de produção – modo de produção capitalista – para outro, fundamentado na propriedade coletiva dos meios de produção. As implicações teóricas e práticas dessa passagem são suas principais preocupações.

A primeira implicação desse momento de transição é a que diz respeito à necessidade de o proletariado tomar o poder político, o poder do Estado, para que possa elevar-se à condição de classe dominante. Entretanto, tomar o poder político

---

<sup>23</sup> Síntese essa que foi mostrada por Marx, em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*.

é condição necessária, mas não suficiente. É imperativo ir além, é imprescindível destruir o aparato repressivo burguês, colocando em seu lugar um Estado orgânico aos novos interesses. Ou seja, deve-se ressaltar novamente que para Lênin (1985), de acordo com o pensamento de Marx e Engels, o Estado capitalista não pode ser adaptado, transformado, reformado, adequado aos interesses da classe trabalhadora. Salienta-se que a visão que se partilha aqui é que cada Estado é historicamente datado e específico a seu modo de produção. Daí a importância de se ressaltar a observação de Marx de que todas as revoluções apenas buscavam o aperfeiçoamento da máquina estatal, ao invés de a destruir.

A segunda implicação é que se está tratando ainda de uma sociedade dividida em classes. No caso, a mudança é que ao invés da classe burguesa e as frações de classe<sup>24</sup> que lhes apoiam serem as dominantes, é o proletariado que passa a dominar. Esse é, portanto, um estágio intermediário, anterior ao comunismo. Somente nessa fase superior de desenvolvimento da humanidade é que as classes deverão ser abolidas.

A partir do que foi exposto acima, é possível discutir ambas as questões, do aperfeiçoamento do Estado e da destruição do aparelho de Estado, à luz da tese defendida nesta investigação. O primeiro caso, estreitamente vinculado ao objeto da pesquisa, parece demonstrar à farta o fato de que o Estado, sob o capitalismo, está em constante mudança, com vistas à busca do seu aperfeiçoamento, ou seja, a fim de mantê-lo o mais orgânico possível aos interesses da acumulação do capital. Foi assim com as revoluções burguesas e é assim com as formas de Estado do Bem-Estar e Neoliberal. É também assim com a busca de um Estado mais efetivo por parte do Banco Mundial, como será visto mais adiante.

À medida que vão se desenvolvendo as forças produtivas e que novas tecnologias são postas à disposição da sociedade, o Estado as vai incorporando. Essa incorporação se destina a qualificá-lo a melhor desempenhar seu papel de gerente do lar capitalista (GERMER, 2001). Além disso, o Estado capitalista, assume novas funções ao longo da história e nos diversos países. No interior do marco do modo capitalista de produção, o Estado apenas se aperfeiçoa e eventualmente

---

<sup>24</sup> Designamos por *frações autônomas* de classe as que constituem o substrato de eventuais forças sociais, por *frações*, os conjuntos sociais suscetíveis de se tornarem frações autônomas: e isto segundo o critério dos efeitos pertinentes” (POULANTZAS, 1986, p.82).

assume diferentes funções, em decorrência das exigências materiais do momento histórico determinado. Entretanto, sob a revolução, há de se concentrar todos os esforços na destruição, na supressão desse Estado.

Recorde-se que um dos fatos relevantes em Lênin é que sua crítica ao Estado tem, como substrato, a perspectiva da vitória da revolução. No capitalismo, em que a classe trabalhadora, desprovida dos meios de produção, é submetida à classe dominante, proprietária de tais meios, cabe ao Estado garantir a continuidade da apropriação privada dos meios de produção pela classe dominante, bem como a expropriação do excedente do produto do trabalho da classe dominada, a mais-valia. É para isso, portanto, que o Estado burguês necessita ser constantemente aprimorado. Entretanto, a partir do momento que a propriedade dos meios de produção e a sociedade dividida em classes deixam de existir, o Estado perde sua finalidade. "Assim que deixa de haver uma classe social a manter na opressão, assim que são eliminados, a par do domínio de classe e da luta, fundada na anarquia da produção anteriormente existente, pela existência individual, também as colisões e excessos deles resultantes, já nada mais há a reprimir que torne necessária uma força especial para a repressão, um Estado" (ENGELS, citado por LÊNIN 1985, p. 201).

Nessa passagem, pode-se inferir que Engels concentra-se na extinção do braço armado e repressivo do Estado, na força especial para a repressão. Há, no entanto, funções que são desempenhadas pelo Estado, mas que não lhe são específicas e que não deverão ser extintas. Isso fica um pouco mais explícito, quando, mais adiante, Engels escreve: "Em lugar do governo sobre pessoas surge a administração de coisas e a administração do processo de produção" (ENGELS, citado por LÊNIN, 1985, p. 201). Isso parece querer significar que a administração de pessoas é o uso do Estado para sujeitar uma classe à outra.

Ao criticar veementemente a participação de lideranças do movimento operário em governos burgueses, parece que Lênin busca, justamente, demonstrar a impossibilidade de se erigir, sob os desígnios do capitalismo, um Estado que possa voltar-se aos interesses da classe trabalhadora, indo de encontro aos interesses da classe burguesa. Esta é uma questão relevante, vez que ela está na raiz do surgimento da social-democracia e da forma de Estado do Bem-Estar.

O parágrafo seguinte sintetiza de forma clara a visão de Lênin a esse respeito que, frise-se, é muito semelhante às colocações de Marx sobre o assunto:

Os democratas pequenos burgueses, esses pretensos socialistas que substituíam a luta de classes pelos sonhos de entendimento das classes, concebiam a própria transformação socialista de um modo sonhador, não sob a forma de derrubamento do domínio da classe exploradora, mas sob a forma da submissão pacífica da minoria à maioria que ganhou consciência de suas tarefas. Esta utopia pequeno-burguesa, indissoluvelmente ligada ao reconhecimento de um Estado colocado acima das classes, conduzia na prática à traição dos interesses das classes trabalhadoras, como o mostrou, por exemplo, a história das revoluções francesas de 1848 e 1871, como o mostrou a experiência da participação 'socialista' nos ministérios burgueses em Inglaterra, em França, em Itália e em outros países no fim do século XIX e no princípio do século XX (LÊNIN, 1985, p. 208).

A esse propósito, cabe ressaltar que para Lênin (1985, p. 211) no *Manifesto Comunista*, Marx e Engels fizeram um balanço geral da história, mostrando claramente o Estado como órgão de dominação de classe. Além disso, tal balanço conduziria à conclusão necessária de que o proletariado não poderia derrubar a burguesia sem ter conquistado primeiro, pela via revolucionária, o poder político; sem ter alcançado a dominação política, sem ter transformado o Estado "em proletariado organizado como classe dominante".

Um fato a ser considerado é que o Manifesto Comunista, como de resto todos os documentos dessa natureza, é um documento político, de convocação dos trabalhadores à luta contra o capitalismo. Daí parece ser natural que ambos os autores tenham carregado nas tintas ao se referirem ao Estado como comitê executivo para gerenciar os negócios da burguesia. Isso não significa que se está menosprezando os vínculos do Estado com a classe burguesa. Ao contrário, pretende-se, mais que isso, destacar que tal vínculo vai além de mero comitê, ele é orgânico, estrutural.

Finalmente, faz-se uma nota sobre a visão de Lênin (1985) sobre as formas de apresentação do Estado capitalista. Quando o autor discute a ditadura do proletariado, na transição do capitalismo para o socialismo, Lênin vai ao encontro da concepção de Marx, na *Crítica ao Programa de Gotha*, ao afirmar que as formas em que se apresentam os Estados burgueses são extremamente variadas. Entretanto, sua essência é uma só: "em última análise, todos os Estados são, de uma maneira



ou de outra, mas necessariamente, uma ditadura da *burguesia*" (LÊNIN 1985, p. 216, grifo no original).

Com o discutido acima, acredita-se ter apreendido a essência do pensamento de Marx, Engels e Lênin a respeito da origem e do caráter do Estado burguês, bem como da sua importância para manter as relações de produção capitalista. No capítulo seguinte, procede-se à análise de alguns autores marxistas, o que se julga importante para o esclarecimento do objeto deste estudo.

## 2 O ESTADO PARA OUTROS AUTORES MARXISTAS

Alguns dos conceitos de Estado, como sua origem e seu papel, têm gerado muitas controvérsias no seio da teoria marxista, devidas, em grande parte, ao fato de Marx não ter dedicado uma parte de sua obra especificamente à análise do Estado. Apesar disso e diante do exposto até aqui, é possível afirmar que há sim uma teoria do Estado em seus escritos. Ocorreu, como é sabido, que, a despeito de estar em seu plano de estudos, o autor não teve tempo para escrever um texto exclusivo sobre o assunto.

Entretanto, apesar de tais controvérsias e de que autores como Carnoy (1986) afirmem que não é muito claro na obra de Marx o grau em que o Estado na sociedade capitalista é um instrumento que serve à realização dos interesses da burguesia, é possível afirmar-se que os principais teóricos marxistas partem, em maior ou menor grau, dessa premissa básica, concordando com o *Manifesto Comunista*.

Para Gold (1977), teóricos marxistas partem dessa premissa básica, muito embora, na análise do Estado, eles têm se orientado basicamente por três perspectivas teóricas diferentes, cada qual atribuindo maior peso ou maior importância às suas evidências na análise do Estado capitalista, em relação às outras. A primeira delas é a teoria instrumentalista, que analisa de modo sistemático os vínculos entre a classe dominante e o Estado. A teoria estruturalista busca estudar a forma pela qual a política do Estado é determinada pelas contradições e limitações do sistema capitalista. A teoria hegeliano-marxista focaliza seu estudo no uso da consciência e da ideologia pelo Estado, no sentido de manter o seu mito de

instituição que serve ao conjunto da nação, mascarando o seu antagonismo de classe.

A perspectiva teórica instrumentalista considera que o Estado é um instrumento da classe dominante por ser controlado por essa classe. Os teóricos associados a essa perspectiva têm dedicado sua atenção ao estudo da natureza da classe governante, aos elos de ligação dessa classe com o Estado, bem como às relações concretas entre políticas estatais e os interesses de classe. Desse modo, o funcionamento do Estado se dá, fundamentalmente, por meio do exercício do poder dos detentores de cargos estratégicos no aparato estatal, a favor da classe dominante (SONNTAG, 1988).

Para Miliband (1972, p.36), a dominação política do capital está ligada à monopolização do poder político e econômico por parte da classe dominante, que na sociedade capitalista, "é aquela que possui e controla os meios de produção e que é capaz, em virtude do poder econômico que em decorrência disso lhe é conferido, de usar o Estado como instrumento de dominação da sociedade".

O estruturalismo<sup>25</sup> foi desenvolvido na França em meados dos anos 1960, com o intuito de compatibilizar a teoria marxista com o caráter aparentemente automático e organizado da sociedade capitalista, em que as classes, burguesia e proletariado, desempenham papéis previamente determinados (CARNOY, 1986).

Essa vertente sustenta que as funções do Estado são muito mais determinadas pelas estruturas da sociedade, do que pelas pessoas que ocupam cargos no aparato estatal, por mais estratégicos que eles possam ser. Seu ponto de partida é a investigação da estrutura de classes da sociedade, em particular das contradições enraizadas na economia. Busca também investigar as formas como o Estado trata de neutralizar ou reduzir tais contradições. Ou seja, os teóricos do estruturalismo procuram descortinar as funções que o Estado desempenha no

---

<sup>25</sup> "Para pensadores como Saussure e Jakobson, que pesquisaram as estruturas subjacentes da linguagem; Lévi-Strauss, que aplicou o estruturalismo aos rituais primitivos; Lacan, que fez o mesmo em psicologia; e Foucault, quanto às relações sociais e ao conhecimento, o elemento crucial para a compreensão da sociedade humana 'não são as atividades conscientes do sujeito humano mas a estrutura inconsciente que essas atividades pressupõem'. (McLellam, 1979, p.289) Louis Althusser transportou essa perspectiva estruturalista à obra de MARX como parte de uma crítica ao humanismo marxista de Lefebvre e de Sartre. (Althusser, 1969; Althusser e balibar, 1970) Como Lévi-Strauss, Foucault e outros estruturalistas, Althusser queria combater o subjetivismo que colocara 'o homem' como sujeito no centro dos sistemas metafísicos. A ênfase colocada por Sartre no indivíduo e na ação individual é confrontada pelos enfoques de Althusser sobre os atos condicionados e o indivíduo subjugado pelos aparelhos ideológicos" (CARNOY, 1986, p. 119).

sentido de reproduzir a sociedade capitalista como um todo. Ainda, afirmam que tais funções variam de acordo com o grau de desenvolvimento capitalista e o nível das lutas de classe (SONNTAG, 1988).

Para Poulantzas (1986), o Estado é um fator de coesão, que corresponde aos interesses políticos da classe dominante, mas tem autonomia relativa frente às classes e frações de classes do bloco no poder. Esse motivo o impede de ser visto como mero instrumento da classe dominante. Essa autonomia relativa é devida à separação do Estado da estrutura econômica, que é específica do modo de produção capitalista, e derivada da expropriação dos trabalhadores de seus objetos e meios de trabalho ou de produção.

A justificativa teórica a seu conceito de autonomia relativa é buscada em Marx, para quem, segundo Poulantzas (1986), tal autonomia significa a autonomia específica do Estado capitalista e das relações de produção do modo capitalista de produção, que se refletem, no âmbito das lutas de classe, de um lado em uma autonomia da luta econômica e, de outro, da luta explícita de classe. Essa questão da autonomia relativa não parece estar evidente em Marx. O que esse autor discute, como se chamou reiteradamente a atenção, é que há uma separação ou autonomia apenas aparente do Estado frente à sociedade, ou mais especificamente, frente à classe dominante.

Poulantzas (1986) discute o Estado capitalista a partir das seguintes caracterizações: ausência de determinação dos sujeitos enquanto agentes de produção, os quais são tratados como indivíduos, cidadãos, pessoas políticas etc., fato esse que não ocorria nos Estados anteriores ao capitalismo; é um Estado de classe que apresenta a especificidade de a dominação de classe estar constantemente ausente das instituições; apresenta-se como um “Estado-popular-de-classe”; suas instituições são fundamentadas sobre os princípios da liberdade e da igualdade dos indivíduos ou pessoas políticas; sua legitimação não mais se baseia na vontade divina como na monarquia, mas sim na vontade popular de indivíduos-cidadãos formalmente livres e iguais, na soberania popular e na vontade laica do povo; o povo, por meio do voto, é alçado à condição de fator determinante do Estado, não como agente da produção, distribuído em classes sociais, mas sim enquanto ser isolado, indivíduo-cidadão; existência de um arcabouço jurídico abstrato-formal fundamentado nos princípios de liberdade e igualdade: “O Estado

capitalista moderno apresenta-se, assim, como encarnando o interesse geral de toda a sociedade como substancializando a vontade desse 'corpo político' que seria a 'nação'" (1986, p. 119).

Note-se que, como observou Marx no *Dezoito Brumário*: "Quando porém se examina mais de perto a situação e os partidos, desaparece essa aparência superficial que dissimula a **luta de classes** e a fisionomia peculiar da época" (1977d, p. 224, grifo no original).<sup>26</sup>

A partir de seu entendimento de autonomia relativa, Poulantzas (1986) afirma que o Estado capitalista desempenha as seguintes funções: desorganizar politicamente as classes dominadas e organizar, em contrapartida, as classes dominantes; excluir de seu interior a presença das classes dominadas, enquanto classes, ao passo que inclui as classes dominantes; fixar sua relação com as classes dominadas de forma atomizada por meio da representação da unidade do povo-nação, enquanto essa relação com as classes dominantes é fixada como uma relação com classes politicamente organizadas. Além disso, o Estado se apresenta como um Estado da classe burguesa, sendo que nisso está subentendido que todo o povo está inserido nessa classe.

Assim, as contradições de classe que constituem o Estado estão presentes em seu próprio quadro material, dando forma à sua organização. Isto é, enquanto o capitalismo e a produção separam e individualizam os trabalhadores, o Estado os reintegra por meio de um conjunto de instituições que os homogeneizam e os normalizam, ao mesmo tempo em que os diferenciam sob uma nova série de leis, normas, valores, história, tradição, língua e conceitos de conhecimento que emanam da classe dominante e de suas frações "Essa mesma reintegração acontece no contexto da luta de classes, e todas as instituições da sociedade, incluindo o Estado, são o produto dessa luta" (CARNOY, 1986, p.157).

Em síntese, para a perspectiva estruturalista, a manutenção do Estado burguês se justifica por ele atuar como fator de coesão de uma determinada formação social, organizando a classe dominante e atomizando a classe dominada.

---

<sup>26</sup> Repete-se essa citação de Marx por ser ela de extrema importância para a discussão dos estudos de Poulantzas e, portanto, para a análise do conceito de autonomia relativa desse autor.

Ainda, no interior do Estado capitalista, há espaço para o atendimento de interesses das classes dominadas, desde que não confrontem os limites do sistema.<sup>27</sup>

A visão de que o Estado funciona como força de coesão é compartilhada também, segundo Mollo (2001, p.356), pelos chamados regulacionistas, para quem o Estado é “resultado da necessidade de recomposição da sociedade desintegrada pela ‘mercantilização’ das relações sociais e pela universalização da relação salarial”.

Ainda para Mollo (2001), compartilhando da visão de Poulantzas, é a percepção da existência de uma autonomia relativa do Estado que permite explicar o aparecimento de políticas sociais que favoreçam a classe dominada, ao mesmo tempo restringindo o poder econômico da classe dominante, sem contudo, ameaçar seu poder político.

Questionam-se essas colocações, uma vez que elas parecem, por um lado, subestimar a luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho, como por exemplo, pela instituição da jornada de trabalho nos primórdios do capitalismo. De outro, como acentuou Marx, se o Estado por vezes necessita atuar para refrear a ganância do capitalista, ele o faz contra o capitalista individual e não contra a classe capitalista. Ao contrário, ele está agindo em favor dessa classe como um todo.

Vincent (1980) afirma que os capitalistas, enquanto classe, têm necessidade do Estado para afirmar-se, para colocar toda sua força na relação social de exploração.

Por sua vez, a visão teórica hegeliano-marxista, busca seus fundamentos em Hegel e nos escritos iniciais de Marx e Engels. Também se fundamentam em autores como Luckács, Habermas e Marcuse (Escola de Frankfurt, ou crítica). A questão-chave para essa teoria é a resposta à pergunta sobre o que é o Estado e não sobre as relações entre o Estado e a classe dominante. O Estado, para essa perspectiva, *“es una mistificación, una institución concreta que sirve los intereses de la clase dominante, pero que intenta autorretratarse como sirviendo al conjunto de la nación, desdibujando con ello los perfiles básicos del antagonismo de clase. Así, el*

---

<sup>27</sup> “Neste sentido, o Estado capitalista comporta, inscrito em suas próprias estruturas, um jogo que permite, dentro dos limites do sistema, uma certa garantia de interesses econômicos de certas classes dominadas” (POULANTZAS, 1986, p. 185).

*Estado representa una universalidad pero una universalidad falsa, una 'comunidad ilusoria' (SONNTAG, 1988, p. 38).*

Para Sonntag (1988), ao se analisar a questão do Estado sob a ótica teórica marxista, é possível afirmar que os autores vêm, em maior ou menor grau, utilizando como referência as bases de uma ou outra das teorias acima. Contudo, para a realização deste capítulo, não se pretende seguir essa classificação, mas, sim, buscar em seus teóricos, explicações sobre as funções desempenhadas pelo Estado. Ou, mais especificamente, sobre suas funções econômicas, que contribuem com a justificativa do porque da manutenção do Estado burguês, bem como com a explicação das mudanças de suas formas de apresentação ao longo do tempo.

## 2.1 O CONCEITO DE ESTADO ENQUANTO ABSTRAÇÃO

Uma importante interpretação teórica marxista sobre o Estado é feita por Krader (1980). Ele vincula o aparecimento do Estado ao surgimento de condições objetivas de desenvolvimento dos seres humanos, bem como à divisão da sociedade em classes e de como uma dessas classes passa a dominar as demais. Esse autor define o Estado como sendo a expressão abstrata dos meios formais e substanciais, de unificação, regulação e controle da sociedade humana desunida. Dessa forma, o Estado é o produto de relações e condições que não são gerais, nem universais da sociedade humana, mas sim específicas a determinadas sociedades.

O Estado é assim entendido como uma abstração, à medida que se vincula a diferentes agrupamentos humanos concretos, não se podendo situá-lo em tempo e lugares particulares. A fim de dirimir possíveis dúvidas, fazem-se, a seguir, alguns esclarecimentos de cunho metodológico. Quando se afirma que o Estado é uma abstração, está-se referindo ao conceito de Estado. Ora, como todo o conceito é uma abstração, o termo Estado é, portanto, um produto do pensamento que representa uma categoria da realidade social existente nas sociedades divididas em classes. Entretanto, sua forma concreta é diferente em cada sociedade específica. Assim, por abstrair, ou excluir, as diferenças de forma entre os Estados,

concentrando-se no que eles têm em comum, é que o conceito de Estado é uma abstração.

Portanto, a afirmação de que o Estado é uma abstração, não se podendo situá-lo em tempos e lugares particulares, significa, em primeiro lugar, que se está referindo ao conceito de Estado, o qual é uma categoria do pensamento. Como esse conceito é construído a partir do que há de comum a todas as formas concretas de Estado, segue-se que na realidade concreta ele está presente em todas as sociedades divididas em classes. Todavia, o Estado não pode ser encontrado em sua forma genérica e conceitual em nenhuma sociedade particular, uma vez que, na realidade concreta, o conceito deve ser mais objetivado, concretizado, como, por exemplo, Estado burguês, Estado feudal etc., ou ainda Estado burguês em sua fase concorrencial, em sua fase imperialista etc.

A despeito de o Estado estar presente, atualmente, em praticamente todas as partes do mundo, houve um tempo em que ele não existia. O Estado possui uma origem histórica real, como demonstrado por Marx e Engels, sendo produto de certas condições que não são privilégios de determinado povo, tempo, ou lugar, mas sim, condições que se desenvolvem em diversos lugares, em diversas épocas e entre diferentes agrupamentos humanos. Da mesma forma, tanto quanto surgem, quando tais condições específicas aparecem, os Estados também desaparecem à medida que tais condições deixam de existir. Assim, sendo o Estado, expressão das relações sociais humanas, o é por meio de um conteúdo que exprime uma relação social de forma específica, determinada: "*Esta relación constituye el conjunto de condiciones bajo las cuales el Estado llega a ser e desaparece*" (KRADER, 1980, p. 4).

Esse autor justifica, dessa forma, não somente o aparecimento dos Estados na história da sociedade humana, como também a possibilidade de os Estados, à medida que os modos de produção vão sendo superados, desaparecerem, ou serem destruídos e substituídos por outros. Mais que isso, de os Estados apenas desaparecerem, caso não haja mais necessidade histórica objetiva para a sua existência.

Igualmente relevante nessa análise é a colocação de que o Estado, ao ser a expressão abstrata dos meios com os quais os todos sociais, divididos internamente

em relação à sua reprodução,<sup>28</sup> são unificados, regulados e governados, não é o mesmo que os meios dados de unificação, regulação e governo desses todos sociais. Esses meios, que são concretos e abstratos, possuem, além de forma e substância, expressão e conteúdo. Isto significa que o Estado, enquanto expressão é apenas forma, possuindo um aspecto teórico dentro de sua relação imediata, mas não possuindo um aspecto imediato em sua relação prática. Ou seja, as tarefas práticas de unificação desse todo social dividido, tais como regulação, controle, governo e defesa, são executadas pelas agências concretas do Estado, como as instituições legislativas, executivas, fazendárias, judiciárias, militares etc.

Além disso: *"el Estado es una abstracción en el sentido de que es una constante universal con un determinado sistema de referencia social e histórica, en el cual los Estados concretos son variables"* (KRADER, 1980, p. 5). O que o autor parece querer dizer, e coerente com a nota metodológica acima, é que os Estados, mesmo em um determinado momento histórico, variam de lugar a lugar e de acordo com o grau de desenvolvimento. Contudo, guardam características essenciais comuns que os identificam com tal momento histórico.<sup>29</sup>

Ainda para Krader (1980), as sociedades humanas se reproduzem por meios humanos, meios que constituem o trabalho, e algumas delas, constituem-se em um aglomerado social. Em alguns desses aglomerados sociais, a totalidade de seus membros, ou pelo menos aqueles que são capazes de fazê-lo, contribuem para o processo reprodutivo por meio de seu trabalho. Entretanto, em outros todos sociais, apenas o trabalho de uma parte de seus membros mantém o processo de reprodução do conglomerado social, sendo que os demais membros não participam desse processo. Essas sociedades são divididas em classes sociais, sendo que, enquanto uma das classes se desincumbe dos trabalhos atinentes à reprodução do todo social, a outra extrai parte do trabalho social e do produto desse trabalho, alienando-o do processo de trabalho dentro do todo social sem, no entanto, retribuir de maneira recíproca à outra classe, o que lhe foi extraído e alienado. Ou seja, nesse segundo caso, o trabalho de reprodução da totalidade social está dividido em

---

<sup>28</sup> "Por reproducción se entiende la reproducción humana, económica y social, como opuesta a la reproducción natural. Todas las sociedades naturales y humanas, como tales son reproductivas; las sociedades humanas se reproducen a sí mismas por medios humanos, que consisten en el trabajo" (KRADER, 1980, p. 5).

<sup>29</sup> Sob essa perspectiva, é possível discutir uma teoria marxista geral para o Estado. Tal perspectiva contraria a visão de autores como Jessop (1982), para quem pode-se apenas discutir tal Estado capitalista em determinado momento histórico.



duas partes. Enquanto uma parte dos membros se ocupa dos trabalhos de reprodução em si, a outra participa de trabalhos outros que não o de reprodução.<sup>30</sup> Essas duas partes desse todo social são as classes sociais, as quais se opõem umas às outras, sendo que cada uma luta para aquisição e expansão de sua parte no montante do trabalho e de seu fruto, dentro dessa sociedade humana.

O Estado é, assim, segundo Krader (1980), a expressão mediata da divisão da sociedade em classes, a afirmação dos interesses dessas classes, em especial das classes proprietárias dos meios de produção e, portanto, da oposição entre esses interesses. Há de se notar, como pontua o autor, que o todo social, enquanto concreto real,<sup>31</sup> continua existindo sob essas condições. Ou seja, continua mantendo suas tradições, práticas e linguagem, a expressão simbólica de sua unidade e, portanto, sua consciência. Ainda, que ao manter a paz interna e a ordem social, o Estado toma para si as relações externas de reconhecimento mútuo, tanto interno quanto com o exterior. Toma também para si as relações defensivas e ofensivas na guerra, além das relações pacíficas com outros todos sociais humanos. E, ainda, as sociedades humanas possuem meios para regular e controlar suas relações internas e externas, exercendo para isso o poder social sobre seus membros, incluindo aí o uso da força física, quando necessário.

Enquanto nas sociedades sem Estado o poder se encontra disperso, nas sociedades com Estado, o poder é centralizado. Essa questão parece ser de clara visualização em Engels, quando ele trata do surgimento do Estado Ateniense, conforme discutido acima. Tal centralização é fruto não do Estado, mas do processo de autodivisão da ordem humana, conectado à divisão da distribuição do trabalho social e do produto desse mesmo trabalho na sociedade dividida em classes. Uma das classes, aquela que toma parte do produto do processo de reprodução social, sem oferecer uma reciprocidade, sustenta em seu interesse uma relação de subtração, alienação e auto-atribuição. É nesse processo de espoliação que essa classe concentra o poder social, transformando-se, com isso, em classe controladora, dirigente e dominante da sociedade. A sustentação dessa relação de

---

<sup>30</sup> "La parte no-reproductiva del todo social dado ocupada en trabajos humanos realiza esfuerzos en la sociedad humana y en relación con el orden natural circundante, sin embargo estas labores no se aplican en el proceso de la reproducción social" (KRADER 1980, p. 6).

<sup>31</sup> Concreto real deve ser entendido como "representando a realidade material, que existe independente do pensamento e é seu pressuposto. Este é o sentido adequado da expressão *concreto real*, porque designa o mundo material ou empírico realmente existente, que constitui o ponto de partida real de todo pensamento (GERMER, 2000, p.7)".

espoliação é legitimada por meio da afirmação e expansão da sua parte alienada do processo de trabalho e do produto social. Ambas, expansão e afirmação ocorreram pela conversão dos interesses dessa classe dominante, em direito de uso, *"que es al mismo tiempo jus utendi et abutendi; [e] de esta manera transforma el sistema de derecho tradicional habitual en un sistema de derecho explícito de las clases sociales"* (KRADER, 1980, p.7).

Isso significa que, ao ser transformado pela mudança nas relações sociais, advindas da divisão da sociedade em classes e das relações de produção e reprodução dessa sociedade, o direito tradicional, que expressava a situação anterior, extingue-se. No seu lugar, coloca-se essa nova forma de direito, que expressa a mudança ocorrida naquele todo social.

Para o autor, enquanto a classe espoliadora é o agente ativo, a classe espoliada é o agente passivo desse processo, haja vista que, mediante sua própria reprodução, o trabalho humano reproduz o todo social no qual está inserido. Desse processo, surge uma nova forma de sociedade humana, em que a sujeição física da relação de poder é formalizada.

Nesse caso, a sociedade já alcançou um determinado grau de desenvolvimento e uma das classes se apropriou dos meios de produção, sendo que a outra foi despojada desses meios. Essa sociedade já alcançou também certo grau de divisão do trabalho e consegue a geração de excedentes. Ou seja, a propriedade privada dos meios de produção tem caráter determinante, tanto na distribuição do trabalho, quanto na expropriação de excedente produzido pela classe cujo único meio de produção que possui é sua força de trabalho.

Nesse sentido, Krader (1980), a despeito de não se referir explicitamente à questão da propriedade privada, parece corroborar com essas colocações, ao pontuar que o Estado emerge do processo acima, por meio de diversos momentos articulados e concatenados, quais sejam: a existência do todo social dado e de sua unidade; a reprodução desse todo; a alienação do produto desse todo mediante troca igual recíproca; a alienação, sem reciprocidade, de uma mais-valia,<sup>32</sup> um excedente, produzido pelo todo dado; a ruptura da unidade social desse todo social dado e sua divisão em classes sociais; a oposição entre as classes sociais em

---

<sup>32</sup> "A mais-valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho [...]" (MARX, 1975, p. 222).

relação à distribuição do produto do trabalho social; a afirmação dos interesses de classe; a expansão das partes respectivas do produto social; a expansão consciente do interesse respectivo e da concentração do poder social em mãos da classe espoliadora e a legitimação do processo de concentração do poder social.

Após essa análise de Krader, que objetivou esclarecer o conceito de Estado enquanto abstração, bem como procurou demonstrar como o processo de desenvolvimento da sociedade humana levou à cisão da sociedade em classes sociais e como uma das classes, a proprietária dos meios de produção, apropria-se do excedente da produção social, passa-se a discutir, especificamente, o caráter e as funções do Estado capitalista.

## 2.2 FUNÇÕES E CARÁTER DO ESTADO BURGUÊS

Ao discutir o conceito de Estado e sua função, para Carnoy, Marx "colocou o Estado em seu contexto histórico e o submeteu a uma concepção materialista da história. Não é o Estado que molda a sociedade, mas a sociedade que molda o Estado. A sociedade, por sua vez, se molda pelo modo dominante de produção e das relações de produção inerentes a esse modo" (1986, p. 66).

Carnoy parte da assertiva de que o Estado não é o representante da coletividade em geral, não estando, portanto, acima dos interesses particulares e de classe: "Marx defende que o Estado, emergindo das relações de produção, não representa o bem comum, mas é a expressão política da estrutura de classe inerente à produção" (CARNOY, 1986, p. 66).

Para Carnoy, (1986) Marx, a partir dessas considerações, chega à sua formulação da sociedade capitalista como uma sociedade de classes, dominada pela burguesia, sendo que o Estado é a expressão política dessa dominação. Ele não está acima dos conflitos de classes, mas profundamente envolvido neles. A intervenção do Estado no conflito de classes é vital e se condiciona ao seu caráter essencial como meio dessa dominação: "Assim, porque a burguesia (a classe capitalista) tem um controle especial sobre o trabalho no processo de produção capitalista, essa classe dominante estende seu poder ao Estado e a outras instituições" (1986, p.67).

Para Poulantzas (1986), como visto anteriormente, o Estado burguês tem como função principal ser fator de coesão em uma sociedade dividida em classes. Além disso, para esse autor, a função do Estado se refere, em primeiro lugar, ao nível econômico, em especial, ao processo e à produtividade do trabalho. O Estado capitalista possui ainda uma autonomia relativa em relação às classes que compõem o Estado.

A autonomia relativa proposta por Poulantzas diz respeito, não às estruturas do Estado frente às relações de produção, mas sim, frente às classes ou frações de classe, em especial ao que ele chama de frações de bloco no poder e seus respectivos aliados e suporte. Esse é o ponto central da discordância dessa corrente dita estruturalista em relação àquela denominada instrumentalista. Essa corrente é considerada pelo autor simplista e vulgar, por ver no Estado, segundo ele, “o utensílio ou o instrumento da classe dominante”. Ao contrário, para o autor: “Trata-se, pois de apreender o funcionamento específico do tipo capitalista de Estado relativa aos tipos de Estados precedentes, e demonstrar que a concepção do Estado em geral como simples utensílio ou instrumento da classe dominante, errônea na sua própria generalidade, se revela particularmente inapta para apreender o funcionamento do Estado capitalista” (1986, p. 252).

Sweezy (1976) identifica a função principal do Estado como sendo o mantenedor, se necessário por meio da força, das relações capitalistas de produção. Nessas relações, a classe, ou classes, proprietárias desfrutam de vantagens materiais, enquanto a outra, ou outras classes, os não-proprietários, têm desvantagens materiais. Ora, sob esse ponto de vista, não é difícil perceber que a manutenção dessa ordem de coisas somente é possível por meio de um ente que possa impor as relações de classe de interesse das classes dominantes. Além disso, para esse autor, a exemplo de Krader (1980), tais relações, como as anteriores assentadas em classes, assim como surgiram deverão desaparecer. O Estado, sob esse ponto de vista, surge, ou melhor, é moldado pelas classes dominantes, com o objetivo de “proteger a existência e a estabilidade de determinada forma de sociedade [...]” (1976, p. 274).

Assim, à sociedade burguesa, como de resto a todas as sociedades fundamentadas no domínio de classe, falta o requisito da estabilidade. Essa instabilidade é resultante da luta constante de classes, onde a classe proprietária

tenta manter suas vantagens materiais e a classe desprovida da propriedade procura acabar com essa situação que lhe é desvantajosa. Ou seja, a classe dominante, que possui o poder sobre o Estado, busca necessariamente utilizá-lo da maneira que lhe seja mais favorável. Por outro lado, no caso de haver um equilíbrio de forças entre as classes, para o autor, a luta de classes é, ou seria, desviada para o interior do Estado. Assim, nessa ótica, o domínio de classe e a proteção à propriedade privada são expressões equivalentes. Isto é, se a função primordial do Estado burguês é proteger as relações de propriedade capitalista, ou seja, de proteger a propriedade privada, então o Estado é um instrumento de domínio de classe.

Essa é uma visão instrumentalista do Estado. Isso fica particularmente evidente quando o autor novamente se contrapõe à teoria que identifica o Estado como mediador na luta de classes. Para ele, o conceito de teoria do domínio de classes perfilha da visão de “que as classes são o produto de uma evolução histórica e vê no Estado um instrumento nas mãos das classes dominantes, para a imposição e manutenção da estabilidade da própria estrutura de classes” (SWEETZ, 1976, p. 273).

O conceito de estabilidade, utilizado pelo autor, afigura-se como algo bastante interessante, vez que uma sociedade em que uma ou mais classes, por deter a propriedade dos meios de produção, em detrimento de outra, ou das demais classes, não pode ser estável. Há uma luta constante, latente ou explícita, em seu seio. De um lado, os proprietários privados lutando para manter o *status quo* e, de outro, os despossuídos tentando reverter tal situação. Ora, se não houver todo um conjunto de aparatos, em especial o repressivo, instituições e um arcabouço jurídico que legitime tal situação, as classes, nesse tipo de sociedade, necessariamente, entrariam em luta franca e aberta. Aí parece se fortalecer a visão de que tais sociedades criam e moldam um Estado que possa manter, mesmo sob o regime de força, a estabilidade social desigual.

Esse é mais um argumento que reforça a tese que se defende, ou seja, à medida que o processo de acumulação vai se alterando, à medida que as novas formas de propriedade vão sendo implementadas, as sociedades, no caso a capitalista, vão moldando o Estado, a fim de que o mesmo possa cumprir com a

eficiência necessária, para se usar um termo do Banco Mundial, a ser discutido mais à frente, a estabilidade social desigual.

Além disso, para o autor, a propriedade capitalista significa uma relação entre pessoas e não uma propriedade sobre coisas. Justifica seu ponto de vista afirmando que as coisas existem independentes de quem é seu proprietário. Cabe aqui um questionamento: se isso é verdadeiro por que, no âmbito da teoria Marxista, se fala de propriedade dos meios de produção? O que parece poder-se depreender dos argumentos do autor é que essa relação entre pessoas, mesmo que desigual, é sancionada pelo arcabouço jurídico burguês. E, é por essa razão que ela confere aos proprietários a isenção do trabalho, sendo que o usufruto do trabalho alheio é a essência de toda a dominação, independente da forma por ela assumida. Daí que o Estado, ao defender o cumprimento da lei, está automaticamente defendendo os interesses da classe burguesa, defesa essa que se esconde por trás de argumentos como os de que a lei é para todos. Ou seja, nesse caso, o Estado está se colocando, como visto nas formulações de Marx, Engels e Lênin, como poder que aparentemente se situa acima das classes sociais. Está apresentando os interesses da burguesia como sendo os interesses de toda a sociedade.

Mas, para Sweezy (1976), além da função de manutenção do *status quo* capitalista, de garantir a propriedade privada dos meios de produção, de manter as relações sociais de dominação, o Estado é também um instrumento econômico. Para justificar essa assertiva, o autor recorre ao Capítulo X de *O Capital*, no qual Marx mostra a necessidade da intervenção do Estado, seja para a extensão da jornada de trabalho, quando havia escassez de mão-de-obra, seja para limitação dessa mesma jornada quando a superexploração do trabalho estava afetando a própria sobrevivência dos trabalhadores.<sup>33</sup>

Esse autor parece comungar também com a noção, expressa por Engels, de Estado como capitalista ideal, ou seja, de um Estado que atua no sentido de garantir a reprodução do sistema, mesmo que em detrimento de interesses de fração ou mesmo de toda a classe burguesa. Essa assertiva pode ser inferida da seguinte

---

<sup>33</sup> Esse tipo de intervenção estatal pode ser atualmente identificado nas pressões exercidas tanto pelo Banco Mundial, quanto pelo Fundo Monetário Internacional, para que países periféricos, como o Brasil, promovam amplas reformas, como a da previdência, tributária, trabalhista etc. Essa última com a finalidade, entre outras, de flexibilizar a jornada de trabalho. Pode-se afirmar ser essa uma das marcas que diferenciam a forma Neoliberal de apresentação do Estado da forma de apresentação do Bem-Estar.

passagem: “não será uma incoerência dizer que a ação estatal pode chocar-se com os interesses econômicos imediatos de alguns ou mesmo de todos os capitalistas, desde que isso atenda ao objetivo principal de preservar intacto o sistema. A limitação legal do dia de trabalho é um exemplo clássico da ação estatal dessa ordem” (SWEEZY, 1976, p. 278).

Ressalve-se que sua posição não deve servir de argumento às posições que advogam ser possível a transição do capitalismo por meio de reformas isoladas; Sweezy resume em três os princípios que caracterizam o uso do Estado como instrumento econômico. No primeiro, o Estado atua na área econômica a fim de resolver problemas advindo do próprio desenvolvimento capitalista. No segundo caso, a ação Estatal se faz necessária sempre que os interesses capitalistas estiverem em risco. O último princípio apontado é o de que o Estado é chamado a fazer concessões à classe trabalhadora sempre que a recusa a tais concessões se mostrar um risco à estabilidade do sistema com um todo.

A visão de que o Estado burguês cumpre as funções necessárias à manutenção da sociedade capitalista é também partilhada por Altvater. Para isso, a exemplo das colocações de Sweezy, o Estado deve servir aos interesses gerais da classe dominante. Nessa perspectiva, o Estado burguês deve garantir a reprodução do sistema capitalista como um todo, mesmo que para isso confronte interesses individualizados de membros da classe dominante: *"de este modo, las 'leyes del movimiento' del modo de producción capitalista se relacionan siempre al capital social total, nunca a las diversas unidades individuales del capital"* (1977, p. 90).

Além disso, o Estado, por não ser capitalista em uma sociedade capitalista, e, portanto, não estar sujeito à produção de valor, pode, em certas situações, ocupar os espaços vazios, que não interessam aos capitais, por não serem lucrativos. Inversamente, à medida que setores passam a ser lucrativos, são privatizados, apropriados pelo capital. A onda de privatizações que varreu o mundo a partir da década de 70, na qual além dos setores de infra-estrutura, diversos outros foram privatizados, parece ser um indicativo dessa questão: *"Lo que en algunos casos parece rentable al capital en una cierta situación histórica, puede no serlo en otra"* (ALTVATER, 1977, p.113).

Dessa forma, para esse autor, uma das funções do Estado, em sua relação com a produção capitalista, é assegurar *"las condiciones generales de la producción"*

*encargándose de todos aquellos procesos materiales que no pueden ser operados sobre una base capitalista"* (ALTVATER, 1977, p.114).

Essa é uma questão discutível, pois pode haver diversas situações, no sistema capitalista, que podem justificar a intervenção do Estado como produtor. Por outro lado, uma explicação marxista para o fenômeno apontado por ALTVATER parece indicar que se há setores cujos produtos não são lucrativos é porque a expropriação da mais-valia é tal que não permitiria, aos preços normais praticados, a simples reprodução da força de trabalho.

Para Salama (1983), diferentemente de Altvater, o Estado não é um vácuo não-capitalista no interior desse modo de produção. Para esse autor, que busca derivar logicamente o Estado a partir do capital, o Estado é, ao mesmo tempo, garantidor e produtor das relações capitalistas.

Nessa perspectiva, em que o Estado desempenha essas funções – de produtor e garantidor das relações capitalistas –, qualquer mudança nas formas de apresentação do Estado que entre em contradição com essa concepção é entendida como um desvio e, como tal, não poderá persistir ao longo do tempo. Tal contradição decorre de uma necessidade que é objetiva, a reprodução do capital com a relação social que essa reprodução implica, bem como das dificuldades concretas em realizá-la. Ou seja, são as formas e intensidade das lutas que lhe dão origem que produzem essa contradição. Além disso, para o autor, esse desvio, como no caso da variação do preço das mercadorias, que gira em torno de seu valor, tende, ao longo do tempo, a manter-se em seu desígnio.

Ainda para Salama (1983), utilizando-se também da expressão de Engels, o Estado não é o capital e sim, um “capitalista coletivo ideal”. Estado e capital não são entes independentes. Por esse motivo, mesmo que possa aparecer como estando acima das classes, o Estado capitalista não pode ser considerado neutro, atendendo aos desígnios da classe que estiver no poder, qualquer que seja ela.

O autor deriva o Estado a partir do capital: “O Estado não se situa acima da lei do valor. É parte integrante dessa e, desse modo, influencia o andamento dessa lei. Portanto, ele não pode substituir as contradições, embora possa agir sobre suas evoluções. O Estado é parte integrante das mutações que são as crises estruturais, guerras etc.” (SALAMA, 1983, p. 50-51).



Segundo esse ponto de vista, o Estado não substitui a crise, ele lhe é complementar. O Estado atua no sentido de suavizar os efeitos da desvalorização e da depreciação do capital. Caso não haja intervenção estatal, os efeitos da crise se fazem sentir de forma brutal, como, por exemplo, em 1929. Além disso, o Estado atua sobre o sentido da acumulação, mas não é a acumulação. O Estado não substitui as contradições, apenas adia provisoriamente a expressão de suas modalidades, transformando-as. A intervenção do Estado é complementar à crise. A despeito de a crise ser necessária para o capital, o Estado deve intervir sobre ela, a fim de reduzir seus efeitos destrutivos. Em síntese, a intervenção estatal não consegue modificar as leis gerais do capitalismo. No máximo atenua, ou adia, seus efeitos (SALAMA, 1983).

Ambas as visões, de Altvater e Salama, são relevantes por apontar algumas funções econômicas desempenhadas pelo Estado.

Inserida no mesmo contexto, uma vertente teórica que atualmente perdeu força dentro do debate marxista é a do Capitalismo Monopolista de Estado. Essa perspectiva foi desenvolvida por marxistas europeus, com acento especial para os franceses. Seu desenvolvimento ocorreu para dar suporte aos partidos social-democratas que passaram a fazer parte de coligações governistas em muitos países daquele continente, chegando em alguns casos a assumir os governos de seus países. Os teóricos dessa corrente buscaram nos escritos de Engels (1990) e Lênin (1985) as bases da discussão sobre o assunto. De fato, foi da lavra de Lênin a criação do conceito de Capitalismo Monopolista de Estado, no intuito de distinguir um aspecto do imperialismo, relevante para a revolução. Para Lênin (1985), é no imperialismo que o capitalismo monopolista se transforma em Capitalismo Monopolista de Estado. É onde há, de modo particular, a extraordinária consolidação da máquina estatal: onde há o excepcional crescimento do seu aparelho burocrático e militar. Tudo isso para acentuar a repressão ao proletariado.<sup>34</sup>

Segundo escreve Harris em o *Dicionário do Pensamento Marxista*, o conceito de Capitalismo Monopolista de Estado se originou na década de 1950, em obras publicadas na então União Soviética e na Alemanha Oriental, havendo surgido

---

<sup>34</sup> “A teoria do Capitalismo Monopolista de Estado se considera capaz de determinar adequadamente o conceito das tendências dinâmicas e das contradições do capitalismo altamente desenvolvido. Tal teoria busca referir-se à explicação marxista do conceito de capital e também à análise leniniana do imperialismo ‘como última etapa do capitalismo’ – de que, de resto, deriva inclusive o conceito de Capitalismo Monopolista de Estado” (ALTVATER, 1989, p. 283).

várias tendências teóricas após a morte de Stalin. A primeira delas, instrumentalista, defende que os monopólios subordinam o Estado a seus interesses de obtenção de maiores lucros, em um ambiente de um “capitalismo moribundo”, ou de um imperialismo que enfrenta “uma crise geral”. A segunda vertente deriva o Capitalismo Monopolista de Estado, das “leis inatas do capital”. Ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas e a concomitante concentração do capital produzem um Estado que intervém na economia no sentido de beneficiar os monopólios. Nesse caso, a intervenção do Estado é justificada por três razões: de um lado, devida a contradição entre as relações de produção e as forças produtivas cada vez mais socializadas; de outro lado, pela relevância dos monopólios frente a economia como um todo; finalmente, a terceira vertente defende que os monopólios necessitam que o Estado administre o ciclo econômico (HARRIS, 1993).

Assim, para o Dicionário, Zieschang, autor da ex- República Democrática Alemã, sublinha o papel do Estado como fundamental na estabilização do capitalismo por meio de políticas keynesianas de acumulação, produção, demanda e de valorização do capital. Por outro lado, Boccara (1978), – cujo estudo será analisado mais à frente – e outros autores franceses, localizam a intervenção estatal no âmbito de um quadro mais amplo em que as crises econômicas são vistas como decorrentes da superacumulação, cujas tentativas de superação são reservadas ao Estado, por meio da desvalorização fundamental do capital.

Em termos de periodização, esses autores franceses, em acordo com Fine e Harris (1979), localizam a origem da fase monopolista de Estado na década de 1930. Por sua vez, os autores soviéticos que defendem a visão do Capitalismo Monopolista de Estado como um capitalismo imperialista moribundo são os que buscam em Lênin a procedência dessa teoria, a situam no decorrer da Primeira Guerra Mundial. Já Baran e Sweezy (1966) não aceitam essa diferenciação, argumentando que o Estado sempre desempenhou papel relevante na economia capitalista, independente da fase. Por último, Poulantzas (1975) defende o ponto de vista que o Capitalismo Monopolista de Estado não passa de simples fase no interior do imperialismo, segunda grande etapa do capitalismo. Como se vê, a própria existência como estágio diferenciado do capitalismo é motivo de contestação dentro da teoria marxista. Igualmente controversa, dentro dessa teoria, é a maneira como o Estado se relaciona com o capital. Para os soviéticos, há uma fusão do Estado

com o capital monopolista. Boccara (1976), Fines e Harris (1979) não aceitam essa postulação. Por sua vez, Herzog (1971), ao contrário, postula haver uma relativa autonomia do Estado no contexto de uma separação contraditória na unidade (CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO, 1993).

Para Buci-Glucksmann, cuja vertente teórica, segundo a classificação acima, situa-se entre os autores instrumentalistas, no Capitalismo Monopolista de Estado, a classe burguesa é aquela detentora da fração monopolista do capital e o Estado é entendido como sendo estruturalmente, o Estado dos monopólios: “Nesta ótica ter-se-ia uma espécie de Estado no Estado, um Estado estritamente político já nas mãos dos monopólios e um Estado digamos técnico-político neutro, assegurando cada vez mais funções de gestão social e econômica” (1981, p.31).

Significativos nessa análise são também os fatos de que o Capitalismo Monopolista de Estado é visto como uma reunião do poder dos monopólios, cabendo ao Estado a função de salvar o regime capitalista e aumentar ao máximo os lucros da burguesia imperialista. Segundo Boccara, essa foi a conclusão da conferência dos 81 partidos comunistas, em 1960, a qual buscou caracterizar o Capitalismo Monopolista de Estado a partir das contradições do imperialismo. Foram essas contradições que levaram ao aceleração do processo de transformação do capitalismo de monopólio em Capitalismo Monopolista de Estado. Além disso, a conferência, ao invés da idéia de fusão dos monopólios com o Estado, propõe que há um reforço do poder dos monopólios sobre a vida nacional e que o Capitalismo Monopolista de Estado reúne ambos os poderes, dos monopólios e do Estado “*num mecanismo único destinado a salvar o regime capitalista, a aumentar ao máximo os lucros da burguesia imperialista por meio da exploração da classe operária, e da pilhagem de largas camadas da população*”<sup>35</sup> (1978, p.35-6, grifos no original).

O Capitalismo Monopolista de Estado é também considerado como a fase final do imperialismo. A porta de passagem para o socialismo. É nesse sentido que Boccara questiona se esse reforço do poder dos monopólios sobre a vida nacional não desenvolve obrigatoriamente processos originais que aprofundam as contradições no interior do capitalismo aproximando-o assim do socialismo. Para o autor, de igual forma como tais processos oferecem novas armas ao sistema capitalista, também as fornecem ao movimento democrático e revolucionário. São

---

<sup>35</sup> Nouvelle Revue Internationale, outubro de 1958, p. 92.

justamente essas armas de novo tipo que o movimento revolucionário e democrático pode apontar contra os monopólios, caso assuma o poder do Estado. “Pode utilizá-las ao serviço do povo e também para a edificação de uma sociedade nova, para a passagem revolucionária ao socialismo *por via pacífica*” (1978, p.38, grifo acrescentado).

Para esse autor, sendo o Capitalismo Monopolista de Estado uma fase do imperialismo, ele, necessariamente, além de ser uma totalidade social e econômica, abrange outros aspectos, como o político, o social, o ideológico etc. Entretanto, limita sua análise “essencialmente ao ponto de vista da investigação econômica marxista” (BOCCARA, 1978, p.38).

Assim, partindo do pressuposto de que o Capitalismo Monopolista de Estado é um todo orgânico, por ser uma fase do imperialismo, Boccara afirma que esse não pode ser visto como um processo linear e, sim, um processo dialético, do qual resultam formas qualitativamente novas que se opõem às formas anteriores. Não são, portanto, meros acréscimos às formas pré-monopolistas. As regras de gestão da empresa pública, que para o autor se opõem categoricamente às de gestão dos monopólios privados, constituem-se em novas formas qualitativas de socialização capitalista.

Como posto por Harris (1993), o autor rejeita a idéia de fusão do Estado com os monopólios. Para ele, parece mais acertado utilizar-se do conceito de “reunião em um mecanismo único”, adotado pela conferência dos 81 partidos de 1960. Argumenta, em favor dessa idéia que, se há fusão, extinguem-se as formas anteriores. Ou seja, nesse caso, Estado e monopólios desapareceriam, o que, evidentemente, não ocorreu. Ademais, o conceito de fusão esconderia a dialética do processo. Isto é, em não havendo fusão, mas sim, ligação, interpenetração, combinação, haverá, ao contrário, fricção, contradições e conflitos permanentes no interior desse organismo único. É esse processo que permitiria ao movimento operário e democrático, caso venham a se apoderar do Estado, fazer com que as formas públicas utilizadas pela oligarquia monopolista, se virem contra ela de forma decisiva (BOCCARA, 1978, p.41).

Há que se notar que essa visão considera o Estado como uma coisa, algo de que uma nova força pode se apropriar e utilizar em seu favor. Como uma instituição que, previamente existente, é neutra, e, sendo assim, pode ser utilizada por quem

estiver em seu comando. É o Estado carruagem, que trafega de acordo com a vontade do cocheiro que lhe estiver segurando as rédeas. Ao contrário, o ponto de vista que se defende, a partir dos textos analisados, em especial de Marx, Engels e Lênin, é o de que o Estado é a resultante de uma correlação de forças que expressa, e garante, o poder da classe dominante. A extinção da propriedade privada dos meios de produção é que parece significar o apoderar-se do poder de Estado e não a mera tomada de posse do governo de um país, como afirma o autor.<sup>36</sup>

Além do exposto acima, para esse autor, o conjunto das formas monopolistas antigas e das formas públicas novas formam um todo orgânico destinado a salvar o capitalismo, preparando, entretanto, o escalão superior. Assim, mesmo que as contradições entre essas formas se mantenham, não seriam leis essencialmente diferentes que explicariam ambas as ações, públicas e privadas. O autor defende ainda que todas as intervenções do Estado, desde aquelas relacionadas à propriedade estatal de empresas públicas, ao sistema fiscal, ao consumo público, até a regularização do crédito etc., assentam no fato de poderem agir com o objetivo de garantir o lucro capitalista, mesmo sem considerar a lei do lucro. Esse é, para BOCCARA (1978), o caráter benéfico das intervenções do Estado a favor dos monopólios. Ou seja, que o Estado intervém na economia, visando não ao seu próprio lucro, mas sim, ao dos capitalistas, dos monopolistas da oligarquia financeira. Dessa forma, há uma negação do lucro no Capitalismo Monopolista de Estado e em todas as intervenções públicas, só que essa negação se dá em favor do lucro capitalista. Esse processo de autonegação se dá a partir das próprias contradições internas dessa fase do capitalismo, como centralização do capital a partir da expropriação dos pequenos capitais. Também, pelo monopólio que nega a concorrência, ao mesmo tempo em que mantém a concorrência capitalista.

Boccará (1978) divide historicamente a evolução do capitalismo em três estágios principais: o estágio primitivo ou ainda manufatureiro, o estágio clássico, da fábrica ou de concorrência total, e o estágio imperialista ou monopolista em geral. Para esse autor, o Capitalismo Monopolista de Estado insere-se no contexto do terceiro estágio do desenvolvimento capitalista ao longo da história, que pode ser

---

<sup>36</sup> Além dos inúmeros exemplos ocorridos em países europeus, a eleição do Metalúrgico Luis Inácio Lula da Silva, no Brasil, em 2002, parece servir, com perfeição, de exemplo.

caracterizado pelas transformações no modo de produção capitalista que levaram da livre concorrência ao monopólio simples e deste ao monopolismo de Estado.

No monopólio simples, o papel do Estado continua a ser aquele de assegurar as condições necessárias à continuidade do processo de acumulação. No Capitalismo Monopolista de Estado, o qual é visto por essa teoria como a segunda fase do imperialismo, o papel do Estado se amplia. Nessa fase, de dominação monopólica do capitalismo, amplia-se a tendência à sobre-acumulação<sup>37</sup> e, conseqüentemente, às crises. Esse é o ponto central dessa corrente de pensamento, fundamentado na lei de tendência à queda nas taxas de lucro, formulada por Marx.<sup>38</sup>

Assim, quando há sobre-acumulação, para que um capital adicional consiga valorizar-se, devido à busca de acumulação pelos diversos capitais individuais, é necessário que uma parte do capital social não mais se valorize “que seja, por assim dizer, desvalorizado” (BOCCARA, 1978, p.52).

Os conceitos de sobre-acumulação e desvalorização<sup>39</sup> do capital são cruciais, na interpretação de Boccara, motivo pelo qual serão sucintamente expostos a seguir. À medida que os capitais tentam se valorizar, um excedente de capital é gerado. É necessário então que tal excedente seja queimado. Três soluções são apontadas pela teoria do Capitalismo Monopolista de Estado, quando se chega a ponto de ruptura, ou seja, na situação em que novos capitais não conseguem valorizar-se, a não ser às custas da desvalorização de outros capitais. A primeira solução é a de que uma parte do capital, proporcional à quantidade do capital que busca valorização, não se valoriza, ou seja, não produz lucro. Para Boccara, utilizando-se da terminologia de Marx, essa parte do capital estaria adormecida. A segunda solução é aquela em que os capitais se valorizam, mas a taxas inferiores aos demais capitais, os quais se beneficiam com isso, podendo ampliar seus lucros. A terceira solução ocorre quando uma parte do capital, inferior àquela que busca valorização,

---

<sup>37</sup> “Sobre-acumulação de capital significa *excesso de acumulação* de capital numa dada sociedade capitalista, *em relação aos limites da soma total de mais-valia ou de lucro* que é possível obter para valorizar este capital” (BOCCARA, 1978, p.50).

<sup>38</sup> “Smc (Capitalismo Monopolista de Estado) theorists, following Marx, see the law of the tendency of rate of profit to fall (trpf) as the fundamental law of development of the cmp (modo de produção capitalista). On Marx’s exposition of this law is based Boccara’s theory of capital overaccumulation and devalorization, a theory seen as the center-piece of smc (Capitalismo Monopolista de Estado) theory” (FAIRLEY, 1980, p. 315).

<sup>39</sup> “Devalorization is the core of the economic role of the modern capitalist state and the defining feature of smc (Capitalismo Monopolista de Estado)” (FAIRLEY, 1980, p. 320).

tem prejuízo, ou seja, valorização negativa: “Estas três soluções, valorização nula, reduzida ou negativa, correspondem ao que nós designamos por *desvalorização* de uma parte do capital total, que permite, em princípio, o prosseguimento da valorização dos outros capitais e do capital global” (BOCCARA, 1978, p.52).

Nesse caso, quando os capitais não geram mais-valia, o Estado é chamado a desempenhar esse papel de garantidor da reprodução do capitalismo como um todo e passa a se envolver no processo de acumulação: “A ‘intervenção’ estatal torna-se a característica dominante na reprodução do capitalismo. O Estado é crescentemente compelido a entrar diretamente na produção e tentar resolver (*offset*) as crises de superacumulação”<sup>40</sup> (FAIRLEY, 1980, p. 313. Tradução livre do autor).

Essa é, portanto, a base da explicação para a intervenção do Estado na Economia. É também a base da explicação da crise e da grande depressão dos anos 1930. Ou seja, por ter havido, naquele período, nos países capitalistas centrais, uma sobre-acumulação de capital de tal magnitude que já não haveria taxa de lucro positiva para qualquer unidade de capital investido. Houve assim um congelamento duradouro do crescimento desses países, ou pelo menos, um refreamento tal cuja superação necessitaria de um processo maciço de desvalorização crônica do capital, por meio do financiamento público da produção. A desvalorização maciça crônica do capital aconteceria, ou aconteceu, no momento em que o Estado passa a se apropriar de uma parte do valor dos meios de produção. Como o Estado não se rege pela lógica do lucro, esse capital é desvalorizado pelo fato de que tais meios de produção, à diferença dos fundos privados, por serem financiados com recursos públicos, não exigem a apropriação de lucros. Como se vê, essa é uma explicação alternativa à intervenção do Estado na Economia, em especial àquela de cunho Keynesiano.

É, portanto, dessa forma que, quando setores-chave da economia, como o de infra-estrutura, não oferecem possibilidades de valorização suficiente ao capital privado, o Estado é forçado a se envolver diretamente na acumulação, a fim de garantir a saúde do sistema capitalista como um todo. Um desses casos é o dos

---

<sup>40</sup> “States ‘intervention’ becomes the dominant feature in the reproduction of capitalism as the state is compelled increasingly to enter directly into production and to attempt to offset crises of overaccumulation” (FAIRLEY, 1980, p. 313).

investimentos cujo retorno é de tão longo prazo como em geral os de infra-estrutura, que não permitem a reprodução do capital em condições normais. O outro caso é o da superacumulação, ou sobre-acumulação para usar o termo de Boccara.

Para FAIRLEY (1980), há que se ressaltar que o envolvimento do Estado no processo de acumulação não se dá de “fora” para dentro, ou considerando o Estado como um elemento externo. Ao contrário, considera-se que o Estado se envolve diretamente no processo produtivo, sendo essa uma das características distintivas do capitalismo atual.

Além do envolvimento direto no processo de produção, pode-se acrescentar o fato de haver uma ação concreta do Estado que beneficia segmentos da classe burguesa. Essa ação é a destinação da mais-valia que o Estado coleta de todos os setores da sociedade, por meio dos impostos, redistribuindo-a segundo uma lógica que se subordina às frações hegemônicas da classe dominante, isto é ao setor monopolista. Como os impostos são parte da mais-valia, como se verá adiante, a transferência de parte desse imposto a um segmento específico, implica a redução da taxa de lucros para os demais capitalistas. Essa forma de atuação do Estado possibilita que se levante uma questão em relação a proposição de que o Estado, ao agir como capitalista ideal, não atende a interesses particulares, mesmo que seja interesses burgueses. Ora, ao direcionar a mais-valia, seja por meio de juros subsidiados, seja por estabelecer tarifas diferenciadas etc., o Estado está sim atendendo a interesses particulares da classe dominante. O que se coloca é que as frações hegemônicas do capital têm poder de fazer com que o Estado atenda a seus interesses, mesmo que em detrimento dos demais segmentos.

Altwater (1989) refere-se à Teoria do Capitalismo Monopolista de Estado como uma teoria partidária, uma vez que, além de análises, propõe-se a realizar prognósticos e a desenvolver estratégias. Isso, entretanto, não lhe tira o caráter de cientificidade. Para o autor, essa teoria tem a pretensão de ser um desenvolvimento novo e historicamente adequado do socialismo científico que busca investigar teoricamente as tendências contraditórias da sociedade, com a finalidade de atuar politicamente sobre elas. Entretanto, o autor parece ter razão ao alertar que essa teoria, por seu caráter objetivista, permitiu a crítica de servir como arcabouço justificativo a estratégias previamente formuladas pelos partidos comunistas ocidentais e dos países do então campo socialista.



Outro ponto relevante para o entendimento da análise dessa teoria é o que diz respeito à conexão entre o Capitalismo Monopolista de Estado, entendido, como visto acima, como a terceira etapa da evolução do modo capitalista de produção, e a crise geral do capitalismo. É nesse sentido que essa etapa do capitalismo é entendida como a última, como a passagem para o socialismo. A grande dificuldade é estabelecer o momento em que se dá a grande crise, ou a crise final do capitalismo. Nesse sentido, faz bem o autor ao apontar que essa teoria não leva em consideração o fato de que a sociedade burguesa, na crise, se reorganiza no sentido de “levar seu sistema de dominação para fora da zona perigosa de crise” (ALTVATER, 1989, p. 287).

O que Altvater parece querer dizer com isso é que a economia capitalista não se coloca passivamente diante das crises, mas, sim, que atua no sentido de superá-las, ou pelo menos mitigar seus efeitos.

Um autor que avança na discussão desse assunto é Itoh (1990). Esse autor, além de discutir o período identificado como de funcionamento da forma de Estado do Bem-estar, discute também a crise que se seguiu àquele período, a qual coincide com a implantação da forma de Estado Neoliberal. Assim, para ele, a ampliação do papel do Estado é anterior à grande depressão dos anos 1930, portanto anterior também ao chamado keynesianismo ou Estado do Bem-estar. Essa ampliação teria se iniciado por ocasião da outra grande depressão, a do final do século XIX, com a transição do estágio do liberalismo econômico para o do imperialismo no sistema capitalista mundial<sup>41</sup>.

No entanto, para esse teórico, por duas décadas, até fins dos anos 1960, generalizou-se a crença em todo o mundo capitalista que o fortalecimento das funções econômicas do Estado, sob o pensamento keynesiano, poderia prevenir depressões graves por meio de políticas fiscais ou monetárias que, quando necessário, suplementassem a demanda efetiva. O keynesianismo foi relacionado

---

<sup>41</sup> A intervenção do Estado na economia, com tal finalidade, parece ser anterior a esse período referido pelo autor. Em uma nota de rodapé, no capítulo sobre a maquinaria, Marx reproduz a seguinte passagem, à página 59 do relatório de inspetores de fábrica de outubro de 1863: “As obras públicas inglesas dos anos de 1862 e seguintes, destinadas a absorver os trabalhadores desempregados da indústria têxtil algodoeira, distinguem-se das ‘oficinas nacionais’ destinadas aos desempregados franceses de 1848, porque nestas o trabalhador tinha de executar tarefas improdutivas às custas do Estado, e naquelas tinha de executar tarefas produtivas relacionadas com melhoramentos urbanos, benéficas para a burguesia e a salário mais baixo que o pago aos trabalhadores regulares, com os quais era lançado assim em competição” (MARX, 1975, p.482).

como representativo de um novo estágio no desenvolvimento do sistema capitalista: Capitalismo Monopolista de Estado para alguns teóricos marxistas e de economia mista para muitos autores neoclássicos (ITOH, 1990).

De acordo com ITOH (1990), a formação de capitais financeiros monopolísticos em forma de corporações gigantes, organizadas como sociedades por ações, e baseadas principalmente no desenvolvimento da indústria pesada, tendeu a tornar crônicas e críticas as depressões devidas às dificuldades crescentes de contar com quantidade necessária de capitais fixos. Foram essas corporações que teriam induzido a ampliação do papel do Estado com o intuito de proteger seus crescentes investimentos no exterior, particularmente sob a forma do sistema colonial imperialista de então.

Por outro lado, o keynesianismo no período pós-Segunda Guerra Mundial é visto por ele como tendo reduzido significativamente o antagonismo político nacionalista entre os países avançados sob a esmagadora hegemonia do capitalismo americano. Importante também para esse período foi a dissolução completa da opressão e controle político, se não econômico, direto dos países de terceiro mundo, por meio das lutas pela independência. Além disso, dentro dos próprios países capitalistas avançados, não apenas a manutenção do pleno emprego, como também a expansão do bem-estar social de toda a população passaram a ser definidas como responsabilidade do Estado. Todos esses fenômenos estariam relacionados ao aparente enfraquecimento do capitalismo em face do crescente poder socialista nos países de segundo e terceiro mundo, mas também nos países centrais de primeiro mundo. Há, portanto, para o autor, um componente político nesse processo. De outro ângulo, o capitalismo poderia ser visto positivamente por ter estabelecido um sistema econômico altamente sofisticado, capaz de manter um crescimento econômico sustentado indefinidamente, haja vista ter conseguido controlar o ciclo econômico (ITOH, 1990).

A par do crescimento do papel econômico do Estado, fortaleceu-se também a posição social dos trabalhadores. O desenvolvimento da indústria pesada, à medida que absorvia crescente número de trabalhadores masculinos, concentrando-os em suas fábricas, favoreceu a organização sindical e partidária. Efeito similar ocorreu com o crescente número de trabalhadores públicos tanto em nível central quanto local. O posicionamento ideológico dos líderes sindicais tinha origens várias e, muito

freqüentemente, fora da influência marxista. A despeito das diferenças ideológicas de suas lideranças, os trabalhadores, por meio de seus partidos, foram gradativamente ocupando espaços nos parlamentos e se credenciando a participar e até formar governos, mais especificamente, nos países europeus.

Nos chamados anos dourados do capitalismo – período entre o pós-Segunda Guerra Mundial e meados da década de 1960 –, dentro do processo de crescimento sustentado e de incremento da produtividade do trabalho, os sindicatos foram, de modo geral, reconhecidos como parte do arcabouço institucional legal daqueles países, principalmente os europeus, sendo-lhes admitido também o direito legal de negociar coletivamente com os capitalistas e, quando necessário, fazer greves. Os eventuais governos trabalhistas, como no caso do Reino Unido, atuaram no sentido de que os trabalhadores pudessem obter amplo rol de benefícios sociais, além de promoverem algum tipo de nacionalização da indústria e serviços. Até mesmo os partidos conservadores atuaram no mesmo sentido, a fim de conseguir, ou manter, apoio popular. De qualquer forma, longe de ser revolucionária, essa posição social-democrata dos trabalhadores não ultrapassou os limites da ordem econômica capitalista. Ao contrário, permaneceu no âmbito da sustentação do Estado keynesiano do Bem-Estar, do capitalismo de pós-Guerra: “O keynesianismo torna-se posição oficial dos partidos trabalhistas e social-democratas do Reino Unido e de outros países europeus”<sup>42</sup> (ITOH, 1990, p. 11).

Como se verá mais adiante, Przeworski (1989) tem uma posição diferenciada em relação a Itoh, ao considerar que a adoção das políticas keynesianas por aqueles partidos foi decorrência da falta de alternativa de política econômica dos mesmos.

ITOH (1990) considera que a posição social reforçada dos trabalhadores para impor suas reivindicações econômicas resultou num contínuo aumento real dos salários. Esses aumentos também são explicados pelo autor, à luz da mais-valia relativa de Marx. Considera que pode haver incremento real no valor dos salários com melhora na taxa de distribuição, ou taxa de mais-valia para as firmas capitalistas, quando há aumento suficiente na produtividade do trabalho. Outra forma de isso acontecer é quando o incremento real do salário é menor que o aumento da

---

<sup>42</sup> Tradução livre do autor: “Keynesianism became an official position for Labour or social democratic parties in the UK and in others countries” (ITOH, 1990, p. 11).

produtividade dos salários. Tal processo, para o autor, além de estar contido na teoria da mais-valia relativa, pôde ser percebido na economia japonesa nos anos 1950. De modo geral, a porção de lucro real nas indústrias manufatureiras dos países avançados foi mantida nas décadas de 1950-60, paralelamente ao contínuo, mas inferior, crescimento real dos salários, quando comparado ao crescimento da produtividade do trabalho: “O *gap* insignificante entre o aumento nos salários reais e a produtividade do trabalho reflete uma taxa mais alta de inflação, devida a um crescimento menor de produtividade no setor de bens de consumo e serviços do que no total das mercadorias manufaturadas”<sup>43</sup> (ITOH, 1990, p.12-3).

Enfim, para esse autor, que também se socorre em alguns termos da chamada “escola da regulação”, o crescimento real da renda dos trabalhadores, a par do incremento da produtividade do trabalho, não foi apenas um custo político necessário para proteger a ordem econômica capitalista contra a crescente influência do pensamento socialista ou marxista no mundo. Foi também economicamente essencial para a expansão interna dos mercados para crescentes ofertas de produtos manufaturados, em especial de bens de consumo duráveis sob o “fordista regime de acumulação” (ITOH, 1990).

Por último, para esse autor, esperava-se e se acreditava que, por absorver as características acima e em consequência da posição social dos trabalhadores, o Estado capitalista estaria apto a prevenir quaisquer crises depressivas mais sérias. Essas expectativas e crenças foram frustradas a partir dos finais da década de 1960 e início da de 1970, com o início do que o autor chama de “atual grande depressão”. Esse é também o início da implementação da forma de Estado Neoliberal.

Outra visão, da qual deriva a necessidade de manutenção do Estado, a partir da lógica do capital, fundamentado na lei de tendência à queda nas taxas de lucro, desenvolvida por Marx, é defendida por HIRSCH (1979). A ação do Estado, nesse caso, se dá no sentido de atuar como contratendência a essa lei, impedindo, assim, ao menos até o presente, a derrocada final do capitalismo.

Essa visão, conhecida como Escola Alemã da Derivação, parte do pressuposto de que, dada a tendência à queda na taxa de lucro, a classe burguesa se obriga a estruturar o Estado de tal forma que desempenhe a função de neutralizar

---

<sup>43</sup> Tradução livre do autor: “The slight gap between the rise in real wages and that in labour productivity reflects a higher rate of inflation due to a lower rise of productivity in consumer goods and services than in total manufactured goods” (ITOH, 1990, p. 12-3).

essa tendência. O Estado desempenha, então, a função de garantir as condições gerais de reprodução da sociedade capitalista. Isso é feito por meio dos gastos públicos em infra-estrutura física e financeira e na formação dos recursos humanos.

Para o autor, ao se definir o Estado como algo específico da totalidade da sociedade burguesa, cuja função é a de garantir as condições gerais de reprodução dessa mesma sociedade, necessita-se analisar esse processo de reprodução como um processo capitalista que é fundamentado na produção de mais-valia e que se amplia. Ou seja, deve-se analisá-lo como um processo de acumulação. Assim, como por esse ponto de vista a definição de Estado burguês é derivada da definição de sociedade capitalista, deve-se, de igual forma, deduzir as definições concretas das funções do Estado, a partir das condições historicamente variáveis do processo de acumulação.<sup>44</sup> Deve-se ainda deduzi-las a partir das formas de socialização que também mudam nesse processo.

Além disso, para Hirsch, a intervenção estatal se dá sobre as lutas de classe e com certa autonomia em relação aos capitais individuais – podendo inclusive contrariar seus interesses imediatos –, desempenhando determinadas funções sociais (administrativas) que não podem ser assumidas individualmente por tais capitais.

Esse autor constrói seu raciocínio a partir da análise sobre o desenvolvimento histórico do processo de reprodução capitalista e das condições variáveis da valorização do capital e das relações de classe. Para ele, essa é uma teoria da acumulação e da crise capitalistas. É dessa forma que pretende explicar como o modo de produção capitalista, apoiado em suas próprias leis, através das transformações tecnológicas sofridas pelo processo de trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas, cria barreiras à valorização do capital. A crise, por sua vez, torna-se o veículo necessário da ação do Estado para salvaguardar a reprodução do capital. Ou, dito de outra forma, o sistema capitalista necessita da ação do Estado para superar suas crises.

Assim, pela Lei Geral da Acumulação Capitalista, de Marx, o proprietário do capital, que extrai mais-valia do trabalhador em uma relação de troca aparentemente

---

<sup>44</sup> El Estado no puede, fundamentalmente, ser una 'potencia extra-económica' colocada al lado o por encima de la economía como si asienta parcialmente en la teoría del Capitalismo Monopolista de Estado, [...], sino, al contrario, debe ser deducido en su forma y en su modo de funcionamiento a partir del análisis del proceso social de reproducción y de sus leyes" (HIRSCH, 1979, p, 9).

equivalente, tem a necessidade constante de reconversão dessa mais-valia em capital, como uma lei externa coercitiva imposta aos capitalistas individuais pela concorrência. Assim, para Hirsch, (1979), o fato decisivo do processo de acumulação é a modificação na composição orgânica do capital, que ocorre durante o processo de reconversão da mais-valia em capital, devido ao desenvolvimento das forças produtivas. Isto é, o processo de acumulação impulsiona as modificações na relação entre trabalho vivo e reificado, cuja consequência é a tendência à queda nas taxas de lucro.

Nesse sentido é que o processo de acumulação progressiva e o conseqüente desenvolvimento das forças produtivas encontram uma limitação que é decorrente da própria composição orgânica do capital. Ou seja, à medida que, pelo progresso técnico, o trabalhador individual põe em movimento uma massa crescente de meios de produção, a própria composição técnica do capital (MP/FT) se altera. Assim, permanecendo constante as demais condições, a composição em valor próprio do capital (C/V) também se altera, no mesmo sentido do anterior, mesmo que não proporcionalmente. Resulta disso que para uma taxa de mais-valia (m/v) constante, com crescente composição orgânica do capital, a taxa de lucro relativa ao capital total deverá também baixar: “Quando, com uma taxa de lucro em queda, se alcança o ponto em que a massa de lucros se mostra insuficiente para poder capitalizar adequadamente a nova mais-valia gerada – com isso produzindo-se uma sobreprodução relativa de capital –, o processo de produção deve abater-se” (HIRSCH, 1979, p.20).<sup>45</sup>

Assim surge a crise. É dessa forma que o autor, a partir da lei do valor de Marx, deduz a tendência às crises e à destruição do capitalismo. Para ele, o colapso do capital não aconteceu, até o presente, graças a contratendências que obstruem, retardam e parcialmente paralisam a queda nas taxas de lucro. A mais importante contratendência, baseada na evolução tecnológica do processo de trabalho, é o aumento combinado da produtividade do trabalho, que altera constantemente a composição orgânica do capital. A taxa de lucros sofre também a influência de

---

<sup>45</sup> “Cuando con una tasa de beneficio en baja se alcanza el punto en que la masa de beneficios producida se vuelve demasiado pequeña para poder capitalizar todavía fructuosamente la plusvalía nuevamente generada, y de esta suerte se obtiene una sobreproducción relativa de capital, el proceso de acumulación debe abatirse” (HIRSCH, 1979, p.20).

fatores decorrentes do conflito capital-trabalho, no sentido de rebaixar ou elevar salários, tais como: extensão, aceleração ou redução da jornada de trabalho.

Além disso, para esse autor, essa tendência ao colapso e às crises, decorrentes da lei geral de tendência à queda nas taxas de lucro, somente pode ser contrabalançada pela permanente reorganização da produção e das relações de extração de excedentes, ou mais-valia. Tal reorganização implica a mudança da forma do próprio capital (monopólios, tipos de financiamentos etc.), da expansão do capital no mercado mundial e da aceleração do progresso científico e técnico.

Dessa forma é que o Estado assume o que ele chama de “funções administrativas do Estado”. São elas: a garantia das relações capitalistas e das condições gerais de produção; a inclusão do aparato do Estado no processo econômico de reprodução, por meio da redistribuição administrativa da renda e regulação da circulação. A última dessas funções seria a garantia do desenvolvimento das forças produtivas.

Para discorrer sobre o primeiro caso, a garantia das relações capitalistas e das condições gerais de produção, o autor, que parte do pressuposto de que está discutindo relações capitalistas e não pré-burguesas, resgata a definição histórica e fundamental das funções do Estado burguês.

Esto significa ante todo: salvaguarda de la propiedad privada y observación de las reglas formales homogéneas de la competencia, protección y seguridad del capital en el exterior, garantía de la disponibilidad de un trabajo asalariado libre en condiciones provechosas para el capital, así como creación de condiciones de infraestructura para la producción (vías de comunicación y de tráfico, instalaciones para la calificación de la fuerza de trabajo, etc.), y esto en la medida en que los capitales individuales no puedan producirlo por sí mismos (HIRSCH, 1979, p.43).

Contrapondo-se às formulações de Marx, Engels e Lênin, Hirsch (1979) afirma que o desempenho da função de garantir as relações capitalistas e as condições gerais para a produção pressupõe um Estado **acima e à parte das classes**<sup>46</sup>, tanto para refrear os abusos do capitalista individual, como, por exemplo, na regulação da jornada de trabalho, quanto para sujeitar os trabalhadores em limites bem-definidos, incluídos aí desde medidas de caráter social, até o uso da violência. Essa necessidade de defender o modo de produção capitalista contra

---

<sup>46</sup> Grifo acrescentado com o intuito de ressaltar a contradição entre Hirsch e os autores referidos.

qualquer agressão a seus fundamentos, seja ela oriunda dos trabalhadores, seja de capitalistas internos, ou externos, é que justifica a existência de todo um arcabouço legal, organizacional, de justiça, policial e militar. Ou seja, a existência do Estado como garantidor das relações burguesas implica que o processo de auto-reprodução da sociedade burguesa não está auto-assegurado.

Essa parece ser uma fraqueza da teoria defendida por Hirsch (1979). Como visto acima, já na *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, Marx se opõe a essa visão. Como se procurou enfatizar na discussão sobre o assunto, o Estado se coloca apenas aparentemente acima e à parte dos interesses de classe. A lição da revolução francesa parece ser bem ilustrativa. Mesmo que Napoleão tenha aliado a burguesia do exercício direto do poder, sua atuação foi sempre em acordo com a burguesia, em especial, a burguesia financeira. Ora, como pode ser neutro e estar acima das classes, um Estado que não hesita em fazer uso da força para manter as relações de produção burguesas?

A segunda função, inclusão do aparato do Estado no processo econômico de reprodução, por meio da redistribuição administrativa da renda e regulação da circulação, é destinada ao Estado, a partir do surgimento do imperialismo e do processo de monopolização.<sup>47</sup> Nesse caso, o Estado, a despeito de garantir os interesses do capital em geral, mesmo que para isso tenha de ir de encontro aos interesses dos capitais individuais, tem de garantir os interesses das frações monopolistas do capital. Há aí duas questões a ser discutidas: a primeira é a contradição já referida anteriormente e também salientada por Hirsch (1979), em relação ao conceito de capitalista coletivo ideal, haja vista que o Estado, ao definir políticas aduaneiras, fiscais, monetárias nas condições de exploração, ou mesmo propiciar redistribuição direta de renda, favorece frações individuais do capital. O desenvolvimento do crédito e do sistema financeiro é visto, pelo autor, como decorrente desse processo. A segunda questão se relaciona às colocações do próprio Hirsch em relação à autonomia do Estado. Que autonomia é essa que força o Estado a atender às exigências das frações hegemônicas do capital? Mesmo que

---

<sup>47</sup> “La inclusión del aparato del Estado en el proceso económico de reproducción, con miras a la salvaguarda de las condiciones particulares de explotación de capitales individuales y de grupos de capitales en el contexto del mercado mundial, se vuelve esencial históricamente en el momento del paso al estadio monopolista e imperialista del capitalismo, que es él mismo una consecuencia de la aptitud a la crisis del desarrollo capitalista, aptitud acrecentada bajo la presión del proceso de acumulación y de desarrollo de las fuerzas productivas” (HIRSCH, 1979, p. 46).



se argumente que o Estado pode atender, por meio do redirecionamento dos recursos públicos, a outras frações do capital, sabe-se que ele o faz na medida e no limite dos interesses do capital monopolista, que é o caso que se está discutindo. Ou seja, ao se perceber o Estado como orgânico em relação ao modo de produção capitalista, parece ser natural que ele se subordine aos interesses das frações mais dinâmicas e dominantes do capital. Da mesma forma em relação aos Estados de centro e da periferia.

A terceira função, de garantia do desenvolvimento das forças produtivas, decorre especialmente do fato de que a produção da ciência e da tecnologia, devido à incapacidade das grandes corporações (trustes) em fazê-lo, dada à magnitude dos investimentos necessários, passa a ser um campo especial das funções administrativas do Estado.<sup>48</sup> Ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas teria alcançado o nível em que a socialização da produção deveria romper também os limites impostos pelos monopólios privados.

Dessa forma, da necessidade de garantir a reprodução do capital em seu conjunto, por meio da produção estatal da infra-estrutura, da ciência e da tecnologia surgiriam complexas formas de organização monopolística de Estado. Isso, entretanto, não se dá sem contradições. Essas decorrem da intensidade das lutas de classe e entre frações do próprio capital e da propensão às crises, que a intervenção Estatal, atuando como contratendência consegue atenuar, porém não eliminar (HIRSCH, 1979, p. 63).

Assim, para esse autor, a análise do Estado "tem de se ater ao desenvolvimento das relações de classe e das lutas de classe, mediadas pelas transformações na base econômica e às condições resultantes para a consecução da dominação política burguesa" (CARNOY, 1986, p. 185).

É essa dominação que, como visto, para Hirsch (1979), tem exigido a intervenção concreta do Estado nas precondições materiais do processo de produção e nos conflitos entre o capital e o trabalho, a fim de manter, de um lado, a reprodução econômica (acumulação de capital) em movimento e, de outro, a luta de classes latente. Há de se pontuar, entretanto, que é em relação a esse último ponto

---

<sup>48</sup> "Lo que es decisivo en el plan de la teoría del Estado, es la incapacidad, cada vez más visible en ese proceso, de los capitales individuales monopolísticos para producir tasas – necesarias para la reproducción del capital en su conjunto – de progreso de la ciencia y la técnica, y por ello de desarrollar las fuerzas productivas, y eso a partir de sus propias fuerzas" (HIRSCH, 1979, p. 57).

que o caráter do Estado burguês se faz presente. Ou seja, onde o Estado como espaço de domínio da força mostra sua face sem máscara ou pudor.

As colocações de Hirsch (1979) reforçam a tese que se defende sobre a mudança nas formas de atuação do Estado. Isso fica particularmente evidente quando o autor escreve que a inserção do Estado no processo econômico de reprodução foi destinada ao Estado, a partir do surgimento do imperialismo e do processo de monopolização. Houve, portanto, necessidade de mudanças nas funções do Estado.

Assim, depois de discutidas as contribuições desses autores marxistas sobre as funções do Estado, sempre se procurando pontuar as divergências teóricas entre eles e, principalmente, em relação a Marx, Engels e Lênin, vai-se discutir, no capítulo seguinte, de maneira mais aprofundada, as funções econômicas e a sustentação do Estado burguês.

### 3 AS FUNÇÕES ECONÔMICAS E A SUSTENTAÇÃO DO ESTADO BURGUÊS

Neste capítulo, a partir da base teórica discutida anteriormente, pretende-se analisar a lei de tendência à queda da taxa de lucro de Marx, haja vista sua importância na discussão do Estado capitalista. Discutir-se-á também a distribuição da mais-valia e com ela os mecanismos de sustentação do Estado. Pretende-se ainda discutir as funções econômicas desempenhadas pelo Estado burguês, bem como o significado das leis fabris inglesas de meados do século XIX, por ser uma das primeiras formas de intervenção estatal.

#### 3.1 MARX E A LEI DE TENDÊNCIA À QUEDA DA TAXA DE LUCRO

A lei de tendência à queda da taxa de lucro tem sido utilizada, como vimos, por autores, como Hirsch e os defensores da teoria do Capitalismo Monopolista de Estado, com destaque para Boccara, no sentido de explicar a intervenção do Estado na economia. Nesta seção, pretende-se apreender o conteúdo dessa lei, bem como sua correlação com a intervenção do Estado na economia.

Marx (1980) formula essa lei a partir da premissa de que, no modo capitalista de produção, há um incremento contínuo do capital constante em relação ao capital variável. Para o autor, dados o salário e a jornada de trabalho, um determinado capital variável ( $v$ ) representa a mobilização de certo número de trabalhadores. No caso de uma taxa de mais-valia  $m/v = 100\%$ , ou seja, o trabalho necessário à reprodução dessa força-de-trabalho mobilizada é igual ao trabalho excedente; esse certo número de trabalhadores gerará um valor global que é o dobro do valor que lhes é destinado para reproduzir a força de trabalho. Marx alerta, entretanto, que essa taxa de mais-valia se expressará em taxas de lucros diferentes, na razão direta da variação do tamanho do capital constante ( $c$ ) mobilizado e, em consequência, do capital global ( $C$ ), uma vez que a taxa de lucro é igual a mais-valia ( $m$ ), dividida, então, pelo capital global ( $C$ ).

Marx (1980) exemplifica, então, que para essa taxa de mais-valia de  $100\%$ , no caso da mobilização de 50 unidades de ( $c$ ) e 100 unidades de ( $v$ ), ter-se-á um

lucro de 66,66%, resultado da divisão da mais-valia ( $m$ ), pela soma de ambos os componentes do capital adiantado. Ou seja, para um  $c = 50$  e  $v = 100$ , então o lucro  $l'$  será  $m/(c+v) = 100/150 = 66,66\%$ . Variando-se ( $c$ ), para 100, 200, 300 e 400, serão obtidos, respectivamente, lucros  $l'$  de 50%, 33,33%, 25% e 20%.

A partir desses resultados, o autor afirma que a mesma taxa de mais-valia, mantendo-se constante o grau de exploração da força-de-trabalho, expressa em uma taxa decrescente de lucro, pelo fato de que o montante do capital variável, embora possa também aumentar em termos absolutos, aumenta menos do que o capital constante. Seguindo adiante, avança a suposição de que a variação de grau no capital constante se dê em todos os ramos da indústria, ou pelo menos em seus ramos decisivos, alterando com isso a composição orgânica média de todo o capital de uma dada economia. A resultante desse processo de “aumento progressivo do capital constante em relação ao variável deve necessariamente ter por consequência *queda gradual na taxa geral de lucro*, desde que não varie a taxa de mais-valia ou o grau de exploração do trabalho pelo capital” (MARX, 1980, p. 242, grifos no original).

Uma das leis do modo de produção capitalista ao se desenvolver, segundo Marx, é que o montante de capital variável decresce relativamente em relação ao capital constante e, por consequência, a todo o capital posto em movimento. Ou seja, nesse modo de produção uma mesma quantidade de trabalhadores, portanto, de força-de-trabalho, resultante de um capital variável de determinado valor e em função de determinados métodos produtivos, mobiliza, emprega, consome produtivamente, num mesmo período de tempo, uma crescente massa de meios de trabalho, maquinários, de diversos tipos de capital fixo, de matérias-primas e conexos, enfim, capital constante com magnitude cada vez maior de valor. Esse processo de redução relativa gradual do capital variável em relação ao capital constante, e de resto com todo o capital, está interligado com a crescente e progressiva elevação da composição orgânica do capital social médio. Essa é, então, uma forma diferenciada de expressão do desenvolvimento progressivo da produtividade social do trabalho. Em síntese: com menos trabalho se movimenta mais capital constante, gerando-se com isso mais produtos: “A esse montante crescente do valor do capital constante – embora só de maneira longínqua represente ele o acréscimo da massa efetiva dos valores-de-uso que constituem

materialmente o capital constante – corresponde redução crescente do preço do produto”<sup>49</sup> (MARX, 1980, p. 243).

Essa redução de preço dos produtos é devida ao fato de que cada produto tomado individualmente passa a conter menos trabalho que quando produzido anteriormente, em fases inferiores de produção, em que se desembolsavam mais capital variável relativamente ao capital constante. É por essa razão que a taxa de mais-valia, mantido ou não constante o grau de exploração da força-de-trabalho, expressa-se em taxa geral de lucro em queda contínua. Essa tendência gradual de queda da taxa geral de lucro, específica do modo de produção capitalista, é, para o autor, meramente a expressão do progresso da produtividade social do trabalho. Ressalva Marx que há outros fatores que podem determinar a queda na taxa geral de lucro, mas esse efeito é temporário. O que essa lei põe em evidência é que:

A massa de trabalho vivo empregado decresce sempre em relação à massa de trabalho materializado que põe em movimento à massa dos meios de produção produtivamente consumidos, inferindo-se daí que a parte não paga do trabalho vivo, a qual se concretiza em mais-valia, deve continuamente decrescer em relação ao montante de valor do capital global aplicado. Mas, essa relação entre a massa de mais-valia e o valor de todo o capital aplicado constitui a taxa de lucro, que por consequência tem de ir diminuindo (MARX, 1980, p. 243-4).

Outra questão relevante em relação a essa lei é que o lucro é a própria mais-valia, quando se refere ao capital total e não apenas ao capital variável que a gera. Nesse sentido, a lei independe da distribuição do lucro, ou mais-valia, entre seus diversos segmentos, como: lucro industrial, lucro comercial, juros, renda da terra, impostos etc. Entretanto, de imediato, uma das consequências dessa lei é o acirramento da luta entre esses diversos segmentos, visando manter o patamar do lucro, ou da mais-valia, de que ele irá se apropriar, em patamares que lhes seja suficiente.

Significativo é também o fato de que a taxa de mais-valia pode aumentar, em uma quantidade determinada de população trabalhadora, tanto pelo prolongamento ou intensificação da jornada de trabalho, quanto pela redução do valor do salário decorrente do aumento de sua produtividade. Nesse caso, a massa de mais-valia

---

<sup>49</sup> Um exemplo atual, que ilustra perfeitamente essa assertiva de Marx, é a redução expressiva e constante do preço dos microcomputadores e demais equipamentos de informática nos últimos anos, quando calculado, por exemplo em R\$/megabyte.

obrigatoriamente aumenta e, com isso, cresce também a massa absoluta de lucro, a despeito da redução do capital variável em relação ao capital constante (MARX, 1980).

A partir do exposto, pode-se afirmar que: a lei de tendência de queda da taxa de lucro demonstra que, à medida que as taxas de lucro caem, os capitalistas perdem o interesse de investir, gerando então as crises econômicas do sistema capitalista. Entretanto, como observa Marx, essa queda não se concretiza em derrocada total, porque há forças que atuam em sentido contrário, visando anular os efeitos dessa lei. Como visto, o Estado, para os teóricos do Capitalismo Monopolista de Estado e para autores como Hirsch, é um dos componentes fundamentais dessas forças que se antepõem a essa lei.

A seguir, discutem-se os fatores que se antepõem à lei de tendência à queda da taxa de lucro. Para Marx, dialeticamente, os mesmos fatores que produzem a queda da taxa de lucro são os que moderam a realização dessa tendência. O primeiro desses fatores é o aumento do grau de exploração do trabalho, seja pela ampliação da jornada de trabalho, seja pela intensificação do trabalho. Ou seja, pelo aumento da extração de mais-valia, absoluta ou relativa. Para ele, há diversas formas de intensificação do trabalho, como, por exemplo o aumento da velocidade das máquinas. Nesse caso, apesar de consumir, em um mesmo lapso de tempo, maior quantidade de matérias-primas e aumentar o desgaste dos equipamentos (capital fixo), a relação entre os seus valores e o preço do trabalho que as põem em movimento não é alterada. Outro exemplo é o da expansão pura e simples da jornada de trabalho. A utilização do trabalho feminino e infantil nesse processo se dá por ser seus salários inferiores ao do trabalho masculino. Além disso, quando mais de um membro da família trabalha, o valor dos bens destinados à reprodução da força-de-trabalho é rateada pela quantidade de familiares envolvidos no processo produtivo e não apenas por um trabalhador. O aumento do número de pessoas trabalhando implica o fornecimento maior de excedente. O processo de simplificação do trabalho pelo desenvolvimento de novas tecnologias e métodos de trabalho facilita a utilização de mulheres e menores.

Outro fator importante é a elevação temporária, mas sempre repetida, da mais-valia, decorrente do desenvolvimento de novas tecnologias ou métodos produtivos ou gerenciais. Quanto a esse último, pode-se citar a evolução sofrida nessa área,

desde os tempos da chamada escola clássica da administração de Taylor, Ford e Fayol, de fins do século XIX e início do século XX, até o atual sistema Toyota de produção.<sup>50</sup> Em síntese:

A elevação da taxa de mais-valia – mormente quando ocorre em circunstâncias [...] em que não se verifica aumento absoluto ou relativo do capital constante com referência ao variável – é um fator que concorre para determinar a massa de mais-valia e por conseguinte a taxa de lucro. Esse fator, embora não derroque a lei geral, faz que ela opere mais como tendência, isto é, como lei cuja efetivação absoluta é detida, retardada, enfraquecida pela ação de circunstâncias opostas. Mas, as mesmas causas que elevam a taxa de mais-valia (mesmo o prolongamento da jornada é um produto da indústria moderna) concorrem para diminuir a força de trabalho aplicada por capital dado, e assim essas mesmas causas contribuem para diminuir a taxa de lucro e para retardar essa diminuição (MARX, 1980, p.269).

O segundo fator apontado é a redução dos salários. A despeito de Marx (1980) não ter se estendido nesse ponto, pode-se citar o processo inflacionário como uma das formas de redução dos salários reais. Outra forma é a da demissão de trabalhadores de salários mais elevados e contratação de outros, às vezes até os mesmos, por salários inferiores.

Outro fator, o terceiro, é a baixa de preço dos elementos do capital constante. Trata-se aqui do crescimento do valor do capital constante em proporção inferior de seu volume material, devido ao incremento da produtividade do trabalho. Ou seja, para Marx, reduz-se o valor do capital existente por meio do desenvolvimento da indústria.

O próximo elemento a ser discutido é o da superpopulação relativa. Novamente o processo dialético se apresenta. O mesmo fator que contribui para a tendência à queda da taxa de lucro é o que a modera. Uma das formas como ocorre superpopulação relativa é quando em ramos da produção perdura de forma mais ou menos incompleta a subordinação do trabalho ao capital. Para Marx, essa situação decorre da abundância e conseqüente barateamento dos trabalhadores desempregados. Também, pela resistência à mecanização oposta pelos trabalhadores, cujos exemplos concretos podem ser observados na indústria automotiva. A absorção de trabalhadores liberados pela indústria, por parte do setor de serviços, menos intensiva em mão-de-obra, também se enquadra nessa contra,

---

<sup>50</sup> Sobre esse assunto ver Maximiano (2000).

tendência. Nesses casos, o capital variável representa uma proporção maior em relação a todo capital, fazendo com que a taxa e a massa de mais-valia sejam bem maiores nesses setores, ou ramos industriais.

O penúltimo fator é o comércio exterior que, por baratear componentes do capital constante e de meios de subsistência necessários que são transformados em capital variável, ajuda a elevar as taxas de lucro. Ou seja, um determinado país, normalmente mais desenvolvido, vende ao outro, mercadorias acima do valor, apesar de mais baratas que as produzidas pelo país comprador. Junto com o comércio exterior, pode ser arrolada a produção, em países menos desenvolvidos, pelas empresas multinacionais, que utilizam mão-de-obra, cujo tempo necessário à reprodução é menor que nos países desenvolvidos. Nesse caso, podem essas empresas realizar superlucros.

O último aspecto apontado por Marx (1980) é o do aumento do capital em ações. Marx apenas cita esse ponto, limitando-se a afirmar que os dividendos distribuídos são ou podem ser menores que a taxa média de lucro.

Discutido isso, percebe-se que Marx (1980) não inclui diretamente o Estado na discussão da lei de tendência à queda da taxa de lucros. O envolvimento do Estado é feito, como visto, tanto pelos teóricos do Capitalismo Monopolista de Estado, quanto por teóricos como Hirsch, da chamada Escola da Derivação.

### 3.2 A DISTRIBUIÇÃO DA MAIS-VALIA

O processo de acumulação, no qual certa quantidade de valor irá exercer a função de capital, inicia-se por meio da transformação de determinada soma de dinheiro em meios de produção e força de trabalho. Em seguida, no processo de produção, tais meios são transformados em mercadorias, que, além do capital desembolsado, contêm um excedente, uma mais-valia. Esse processo se completa quando o capitalista realiza o valor da mercadoria em dinheiro, no processo de circulação, reconvertendo-o novamente em capital, de modo contínuo (MARX, 1975).

A despeito de ser o primeiro que se apropria da mais-valia, o capitalista não é o único. Ele tem de dividi-la com os demais capitalistas que exercem funções diversas no todo da produção social. A mais-valia é dividida entre os diversos



segmentos que participam do processo de acumulação em lucro do empresário, lucro comercial, juro, renda da terra e impostos.

Diferentemente, nas formas pré-capitalistas, os detentores do capital produtor de juros, os usurários, apropriavam-se de todo excedente aos mais estritos meios de sobrevivência, excetuada a parte destinada ao Estado. Ou seja, à época, a mais-valia dividia-se em duas partes: uma delas destinada aos donos do capital usurário e, a outra, ao Estado. Marx chama a atenção para o fato de que não se deve confundir a situação anterior com a situação sob o capitalismo, pois, neste, os meios de subsistência se constituem em salário e o juro é apenas parte do excedente: “Quem assim procede esquece que o assalariado produz e cede ao capitalista que o emprega, lucro, juro e renda fundiária”<sup>51</sup> (1975, p. 682-3).

Mas há porções da mais-valia que não se destinam ao capitalista individual. Uma parte da mais-valia destina-se à acumulação do capital, outra ao consumo pessoal dos capitalistas.<sup>52</sup> Para Marx (1975), as mercadorias adquiridas pelo capitalista com uma parte da mais-valia, para esse fim, seu consumo, não lhes servem de meios de produção e de criação de valor. Da mesma forma, o trabalho que ele compra para satisfazer a suas necessidades naturais e sociais não é produtivo. Há, entretanto, por suposto, uma outra parte da mais-valia que se destina ao processo de reprodução de todos os demais membros da sociedade que não participam diretamente do processo produtivo, ou de reprodução da sociedade. Incluem-se aí os inválidos, doentes, aposentados e todos os trabalhadores improdutivos, dentre os quais aqueles que compõem a legião de pessoas que trabalham nas diversas instituições e aparatos do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário).<sup>53</sup>

De que forma então o Estado se apropria de parte da mais-valia? Que parte é essa? Para Germer, é da porção da mais-valia destinada ao consumo capitalista que o Estado obtém os recursos necessários à aquisição de meios de produção duráveis

---

<sup>51</sup> “A mais-valia, sempre de acordo com o pressuposto de ser o preço do produto = seu valor, decompõe-se aqui em diversas rubricas, lucro, juros, dizimo etc.” (MARX, 1975, p.246).

“A mais-valia se fragmenta assim em diversas partes. Suas frações cabem a diferentes categorias de pessoas e recebem por isso formas diversas, independentes entre si, como lucro, juros, ganho comercial, renda da terra etc.” (MARX, 1975, p. 658).

<sup>52</sup> “Uma parte da mais-valia é consumida como renda, outra parte é empregada como capital ou acumulada” (MARX, 1975, p. 688).

<sup>53</sup> O Estado, pela sua dimensão e pela quantidade de pessoas que emprega, desempenha um papel econômico importante. Por exemplo, toda vez que realiza pagamentos, como salários, execução de obras, juros da dívida etc. causa um impacto na economia.

e não-duráveis, bem como meios de consumo de seus trabalhadores. Para esse autor, o Estado desempenha a função de controle social a serviço da classe dominante, garantindo, assim, as condições necessárias à manutenção da acumulação capitalista, sustentada pela exploração da classe trabalhadora: “o Estado deve ser concebido como um componente essencial da reprodução da classe capitalista e do sistema em termos globais e constitui, portanto, uma extensão da classe capitalista e, conseqüentemente, deve ser reproduzido juntamente com ela” (GERMER, 2002, p.3).

Ou seja, sob essa ótica, o entendimento da forma como o Estado é mantido deve ser buscado no estudo da reprodução da classe capitalista e, em especial, no consumo capitalista. Isto significa que é por meio de parte da mais-valia destinada ao consumo da classe proprietária dos meios de produção que o Estado garante os recursos necessários não somente à manutenção de seu aparato burocrático e institucional, mas também para desempenhar o controle social e todas as demais funções que lhes são socialmente destinadas, como a manutenção do sistema repressivo, previdenciário, de ensino, programas sociais etc.

Sobre esse assunto, há uma interessante discussão feita por Marx, ao criticar o Programa do Partido Operário Alemão, em maio de 1875, conhecido como Crítica ao Programa de Gotha. Sua crítica se inicia já no primeiro item do programa, transcrito a seguir: “1. ‘O trabalho é a fonte de toda a riqueza e de toda a cultura, e **como** o trabalho útil só é possível dentro da sociedade e através dela, todos os membros da sociedade têm iguais direitos a perceber o fruto íntegro de seu trabalho’”. Marx aponta uma série de contradições, das quais serão destacadas aquelas julgadas de maior interesse aos propósitos desta pesquisa. Em relação à afirmativa de que o trabalho útil somente é possível “dentro da sociedade e através dela”, ele explica que, se isso é verdadeiro, então o fruto do trabalho pertenceria à sociedade, restando ao trabalhador individual apenas a porção não-necessária à manutenção da condição do trabalho, ou seja, da sociedade. Essa é uma questão que pode ter diversas interpretações e, segundo Marx, é a que tem sido utilizada pelos defensores de toda a “**ordem social existente**”, ou seja, da sociedade capitalista. Nesse caso, os interesses do governo e de tudo que está a ele ligado vêm em primeiro lugar, haja vista que “o governo é o órgão da sociedade para a manutenção da ordem social”. A seguir, vêm os reclames das diferentes classes de

propriedade privada, pois essas são as bases da sociedade (MARX, 1977b, p. 228, grifos no original).

Entretanto, além de chamar a atenção para o uso abusivo do tipo de colocação feita no Programa, que, mesmo que servisse ao propósito do documento, poderia e era utilizada pelos defensores do *status quo* capitalista, Marx avança na discussão da distribuição do trabalho social. Para o autor, mesmo em uma nova sociedade, a comunista, antes de se chegar à distribuição individual da **totalidade do produto social** serão deduzidas: uma parte destinada à reposição dos meios de produção consumidos uma porção suplementar destinada à ampliação da produção. Outra parte que ainda deverá ser deduzida é aquela a ser destinada a um “[...] fundo de reserva ou de seguro contra acidentes, transtornos devidos a fenômenos naturais etc.”. Além disso, será necessário suprir **“as despesas gerais de administração, não concernentes à produção”**; a parte destinada à satisfação das necessidades da coletividade, como escolas, instituições sanitárias etc. Finalmente, “[a]os fundos de manutenção das pessoas não capacitadas para o trabalho etc.; em uma palavra, o que hoje compete à chamada beneficência oficial” (MARX, 1977b, p. 230-1, grifos no original).

Essas colocações de Marx oferecem grande subsídio à discussão de algumas das funções que o Estado atual vem desempenhando e que não dizem respeito ao seu caráter de espaço de domínio da força, conforme as colocações de Engels, nem a suas funções de administrador do lar capitalista, tampouco às de garantidor da reprodução da sociedade capitalista. Mas, sim, dizem respeito àquelas funções, algumas delas anteriores ao surgimento do Estado burguês, outras necessárias à conformação de uma nova sociedade. Ou seja, partindo-se do princípio que o novo nasce do velho, nas entranhas do capitalismo estão sendo gestados os parâmetros do modo de produção que irá suceder o atual.

Essa concepção pressupõe que um modo de produção completo e acabado, isto é livre dos resquícios do modo de produção anterior e sem nenhuma forma de um novo modo de produção, não pode existir, a não ser no plano da abstração teórica. Dessa forma, ao se referir ao modo de produção capitalista, está-se querendo dizer que as relações de produção predominantes naquele determinado momento histórico são as referentes a esse modo de produção. Dessa forma é que se pode compreender também o significado de que um modo de produção deverá

sempre desenvolver ao limite de suas possibilidades as forças produtivas que lhe são inerentes. Ainda, um modo de produção é superado pela negação de suas categorias fundamentais, que no capitalismo são o capital e o trabalho.

Parecem, entretanto, abusivas as colocações de Poulantzas (1977) que, evocando o “Estado Bismarckiano”, advoga a possibilidade de um tipo de Estado, por exemplo, o feudal, sobreviver em um modo de produção diferente, como o capitalista. Essa visão corrobora com a possibilidade de o Estado capitalista ser adaptado ao socialismo, contrariando dessa forma a postulação de que este é um Estado historicamente datado, que, necessariamente deverá desaparecer, ou ser destruído, juntamente com o seu modo de produção.

Retorna-se à discussão de funções que hoje são desempenhadas pelo Estado e que necessitarão ter um ente para as administrar após o capitalismo. Pode-se, portanto, pensar que algumas das funções assumidas e desempenhadas atualmente pelo Estado, e que tiveram certa expansão na forma de Estado de Bem-Estar, fazem parte do rol de funções que, juntamente com outras que deverão surgir, necessariamente permanecerão após a superação do capitalismo. Além disso, da capacidade de geração de excedentes, decorrente do aumento da produtividade do trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas, parcela maior do produto do trabalho social poderá ser destinada a todos os seres humanos. Não se entrará aqui na elucubração sobre os critérios que deverão reger a distribuição individual desse produto, vez que isso foge do escopo deste estudo. Entretanto, se essa sociedade não mais estiver sob o jugo da propriedade privada dos meios de produção e do domínio de uma classe sobre as demais, é de se esperar que a humanidade deva achar os mecanismos adequados a tal desígnio.

Em síntese, mesmo no modo de produção capitalista, onde o excedente gerado, após a subtração dos meios necessários à reprodução da classe trabalhadora, é apropriado pelos detentores dos meios de produção, aí incluído o Estado, como parte do consumo capitalista, há uma parcela desse excedente que é utilizada pelo Estado para cumprir algumas funções necessárias a quaisquer sociedades. Ora, como visto acima, mesmo na sociedade comunista haverá a necessidade de destinação de parcelas do excedente do trabalho social a uma instituição, ou conjunto de instituições, que mesmo não sendo o Estado capitalista,

deverá desempenhar não somente aquelas funções apontadas por Marx, mas outras que muito provavelmente haverão de surgir.

Feita essa análise sobre a distribuição da mais-valia e após de ter-se avançado na discussão da distribuição do produto social depois a superação do capitalismo, passa-se a seguir à discussão sobre a forma e origem dos recursos que mantêm o Estado capitalista.

### 3.3 A SUSTENTAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO BURGUEÊS

Nesta seção, buscar-se-á desvelar o modo como o Estado capitalista se reproduz e é sustentado. Para isso, é necessário considerar como ponto de partida o fato de que, no modo de produção capitalista, a produtividade do trabalho atinge o seu ponto mais elevado de desenvolvimento, graças ao desenvolvimento contínuo das forças produtivas desde a origem da sociedade humana.<sup>54</sup> Por sua vez, a classe burguesa, por deter a propriedade privada dos meios de produção, que é por isso mesmo a classe dominante, subtrai à classe trabalhadora excedente de seu trabalho (mais-valia), suficiente para sua auto-sustentação e reprodução, bem como de todo o aparato institucional necessário à reprodução desse modo de produção, aí incluído o Estado.

Desse modo, o Estado cuja expressão material se dá por meio de um conjunto de aparatos, instituições e pessoas que não participam diretamente no processo de reprodução social, “para desempenhar suas funções, [...] consome uma

parte do produto social, na forma de meios de produção duráveis e não duráveis e de meios de consumo de seus trabalhadores” (GERMER, 2002, p. 3).

Os recursos necessários ao financiamento dessa parte do produto social consumida pelo Estado são, formalmente, oriundos do processo de arrecadação de impostos,<sup>55</sup> tanto da classe capitalista quanto da classe trabalhadora. Essa é a

---

<sup>54</sup> “O sistema capitalista surge sobre um terreno econômico, que é o resultado de um longo processo de desenvolvimento. A produtividade do trabalho que encontra e que lhe serve de ponto de partida é uma dívida não da natureza, mas de uma história que abrange milhares de séculos” (MARX, 1975, p. 587).

<sup>55</sup> O Estado também se financia por meio do endividamento público. Entretanto, isso em nada altera o raciocínio que se está desenvolvendo, uma vez que o pagamento, tanto do principal quanto dos juros e taxas correspondentes, feito com parte da mais-valia que lhe é destinada.

aparência do fenômeno, haja vista que no processo de produção capitalista, à classe trabalhadora é destinada quantidade de produto do trabalho social suficiente apenas para garantir sua subsistência ou reprodução. A despeito de que, ao se reproduzirem, os trabalhadores garantem a reprodução do todo social, o excedente gerado nesse processo não é por eles apropriado. Tal excedente é apropriado pela outra parte da sociedade que não participa diretamente do processo reprodutivo social (KRADER, 1980).

Para Marx, o valor da força de trabalho abrange o valor das mercadorias necessárias à reprodução do trabalhador, ou seja, à perpetuação da classe trabalhadora. Por outro lado, o dia de trabalho, ou a jornada de trabalho, vai muito além da produção desse valor: “A magnitude absoluta do tempo de trabalho, o dia de trabalho, a jornada de trabalho, é constituída pela soma do trabalho necessário e do trabalho excedente, ou seja, do tempo em que o trabalhador reproduz o valor de sua força de trabalho e do tempo em que produz a mais-valia” (1975, p. 259).

A partir dessa discussão, emergem alguns pontos importantes. Primeiro: se a manutenção do Estado é feita por meio da arrecadação de impostos, que por sua vez são partes alíquotas de mais-valia, há que se discutir o que isso significa. Ainda, a partir dessa assertiva, cabe um questionamento: por que os capitalistas abrem mão de parte da mais-valia para sustentar o Estado? O ponto seguinte diz respeito ao fato de que se ao trabalhador é destinado apenas parte do produto social suficiente apenas para sua manutenção, como ele pode pagar imposto? O que isso significa? Por último, tem-se a questão da qualificação do trabalhador que produz mais-valia. Acredita-se, além disso, que a discussão de quem e o que são, sob a ótica marxista, o trabalhador produtivo e o trabalhador improdutivo, auxilia na compreensão desta discussão.

O que são os impostos? Serão eles “mais um custo de produção”, como entendido pela teoria burguesa? A resposta a essa primeira questão pode ser buscada, entre outros, no *Capítulo VI – Inédito*, de *O Capital*.

Passemos agora ao último caso, o dos impostos, o preço dos serviços estatais etc. Trata-se aqui, porém, de falsos custos de produção (*faux frais de production*. Fr.) e é uma forma em si e para si acidental do processo capitalista de produção e de nenhum modo um aspecto condicionado por ele e que lhe é imanente ou necessário. Se por exemplo, todos os impostos indiretos se transformarem em diretos, nem por

isso deixarão de ser pagos, porém já não constituirão um adiantamento de capital, mas um dispêndio do rendimento. A possibilidade desta transmutação formal mostra claramente a sua exterioridade, a sua indiferença e a sua acidentalidade em relação ao processo capitalista de produção (MARX, s/d, p. 112).

A despeito de não estar tratando diretamente do assunto, Marx afirma que os custos de manutenção do Estado são falsos custos de produção, haja vista que são “*dispêndio(s) do rendimento*”. Parece claro que essa afirmação significa que é com o excedente, a mais-valia, que o Estado é mantido. Ou seja, os custos de manutenção do Estado são parte da mais-valia. Quanto à questão de que de modo nenhum lhe é imanente ou necessário, Marx se referia à necessidade do processo de produção capitalista e não ao processo de reprodução do modo de produção capitalista.

Em outras passagens de sua obra, em que Marx discute a composição, ou decomposição da mais-valia, ele apresenta o imposto como um de seus componentes.<sup>56</sup>

A partir do entendimento de que a mais-valia é decomposta em “diferentes sub-formas”, pode-se discutir seu destino no processo social de produção e reprodução, incluindo aí a porção da mais-valia destinada à manutenção do aparato estatal.

A demonstração de que a origem dos recursos que garantem a manutenção do Estado provém da mais-valia parece não ser difícil, ao menos para aqueles que adotam o método marxista de análise. Como visto, parte-se do pressuposto de que no modo capitalista de produção, a classe trabalhadora se apropria apenas da parte do produto de seu trabalho, que garanta sua reprodução. Ou seja, a jornada de trabalho é dividida em duas partes: uma que corresponde ao tempo necessário à manutenção da força de trabalho; e outra, correspondente ao trabalho excedente. É evidente, que, como bem salientou Marx em diversas passagens d’*O Capital*, essa divisão varia no interior de um mesmo país, de uma mesma região, de um mesmo município e entre países. Sofre influência da cultura e do grau de desenvolvimento da sociedade. Altera-se ainda ao longo do tempo e mesmo em uma mesma época. Além disso, pode mudar de acordo com os diversos ramos de atividades.

---

<sup>56</sup> “[a] mais-valia [...] divide-se em diferentes sub-formas: juros de capital, renda fundiária, impostos etc.” (OC, III/I, p.39, também p. 141, grifo acrescentado)” (GERMER, 2002, p.4). Ver também p.600 e 658 de *O Capital livro 1 v. 2*.

Finalmente, o salário real do trabalhador ora cai abaixo do valor da força de trabalho, ora se eleva acima dele.

Se o valor da força de trabalho é variável, é importante ainda que, ao se comparar os salários das diferentes nações, todos os elementos que são determinantes da variação da magnitude da força de trabalho sejam levados em consideração.<sup>57</sup>

É, portanto, evidente que a quantidade exata de produto, oriundo do trabalho social, necessária à reprodução da força de trabalho é variável no tempo, local e, principalmente, na organização da classe trabalhadora, que pode proporcionar novos itens como componentes do mínimo necessário à reprodução da força de trabalho.

Para Marx (1977c, p.373):

[...] o preço do trabalho no mercado, da mesma forma que o das demais mercadorias, tem que se adaptar, no decorrer do tempo, ao seu valor; que, portanto, a despeito de todas as altas e baixas e do que possa fazer, o operário acabará recebendo sempre, em média, somente o valor de seu trabalho, que se reduz ao valor de sua força de trabalho, a qual, por sua vez, é determinada pelo valor dos meios de subsistência necessários à sua manutenção e reprodução, valor esse regulado, em última análise, pela quantidade de trabalho necessária para produzi-los.

Nesse mesmo sentido, tem-se que o valor da força de trabalho vem variando ao longo do tempo, uma vez que produtos como telefone, ônibus, diferentes tipos de medicamentos etc., vão sendo incorporados à cesta de produtos do trabalhador.

Em a *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, MARX (1975), ao analisar a composição do capital, afirma que todo acréscimo de capital implica acréscimo de sua parte variável, na parte do capital que é transformada em força de trabalho. Assim, da mais-valia resultante do processo de produção, uma parte da porção que se transformará em capital adicional terá que se transmutar em capital variável (v). A outra parte, em capital constante (c). Marx explica que uma determinada massa adicional de meios de produção, ou determinado capital constante, a uma mesma

---

<sup>57</sup> “Quando se comparam os salários das diferentes nações devem, portanto, ser levados em conta todos os fatores que determinam a variação da magnitude do valor da força de trabalho como o preço e a extensão das necessidades elementares da existência humana, naturais e historicamente desenvolvidas, os custos de formação do trabalhador, o papel desempenhado pelo trabalho das mulheres e das crianças, a produtividade do trabalho, sua duração e sua intensidade” (MARX, 1975, p.648).



composição do capital, e mantidas também inalteradas as demais condições, exigirá, para funcionar, a mesma quantidade proporcional de força de trabalho que o capital já existente. Resulta disso que a procura de trabalho e de meios para subsistência dos trabalhadores aumentarão na mesma proporção do aumento do capital. Por outro lado, o capital posto em movimento produz, anualmente, certa quantidade de mais-valia, parte da qual será também, a cada ano, sucessivamente, acrescentada ao capital original. Nesse caso, ter-se-ia aumento sucessivo da demanda de trabalho, que, caso se mantivessem as condições acima, levaria a aumento dos salários. Entretanto para Marx, “as circunstâncias mais ou menos favoráveis em que se conservam e se reproduzem os assalariados em nada modificam o caráter fundamental da produção capitalista” (MARX, 1975, p. 714).

Além disso, tanto na reprodução simples como na reprodução ampliada, capitalistas se confrontam constantemente com os assalariados. A diferença entre ambas é que nesta última mais capitalistas, ou capitalistas mais poderosos, confrontam-se com um número maior de assalariados. De qualquer forma, a força de trabalho, para expandir o capital, necessita incorporar-se constantemente a ele. É por essa razão que Marx afirma que acumular capital é aumentar o proletariado, pois a reprodução da força de trabalho é fator de reprodução do próprio capital. Essa assertiva também foi feita por Krader, como visto anteriormente.

Fundamental para o objeto deste estudo é também a explicação do fato de haver momentos em que os assalariados recebem, em forma de meios de pagamentos, parcelas maiores de seu próprio produto excedente. Isso somente é possível quando há expansão da produção, quando o trabalho excedente se transforma em quantidades cada vez maiores de capital adicional. Ou seja quando há crescimento da economia: “Desse modo, [os assalariados] podem ampliar seus gastos, provendo-se melhor de roupas, móveis etc., e formar um pequeno fundo de reserva em dinheiro” (MARX, 1975, p. 717-8).

Entretanto, ressalva Marx, essas condições mais favoráveis ao trabalho não eliminam a subordinação do trabalho ao capital. Quem compra a força de trabalho, o faz com o objetivo de aumentar seu capital e não com o intuito de satisfazer as necessidades do trabalhador. Ressalta também que a lei absoluta da produção capitalista é a produção de mais-valia. É por essa razão que a força de trabalho somente é vendável quando, além de conservar os meios de produção como capital

e reproduzir seu próprio valor como capital, ainda propicia com o trabalho não-pago a formação de capital adicional. Finalmente, para o autor, acréscimo nos salários pode significar, na melhor das hipóteses, redução das quantidades não-pagas de trabalho que o trabalhador deverá produzir.

Discutir a mais-valia relativa é de grande ajuda para o melhor entendimento dessa questão. Marx explica a produção dessa forma de mais-valia pressupondo, de início, uma jornada de trabalho na qual a extensão e a divisão entre trabalho necessário e trabalho excedente estejam previamente definidas. Um hipotético dia de trabalho de 12 horas é representado, por Marx, por uma linha  $a.....b.....c$ . Nele, o segmento  $ab$ , de 10 horas, significa o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho. Já o segmento  $bc$ , de 2 horas, representa o trabalho excedente. Questiona-se então Marx: como é possível aumentar a produção da mais-valia, segmento  $bc$ , sem o correspondente aumento da jornada de trabalho, ou seja, sem o prolongamento de  $ac$ ? A resposta obviamente é: não se expandindo a duração da jornada de trabalho, há, necessariamente, que ser reduzido o tempo de trabalho necessário, isto é,  $ab$ . Isso é possível deslocando-se  $bc$  para um determinado ponto  $b'$  no segmento  $ab$  da linha.

Assim, tem-se uma nova conformação da linha  $ac$ :  $a.....b'.....b.....c$ . Faz-se então mais uma suposição: a de que o segmento  $b'c$  na linha  $ac$  é a metade do segmento  $bc$ , ou, uma hora de trabalho. Com isso, ampliou-se o tempo de trabalho excedente em 50%, passando de 2 para três horas, enquanto que o trabalho necessário reduz-se, obrigatoriamente, de 10 para 9 horas. Em síntese, a um aumento do tempo de trabalho dedicado à produção de excedente, trabalho não-pago, corresponde, obrigatoriamente, uma redução do tempo de trabalho necessário. Significa isso que o trabalhador passa então a dedicar parte de tempo maior de sua jornada de trabalho em favor do capitalista e não mais em seu benefício. Com isso, mudou-se apenas a proporção em que se divide o destino dos frutos do tempo de trabalho entre o trabalhador e o capitalista e não os limites da jornada de trabalho.

Pode-se fazer então outro questionamento: se por definição o tempo de trabalho necessário corresponde, com as possíveis variações, ao mínimo necessário à sobrevivência/reprodução da força de trabalho em um determinado tempo e local, como pode ser reduzido esse tempo, sem que se altere esse pressuposto?

Nesse caso, para Marx, essa redução significaria que a força de trabalho seria reproduzida de maneira atrofiada, sendo que o trabalho excedente estaria sendo prolongado por meio da usurpação de parte do tempo de trabalho necessário e da violação de seus limites normais. Ressalva então o autor que, a despeito da importância desse processo no movimento real dos salários, ele não explica o que foi questionado, visto que a força de trabalho é uma mercadoria e as mercadorias são comercializadas pelo seu valor integral.

Disso resulta que a redução do tempo de trabalho necessário à reprodução, sem que haja modificação da jornada de trabalho, pode somente ocorrer com a redução do valor da força de trabalho. Não é o tempo de trabalho excedente que se expande e sim o tempo de trabalho necessário que se reduz. No exemplo de Marx, reproduzido acima, o tempo de trabalho necessário se reduz em 10%, o que possibilita a ampliação dos 50% do tempo de trabalho excedente.

Como então reduzir o valor da força de trabalho? Por meio do aumento da produtividade do trabalho que pode ocorrer tanto por mudanças nos instrumentos de trabalho, quanto por mudanças nos métodos produtivos. Ainda, por mudança em ambos, meios e métodos: “Entendemos aqui por elevação da produtividade do trabalho em geral uma modificação no processo de trabalho por meio da qual se encurta o tempo de trabalho social mente necessário para produção de uma mercadoria, conseguindo-se produzir com a mesma quantidade de trabalho quantidade maior de valor-de-uso” (MARX, 1975, p. 362).

A partir do instante em que a produção de mais-valia se faz a partir da transformação do trabalho necessário em trabalho excedente, há necessidade de superação do processo de trabalho historicamente desenvolvido. É imprescindível que as condições técnicas e sociais do trabalho sejam também transformadas. Ou seja, para que possa haver aumento da força produtiva do trabalho é imperativo que haja mudanças no próprio modo de produção. Isso torna possível a queda do valor da força de trabalho e a parte da jornada de trabalho necessária para produzir tal valor. Com isso, Marx pode então definir a mais-valia: “Chamo mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais-valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho” (MARX, 1975, p. 363).

Discutido o processo de produção de mais-valia relativa, analisa-se agora sua relação com o objeto de estudo desta pesquisa. De início, coloca-se que, como pontuado por Marx, não é qualquer aumento da produtividade do trabalho que reduz o valor da força de trabalho. Ao contrário, sua redução acontece quando o acréscimo de produtividade acontece nos ramos industriais responsáveis pela produção de bens que compõem as mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho, ou que lhes venha a substituir, sempre considerando um determinado momento histórico e um local definido. Além disso, o preço da força de trabalho pode também ser reduzido por meio de aumentos de produtividade em indústrias responsáveis pelo fornecimento das matérias-primas componentes do capital constante, bem como do instrumental e materiais de trabalho necessários à produção das mercadorias que compõem a cesta de bens necessária à reprodução da força de trabalho. Evidentemente, deve-se considerar o fato de que cada mercadoria reduz o valor da força de trabalho na proporção em que ela participa do conjunto da referida cesta: “A totalidade das coisas necessárias à vida compõe-se de diferentes mercadorias, oriundas de indústrias diferentes, e o valor de cada uma dessas mercadorias é uma parte alíquota do valor da força de trabalho” (MARX, 1975, p. 363).

Outra questão tratada por Marx a respeito da mais-valia relativa é a de que aqueles capitalistas que, individualmente, conseguem aumentar a produtividade do trabalho conseguem, ao final das contas, obter um ganho adicional em relação aos demais capitalistas, forçando os demais a buscar, sob pena de serem excluídos do processo, igualarem-se àquela produtividade. Esse fenômeno tem a ver com o processo de concentração do capital e formação dos monopólios. O Estado, quando redistribui a mais-valia arrecadada por meio dos impostos a favor de um grupo de capitalistas, está fortalecendo esse movimento. Esse é um dos argumentos da teoria do Capitalismo Monopolista de Estado.

O que se pretendeu mostrar com essa análise da mais-valia relativa foi a possibilidade, a partir do aumento da produtividade do trabalho, de aumentar o valor real dos salários, ao mesmo tempo em que é possível elevar o lucro dos capitalistas. Além disso, pretende-se que o Estado, quando contribui para baratear a reprodução da força de trabalho, esteja permitindo uma ampliação da mais-valia relativa, por permitir a redução do tempo de trabalho necessário. Servem de exemplos, nesse

caso, os gastos com educação, saúde e infra-estrutura. Dessa forma, os setores industriais mais diretamente relacionados com esse tipo de gasto acabam sendo beneficiados, auferindo maiores lucros. Seria, como pensam alguns, o Estado redistribuindo renda.

Da mesma forma, quando o Estado, por meio da força, intervém diretamente na luta de classes, a favor da classe capitalista, permite ganho adicional a essa classe, ao impedir que os trabalhadores consigam auferir, em seu próprio benefício, de porção maior dos frutos de sua jornada de trabalho.

Eis aí uma boa pista para entender os momentos mais favoráveis ao trabalho, ocorridos nos chamados anos dourados do capitalismo e da forma de Estado de Bem-Estar. Nesse período, os trabalhadores, em especial os da Europa Ocidental, obtiveram melhores condições de reprodução e, até mesmo a formação de pecúlios. Não conseguiram, entretanto, mesmo nos Estados comandados pelos partidos social-democratas, mudanças no caráter do modo de produção capitalista. Ou seja, por meio dessa análise, é possível afirmar que os ganhos dos trabalhadores no período deveram-se, se não em sua totalidade, pelo menos em grande parte ao aumento da mais-valia relativa e não de políticas keynesianas. Muito menos à suposta autonomia do Estado em relação às classes sociais. Essa, como visto, é também a base da explicação dada por Itoh (1990).

Já na fase seguinte, a partir da implantação da forma de Estado Neoliberal, o processo parece ter se invertido. Desde então, os trabalhadores têm tido dificuldades em ampliar as conquistas em termos de melhores condições de vida, trabalho e remuneração, bem como vêm sofrendo perdas em suas conquistas anteriores. Ora, se o Estado não foi responsável pela prosperidade, também não o é pela crise, como também advoga Itoh.

A apreciação acima evidencia como a luta pela distribuição e apropriação dos frutos do trabalho social alimenta a incompatibilidade entre as classes antagônicas, capitalistas e trabalhadores e mesmo intraclasses. Nesse caso, a luta encarniçada entre os próprios capitalistas por maiores fatias de mais-valia, por meio do aumento da produtividade do trabalho, pelo uso do aparato estatal em seu favor, como defendido pela teoria do Capitalismo Monopolista de Estado etc., é bom exemplo disso.

Ora, se a classe burguesa luta ferozmente entre si e com a classe trabalhadora para ampliar a quantidade de mais-valia gerada e expropriada, cabe então uma pergunta: por que tamanha benevolência dessa classe em abrir mão de parte desse excedente para sustentar o aparato Estatal?

A resposta certamente não é fácil, nem única. De qualquer forma, parece óbvio que, se o Estado Burguês não fosse orgânico, não servisse aos interesses do capital e da classe capitalista, já teria sido destruído. Assim, se o Estado é parte necessária à reprodução da classe burguesa, é natural que tal classe destine fração de seus ganhos para mantê-lo. Também parece natural que o capital busque sempre o aperfeiçoamento do Estado, para que ele desempenhe melhor sua função, a um custo menor.<sup>58</sup> “Apesar de o Estado apresentar-se ao senso comum como um protagonista social aparentemente autônomo, que se confronta não só com a classe trabalhadora nas suas funções de controle, mas também com segmentos da classe capitalista, ele constitui, no sistema teórico de Marx, um elemento subordinado, o gerente do ‘lar coletivo capitalista’” (GERMER, 2002. p.14).

Discutida então a primeira questão a respeito do que são os impostos e o porquê de os capitalistas, enquanto classe, decidirem pagar impostos, volta-se à segunda questão: como a classe trabalhadora pode pagar impostos, se recebe apenas a quantidade de produto do trabalho social suficiente para reproduzi-la? O que isso significa? Para Germer (2002), a cobrança de impostos sobre os salários pode constituir apenas um artifício do próprio Estado para extrair, de forma indireta uma parte adicional de mais-valia, aos capitalistas, sem afetar as condições de reprodução da classe trabalhadora. Para o autor, a tributação direta dos salários, como o imposto de renda nos salários mais elevados, não contraria necessariamente tal assertiva. A partir do pressuposto de que a classe trabalhadora recebe apenas, em salário, o valor mínimo necessário à sua reprodução, a cobrança de impostos sobre o salário por parte do Estado levaria, automaticamente, o seu valor de reprodução a um novo patamar, aquele do valor mínimo de reprodução, acrescido do correspondente valor dos impostos. Ou seja, uma porção maior de mais-valia seria adicionada ao salário. Com isso, a cobrança do imposto dar-se-ia de forma indireta, aos trabalhadores, ao invés de dar-se diretamente aos capitalistas.

---

<sup>58</sup> Esse assunto será discutido ao se tratar do Relatório sobre o Estado do Banco Mundial.

É evidente, como já discutido, que a tributação sobre o salário pode eventualmente ser maior ou menor que a mais-valia acrescentada a ele. Entretanto, isso corresponde a um desvio, que como tal deve ser entendido. Apesar disso, há de se lembrar que tais desvios podem ser mais ou menos longos, coincidindo com os ciclos de expansão e crises do capital e do resultado das lutas de classe. Esse raciocínio é coerente com o que vem sendo desenvolvido neste estudo, ou seja, de que na forma de Estado de Bem-Estar, os trabalhadores obtiveram maiores êxitos em suas lutas, êxitos esses que ocorreram paralelamente aos ciclos de expansão do capital. Já na forma Neoliberal de Estado, os impostos podem estar significando, além de extração indireta de mais-valia, compressão do mínimo necessário à reprodução da força de trabalho. O porquê de o Estado utilizar esse estratégia de cobrança de impostos pode ser justificado, ao menos em parte, segundo Germer (2002), pelo fato de que os capitalistas podem resistir de forma mais eficaz à cobrança de impostos que os trabalhadores. No caso do imposto sobre a renda, isso é particularmente visível, uma vez que, enquanto os salários dos trabalhadores vêm estampados em holerites, a renda do capitalista pode ser mascarada por diversos meios, como aumento artificial de custos, brechas na legislação, sonegação direta pela não-emissão de documentos fiscais etc.

Outra hipótese que pode ser levantada, complementar a esta, que, além da extração indireta de mais-valia adicional, o imposto sobre a classe trabalhadora pode significar uma forma de recuperar porções de mais-valia apropriadas indevidamente pelos trabalhadores. Tais porções apropriadas, que podem ter sido resultado das conquistas das lutas dos trabalhadores ao longo do tempo, são assim devolvidas aos seus “legítimos” donos. Ambas as hipóteses parecem corroborar com o enunciado de que o preço da força de trabalho pode oscilar para mais ou para menos. Entretanto, a tendência é que, ao longo do tempo, mantenha-se no patamar de subsistência da força de trabalho.

A terceira questão levantada diz respeito à necessidade de se precisar os conceitos de trabalho e trabalhador produtivo e, em consequência, de trabalho e trabalhador improdutivo. Com a premissa de que a mais-valia é o fim imediato e o produto por excelência da produção capitalista, para Marx (s/d) somente pode ser considerado trabalho e, em consequência, trabalhador produtivo, aquele que tenha a propriedade, a capacidade de produzir diretamente mais-valia. Ou seja, é trabalho

produtivo aquele trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção destinado a valorizar o capital.<sup>59</sup> Decorre desse conceito que há uma quantidade significativa de trabalhadores, dentre eles os trabalhadores do Estado, que, por não estarem inseridos diretamente no processo de valorização do capital, não produzem mais-valia. Deriva disso, portanto, que tais trabalhadores somente podem ser mantidos por meio do excedente (mais-valia) gerado no processo de produção social.

Há de se fazer uma nota sobre as colocações de Lênin a esse respeito. Para ele, ao emprestar seus quadros à máquina estatal, a burguesia amplia de forma indireta a quantidade de mais-valia extraída aos trabalhadores.

Porém, a despeito de não ser diretamente produtivo, por não produzir mais-valia para o capitalista, o trabalhador do Estado, a exemplo do trabalhador no comércio, como apontado por Marx<sup>60</sup>, contribui para a redução dos custos de realização da mais-valia, seja efetuando trabalho não-pago, supondo que o salário é pago pela força de trabalho, seja concorrendo para a redução dos custos de produção.

O que se defende aqui é, novamente, o ponto de vista de que o Estado, ao aplicar em setores específicos a mais-valia arrecadada aos diversos setores da sociedade, está contribuindo para o aumento da margem de lucro desses setores, seja por meio da redução de custos, como no caso da oferta de infra-estrutura, por exemplo, construção de estradas, rede de fibras óticas etc., seja por meio de incentivos diretos, como juros subsidiados etc.

Mesmo no caso da oferta de ensino, ao se efetivarem pesquisas de base, o Estado, por meio de seus trabalhadores, professores, pesquisadores, está contribuindo para a redução dos custos de produção, pela redução dos custos de reprodução da força de trabalho, como no caso da escola.<sup>61</sup> Ou seja, se a

---

<sup>59</sup> “É produtivo o trabalhador que executa um **trabalho produtivo** e é **produtivo o trabalho** que gera diretamente mais-valia, isto é, que **valoriza** o capital. [...] produtivo, por conseguinte, é aquele que para o operário reproduz apenas o valor previamente determinado de sua capacidade de trabalho, ao passo que na condição de atividade geradora de valor valoriza o capital e **enquanto capital** opõe ao operário os valores por ela mesma criados” (MARX, s/d, p. 109 e 114, grifos no original).

<sup>60</sup> “O trabalhador comercial [...] é produtivo, para o capitalista, não por criar mais-valia diretamente, mas por concorrer para diminuir os custos de realização da mais-valia, efetuando trabalho em parte não pago” (MARX, 1974, p.345).

<sup>61</sup> “A generalização da instrução pública permite recrutar esses assalariados de camadas sociais, antes à margem dessa possibilidade, e que estavam habituadas a níveis de vida mais baixos” (MARX, 1974, p.345).



manutenção do Estado absorve parte da mais-valia, diminuindo, portanto, o lucro capitalista, ao desempenhar esse tipo de função ele não somente diminui a fatia de excedente consumida, como amplia o lucro capitalista, ao menos de parte do capital.

Se essa assertiva está correta, pode-se então afirmar ser esse um exemplo de que o Estado, à medida que desempenha tais funções, não atende aos interesses dos capitalistas em geral, ao passo que pode perfeitamente atender, e atende, à demanda de determinados capitais, em especial das frações dominantes, redistribuindo renda, ou excedente? Novamente confrontam-se a aparência e a essência do fenômeno. Ora, salvo em casos específicos em que algumas parcelas da burguesia se apropriam da máquina estatal para seu proveito direto, o fato de o Estado atender aos interesses dos segmentos mais dinâmicos da economia, como os monopólios, conforme já referido, faz parte da função do Estado burguês de reproduzir as relações burguesas de produção. Além disso, ao favorecer a concentração de capitais, o Estado está em acordo com uma das leis inerentes ao capitalismo.

Esse ponto de vista que se está sustentando se confronta com aqueles defendidos por autores como Altvater (1977), para quem o Estado assume funções como a qualificação da mão-de-obra, a produção de infra-estrutura, o desenvolvimento da ciência e tecnologia etc., porque não são lucrativas para os capitalistas.

### 3.3.1 O Significado das Leis Fabris

A extensão da jornada de trabalho e a intensidade do trabalho são dois fatores fundamentais na expropriação da mais-valia. São instrumentos que a classe proprietária dispõe para ampliar seu capital. Quanto maior o grau de exploração, maior será o lucro. Esse é, portanto o epicentro da luta de classes. Apesar de deter a propriedade dos meios de produção, o capitalista não age isoladamente contra os trabalhadores. Na maioria das vezes, ele conta com a intervenção do Estado. Uma forma importante dessa intervenção é a da edição de leis que regulam as relações entre o capital e o trabalho. O conteúdo de tais leis reflete de maneira direta o nível das lutas de classe. Reflete também a necessidade de o Estado coibir, no interesse de toda a classe proprietária, ações de capitalistas isolados e mesmo

de grupos ou segmentos dessa classe que vão contra o interesse do capital em seu conjunto.<sup>62</sup>

A análise da jornada de trabalho feita por Marx, por meio da discussão da luta pela jornada normal<sup>63</sup> de trabalho, dos estatutos de trabalho ingleses e da legislação fabril inglesa, de 1833 a 1864, parece ser uma boa maneira de esclarecer as formas como esse processo pode ocorrer. A relevância dessa discussão é justificada porque essa pode ser considerada uma das primeiras formas de intervenção estatal.

Ao capital interessa a exploração ao máximo da força de trabalho. Isso é inerente à sua natureza. É por esse motivo que o limite da jornada de trabalho, em seus primórdios, era determinado, não pela conservação normal da força de trabalho, mas, sim, pela necessidade mínima de repouso necessária à sua recomposição após o limite possível de exploração. Isso significava a degradação da força de trabalho que, como uma peça desgastada, necessitava ser substituída: “O capital não tem por isso a menor consideração com a saúde e a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-la” (MARX, 1975, p. 306).

O que significa essa afirmativa? Marx responde que a luta pela instituição de uma jornada normal de trabalho foi (ou melhor, é) uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador. Essa luta teve, no período por ele analisado, duas tendências: a primeira, dos estatutos de trabalho ingleses, foi de estender a jornada de trabalho. A segunda, das leis fabris, a de reduzi-la compulsoriamente.

Sem dúvida, as pretensões do capital no seu estado embrionário (quando começa a crescer e se assegura o direito de sugar uma quantidade suficiente de trabalho excedente não através da força das condições econômicas, mas através da ajuda do Estado) se apresentam bastante modestas, comparadas com a jornada de trabalho resultante das concessões que, rosnando e resistindo tem de fazer na idade adulta. [...] É por isso natural que a jornada de trabalho prolongada, que o capital procura impor aos trabalhadores adultos por meio da coação do Estado, da metade do século XIV ao fim do século XVII coincida aproximadamente com o tempo limitado de trabalho, que, na segunda metade do século XIX, é imposto pelo Estado, com o fim de evitar a transformação do sangue das crianças em capital (MARX, 1975, p. 307).

---

<sup>62</sup> “Mas em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho” (MARX, 1975, p. 300).

<sup>63</sup> “A lei de 1833 estabelece que jornada normal de trabalho começa às 5½ da manhã e termina às 8½ da noite e que é legal dentro desses limites de um período 15 horas empregar menores, isto é, pessoas entre 13 e 18 anos, a qualquer hora do dia, desde que o menor empregado não trabalhe durante um dia mais de 12 horas, *com exceção de casos expressamente previstos*” (MARX, 1975, P. 316-7, grifos acrescentados).

Essa citação resume de forma magistral os dois momentos de atuação do Estado. No primeiro, auxiliando o capital por meio da fixação de salários razoáveis sob seu ponto de vista. Foi o caso do primeiro estatuto dos trabalhadores, editado por Eduardo III, em 1349, segundo Marx, sob o pretexto de evitar que a falta de trabalhadores, devida à peste negra, forçasse aumento dos salários.

No segundo, das leis fabris, sua ação foi favorável à classe trabalhadora. A mudança na forma de agir pode ser explicada como tendo dois motivos. O primeiro, decorreu do resultado de árdua luta dos trabalhadores, em especial os ingleses, pela instituição da regulamentação, tanto da extensão da jornada de trabalho, quanto do trabalho feminino e infantil. O segundo motivo pode ser creditado à necessidade de proteger o capitalismo da sanha pelo lucro, dos próprios capitalistas.

Nesse último caso, a par da explícita luta de classes entre o capital e o trabalho, parece ter sido fundamental o papel dos inspetores de fábrica, portanto funcionários públicos, na implementação do arcabouço legal extraído a fórceps do parlamento inglês e sujeito a marchas e contra-marchas durante os anos de 1833. Naquele ano, foi instituída, pela primeira vez na história do capitalismo, uma jornada normal de trabalho e, em 1866, quando se inicia a luta pela jornada de 8 horas, que à exceção da França, é a que perdura até os dias de hoje, a despeito do inimaginável desenvolvimento das forças produtivas desde então.<sup>64</sup>

Qual o significado da ação do Estado por meio daqueles inspetores de fábrica, tão referenciados por Marx? Como o parlamento inglês aprovou leis que foram de encontro aos interesses do capital?

Naqueles momentos históricos, primórdios do modo de produção capitalista, ou, mais especificamente, nos períodos manufatureiro e de introdução da maquinaria, o Estado teve papel fundamental ao formular as leis fabris. No entanto, o que se depreende ao longo do texto em que Marx discute as consequências imediatas, para os trabalhadores, da introdução da maquinaria e seus aperfeiçoamentos é que, por meio de uma acirrada luta entre os trabalhadores e capitalistas, o Estado pressionado, vai editando leis que refreiam a cupidez patronal pelo lucro.

---

<sup>64</sup> “A verdade é que, antes da lei de 1933, crianças e adolescentes tinham de trabalhar a noite inteira ou o dia inteiro, ou de fazer ambas as coisas ao bel prazer do patrão” (MARX, 1975, p. 316).

Naquela ocasião, o Estado **aparentemente**<sup>65</sup> se confrontou com a classe burguesa como um todo. O Estado parece estar contrariando os interesses de todos os capitalistas e não apenas do proprietário desta ou daquela tecelagem. Houve então autonomia do Estado perante a classe dominante?

A resposta novamente é negativa. Em primeiro lugar, com a introdução da maquinaria nas relações entre capital e trabalho, o processo mecanizado, por não exigir a mesma força física que a forma anterior de produção, permitiu o uso de mão-de-obra feminina e infantil. Assim, de uma relação em que se confrontavam o capitalista e o trabalhador como pessoas livres, ao empregar menores e mulheres, incapazes juridicamente, o capital força o trabalhador a vender a força de trabalho dos demais membros de sua família.

Além disso, a introdução da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho implicou que tarefas anteriores por elas desempenhadas no dia-a-dia, como costurar e remendar, tinham de ser efetuadas de maneiras diversas, como, por exemplo, adquirindo roupas prontas. Ou seja, o ganho familiar adicional, decorrente do trabalho da mulher, era esterilizado com esses e outros gastos. O valor da força de trabalho, que antes era calculado sobre as necessidades do trabalhador e sua família, agora o é pela manutenção de cada um de seus membros. Quando somente o homem trabalha, o seu salário cobre a reprodução de toda a família. Se a mulher e um ou mais filhos menores também trabalham, o salário anterior do homem se redistribui entre todos os membros da família. Assim o capitalista obtém, pelo mesmo salário anterior do homem, ou algo a mais, três ou mais forças de trabalho. Desvaloriza-se assim a força de trabalho, ao se reduzir, por cada membro da família, o tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução.<sup>66</sup>

À medida que a situação se agravou, houve reação por parte dos trabalhadores. Isso significa que a ação do Estado, ao editar aquela legislação, decorreu da luta de classes. Foi por meio dela que os trabalhadores arrancaram ao capital aquelas conquistas. O que se quer ressaltar nesse ponto é que a limitação da

---

<sup>65</sup> O grifo foi acrescentado para chamar a atenção para a aparência do fenômeno. A essência será desvelada no decorrer dessa análise.

<sup>66</sup> O trabalho feminino, não obstante ser uma evidente conquista e ponto de libertação da mulher que decorreu, em seus primórdios, da implantação da maquinaria, exponencialmente ampliado pelo surgimento, no século passado, dos contraceptivos e de equipamentos comunitários como as creches, tem portanto a marca indelével de ser instrumento de rebaixamento do valor da força de trabalho e de aumento dos lucros capitalistas.

jornada e do trabalho de mulheres e crianças foi uma conquista dos trabalhadores e não uma dívida do capital, ou do Estado.

Para Marx, foi a introdução da maquinaria, por provocar uma revolução nas relações jurídicas de compra e venda da força de trabalho, tirando-lhes dessa forma a aparência de contrato entre pessoas livres, que propiciou ao Parlamento inglês a justificativa para a interferência do Estado nas fábricas.

Um segundo argumento contra a idéia de autonomia pode ser buscado no prolongamento abusivo da jornada de trabalho. Para Marx, foi justamente esse prolongamento abusivo da jornada de trabalho pelos capitalistas, decorrente do desenvolvimento das forças produtivas, que acabou provocando uma reação da sociedade. Essa ação compeliu o capital a aceitar (rosnando) a edição daquela legislação. Para o autor, ao se sentir ameaçada em suas raízes vitais, ou seja, na própria existência dos trabalhadores, a sociedade reage e estabelece por meio de lei uma jornada de trabalho considerada normal. Nessa ação da sociedade, pode-se entender a ação da classe burguesa atuando no sentido de defender seu interesse geral.<sup>67</sup>

Todavia, o capitalista busca, na inexorabilidade das leis que regem o modo capitalista de produção, formas de garantir e ampliar a mais-valia extraída do trabalhador. Ele o faz tanto pela redução do custo de manutenção da força de trabalho, quanto pela extensão desmesurada da jornada de trabalho com a dupla finalidade de ampliar o tempo de produção de mais-valia, em relação ao capital investido e para fazer frente à velocidade da obsolescência da maquinaria em face dos constantes novos inventos e aperfeiçoamentos. Finalmente, pela intensificação do trabalho. Assim, quando esse processo ultrapassa os limites suportáveis, há reação tanto dos trabalhadores, quanto da sociedade. Inclusive da própria burguesia, com o intuito de preservar o sistema.

Parece, portanto, que Poulantzas não tem total razão ao defender o ponto de vista de que o Estado burguês possui certa autonomia frente aos interesses da classe burguesa. Menos razão tem ainda os que defendem um Estado acima das classes. Desde seus primórdios, como vimos, ele age apenas quando a luta de

---

<sup>67</sup> Ver nota 113, de rodapé, onde o jornal The Times é citado por Marx, por ter escrito um artigo em que dizia que os capitalistas não demonstravam o menor interesse em conservar e zelar por “esse tesouro” que era o trabalhador (MARX, 1975, p.306).

classes se torna insuportável. Essa colocação parece poder ser defendida, além do que foi exposto anteriormente, apoiando-se ainda no seguinte:

Quando a rebeldia crescente da classe trabalhadora forçou o Estado a diminuir coercitivamente o tempo de trabalho, começando a impor às fábricas propriamente ditas um dia normal de trabalho, quando, portanto, se tornou impossível aumentar a produção de mais-valia, prolongando o dia de trabalho, lançou-se o capital, com plena consciência e com todas as suas forças, à produção de mais-valia relativa, acelerando desenvolvimento do sistema de máquinas (MARX, 1975, p.467).

Deve-se ter presente que Marx jamais se contrapôs ao desenvolvimento das forças produtivas. Ao contrário, para o autor, a maquinaria foi uma conquista da humanidade por facilitar e reduzir o tempo de trabalho, aumentando com isso a riqueza de quem realmente produz. Ocorre que o uso capitalista da maquinaria leva a resultados opostos, por prolongar o tempo de trabalho, aumentar sua intensidade, escravizar os seres humanos por meio das forças naturais e empobrecer os verdadeiros produtores.

Ainda, que a implantação da maquinaria no sistema capitalista resulta no aumento imediato da mais-valia e dos produtos em que ela se incorpora. Isso permite que, por reduzir as quantidades necessárias à reprodução da força de trabalho, a classe capitalista e seu cortejo usufruam de mais bens de consumo de luxo, uma vez que parte maior do produto social pode ser destinado a esse fim. Permite, além disso, que porção maior da população possa ser deslocada do processo de produção direta. Nessa porção, como visto, estão incluídos os trabalhadores do Estado, entre outros.

Do exposto, é possível inferir questões relevantes ao objeto deste estudo. A primeira delas é que o Estado acaba baixando legislação limitativa à atuação do capital. Tal legislação é fruto direto da luta diuturna dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, da luta de classes, portanto. É também oriunda, como nas leis fabris, da ação de servidores públicos, no caso os inspetores de fábricas que, ao serem divulgadas, provavelmente fortaleciam as reivindicações dos operários. Cabe aqui um parêntese: nessa questão, não se pode perder de vista a necessidade de distinguir a ação de servidores públicos da ação de dirigentes públicos. Estes, recrutados normalmente da classe burguesa, são os responsáveis pelos rumos que norteiam a ação Estatal. Aqueles que também são trabalhadores, por sua vez, podem agir e muitas vezes o fazem, a favor da classe trabalhadora.

A contrapartida disso é que toda medida que implique aumento no custo do trabalho, como a regulamentação que dificulta, ou mesmo proíbe, determinada forma de exploração do trabalho, força o desenvolvimento das forças produtivas, a fim de que tal aumento seja compensado pela sua intensificação .

Não se pode desconsiderar o fato de o capital ter encontrado formas, ao longo do tempo, de resistir a pressão dos trabalhadores. Não é sem razão que a jornada oficial de trabalho continue, de modo geral, no patamar das 40 horas semanais. Mais que isto, com a chamada “flexibilização das legislações trabalhistas”, além da amputação de conquistas trabalhistas, têm sido introduzidas inovações nas relações entre o capital e o trabalho, como o banco de horas, que prejudicam os trabalhadores.

Cabe aqui mais uma nota buscada nos escritos de Engels no *Anti-Dühring*. Esse autor propugna que, enquanto a classe trabalhadora era explorada de uma forma ou de outra e enquanto teve todo seu tempo tomado em trabalho necessário, ela não pode dispor de tempo para atender à direção dos interesses comuns de toda a sociedade, tais como a direção dos trabalhos, dos negócios públicos, solução de litígios, arte, ciência etc. É por essa razão que, para Engels, necessitava-se de uma classe especial, que fosse liberada do trabalho efetivo para tratar de tais assuntos. Ocorre que essa classe especial acabava se aproveitando dessa condição para impor sobrecargas aos trabalhadores, explorando-os em proveito próprio. Somente com o advento da grande indústria, que trouxe consigo um brutal desenvolvimento das forças produtivas, tornou-se possível a distribuição do trabalho a todos os membros da sociedade sem exceção, permitindo, com isso, reduzir a jornada de trabalho a limites tais “ que deixem a todos um tempo livre suficiente para que cada um intervenha – teórica e praticamente – nos negócios coletivos da sociedade” (ENGELS, 1990, p. 159).

Dessa forma, tornou-se possível afirmar que toda classe dominante e exploradora não é mais necessária historicamente, tornando-se, por esse motivo, além de inútil, um entrave prejudicial ao desenvolvimento da sociedade (ENGELS, 1990).

Com essa nota, procurou-se demonstrar a importância da redução da jornada de trabalho, para a classe trabalhadora, redução essa que se já era possível em finais do século XIX, atualmente o é em muito maior grau, graças ao extraordinário

desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento exponencial da produtividade do trabalho acontecido ao longo do século XX.

Se isso não tem acontecido é porque, além da ação direta do capital, o Estado, à exceção de alguns momentos históricos, como o da implementação das leis fabris, tem atuado com extrema competência na aprovação de legislação que oponha obstáculos não somente à redução da jornada de trabalho, como também à manutenção das conquistas dos trabalhadores ao longo dos séculos. Como se verá adiante, essa é uma das ações preconizadas pelo Banco Mundial, como forma de o Estado propiciar ambiente favorável ao desenvolvimento do mercado. A aprovação dessa e de outros tipos de legislação é facilitada pela ação agressiva da mídia, que consegue induzir os trabalhadores a aceitar tais mudanças, as quais são vendidas como as formas necessárias à superação das crises por que vêm passando a maioria esmagadora dos países capitalistas, desde a década de 1970, quando se deu o início da implantação da forma de Estado Neoliberal. É o expediente de apresentar os interesses burgueses como se fossem os interesses de toda a sociedade. Para os trabalhadores, a crise significa, diretamente, o aumento das taxas de desemprego. Ou seja, vende-se a ilusão de que a causa das crises é a legislação trabalhista que engessa o capital, tirando-lhe a mobilidade e a liberdade de explorar livremente a força de trabalho. Essa é uma importante forma de ação do Estado, por meio da ideologia. É a face ideológica da luta de classes.

Nesse sentido, parece ser possível afirmar-se que o Estado, mesmo quando faz concessões à classe trabalhadora, como na forma de Estado de Bem-Estar, por ser um Estado sob o modo de produção capitalista, o faz pressionado, sem, entretanto, desconsiderar que um de seus principais objetivos é garantir a reprodução do sistema, sempre procurando agir como um “capitalista coletivo”, ou geral.

Como visto, a introdução das leis fabris na Inglaterra proporcionou farto material para reflexão. Dentre outros aspectos, pôde-se discutir como sua edição foi possível, mesmo em um parlamento burguês. Viu-se também a importância da luta dos trabalhadores por condições menos indignas de trabalho e a contribuição dos impressionantes relatórios dos inspetores de fábricas, funcionários do Estado, como argumentos aos trabalhadores e legisladores, ao relatarem as inumanas condições



de exploração da força de trabalho, onde, a título de exemplo, crianças de dois a dois anos e meio já eram forçadas a trabalhar.

As leis fabris se constituíram, portanto, na “primeira reação consciente e metódica da sociedade contra a forma espontaneamente desenvolvida de seu processo de produção, é conforme vimos, um produto necessário da indústria moderna, do mesmo modo que a fiação de algodão, as máquinas automáticas e o telégrafo elétrico” (MARX, 1975, p. 550-1).

O grau de exploração da força de trabalho chega a tal ponto que sua própria reprodução fica ameaçada. A exposição dessa sinistra realidade faz com que outros segmentos sociais, além do proletariado, passem a condenar tais práticas. É a negação do sistema. A superexploração gera a necessidade de implementação de mecanismos que ponham limites e ela. Por esse motivo é que as leis fabris são um produto necessário da indústria moderna. Isto é, o desenvolvimento da indústria demandou certo tipo de freio na gana do capitalista pelo lucro, gana essa que poderia, se levada ao extremo, inviabilizar o próprio sistema. Entretanto, ao obrigar determinadas ações que implicam aumento de desembolso de capital, as leis fabris acabavam prejudicando os pequenos capitalistas e favorecendo as grandes corporações e a concentração de capital. Nesse caso, a despeito de ir de encontro aos interesses de certos segmentos, o Estado favorece outros interesses, beneficiando os segmentos mais poderosos da classe burguesa.

Outro aspecto notado por Marx é que os próprios capitalistas, à medida que são obrigados a obedecer determinada legislação, passam a pressionar o Estado para que a estenda aos demais setores. Isso ocorre porque os setores livres das leis que limitam o abuso acabam usufruindo dessa condição, intensificando o grau de exploração.<sup>68</sup>

Note-se que, dessa forma, o discurso da impossibilidade da introdução de determinadas mudanças no sentido de reduzir as condições de insegurança, insalubridade, jornada excessiva de trabalho, exploração da mão-de-obra infantil etc., sob pena de inviabilizar determinada atividade, cai imediatamente por terra, assim que é baixada norma coercitiva compulsória. Ou seja, em prazo relativamente

---

<sup>68</sup> “Duas circunstâncias têm sido decisivas para a generalização da lei fabril: primeiro, a experiência sempre repetida de que o capital quando fica sujeito ao controle do Estado em alguns pontos da esfera social, procura compensar-se nos demais, da maneira mais desmesurada; segundo, o clamor dos próprios capitalistas pela igualdade das condições de concorrência, isto é, o estabelecimento de barreiras iguais para todos que exploram o trabalho” (MARX, 1975, p. 562-3).

curto, são encontradas soluções técnicas para questões até então impossíveis de ser modificadas. É impressionante que esse discurso, a despeito de ser desmentido pela realidade dos fatos, já em meados do século XIX, com a edição das leis fabris, mantém-se com força até o presente. Exemplos disso podem ser coligidos em relação à adoção de medidas destinadas à proteção do ambiente, à segurança do trabalho, à elevação dos salários (no Brasil, do salário mínimo) e, o mais paradigmático de todos, da redução da jornada de trabalho.

Essas colocações nos permitem fazer, a despeito de não ser este o propósito desta pesquisa, um paralelo entre os países centrais e os países periféricos. Nos países centrais, mesmo rosnando e resistindo, o capitalismo fez concessões que permitiram elevar o patamar mínimo do valor da reprodução da força de trabalho, permitindo a incorporação de itens inacessíveis, ou inexistentes à época, tais como moradia minimamente adequada, energia elétrica, água encanada, esgotamento sanitário, eletroeletrônicos, além de descanso remunerado aos sábados, férias, décimo-terceiro salário, licença maternidade etc. Evidentemente, não se aboliu o uso da força externa nesses países. Ao contrário, ela está presente e atuante, como é possível vislumbrá-la, pelos meios de comunicação, sempre que os trabalhadores, ou qualquer outro segmento social, ultrapassam os limites determinados pela ordem capitalista. Nos países periféricos, ao contrário, além de a maioria dessas conquistas ainda não terem sido obtidas, a presença da força em forma de Estado é muito mais ostensiva e atuante no sentido de garantir a extração de “quantidade suficiente de trabalho excedente. Tal presença, no limite da necessidade, chega mesmo a ultrapassar a ordem democrática burguesa, descambando tais países para ditaduras militares. A história recente dos países periféricos, em especial os da América Latina, é rica em eventos dessa natureza.

Importante para os países periféricos, mas também para os países centrais, em especial nos primórdios de seus processos de industrialização, é a questão dos subsídios que auxiliam o desenvolvimento de setores burgueses. Ao discutir a massa e taxa de mais-valia, Marx, entre outras questões, conclui que não é “qualquer quantidade arbitrária de dinheiro ou de valor que se pode transformar em capital”(MARX, 1975, p. 352).

O que Marx parece querer dizer com isso, sempre coerente com seu método de análise, é que o montante mínimo de valor que alguém deve dispor em dinheiro

ou mercadorias para se transformar em capitalista muda em função do grau de desenvolvimento da produção dessa sociedade. Além disso, esse montante também difere, em um mesmo estágio de desenvolvimento, nos diversos ramos de produção, em função das condições técnicas de cada um. Esse fato faz com que, para certos ramos da produção, nas fases iniciais do capitalismo, já necessitassem de capitais não-encontrados em mãos de indivíduos isolados: “Isto faz surgirem os subsídios oficiais a particulares, como na França no tempo de Colbert e em muitos estados alemães até nossa época, e as sociedades com monopólio legal para explorar determinados ramos industriais e comerciais, as precursoras das modernas sociedades por ações” (MARX, 1975, p. 354).

Devem-se analisar mais profundamente essas colocações. Em primeiro lugar, há de se notar que Marx sempre chama a atenção ao caso de que é necessário considerar o contexto em que se analisa determinado assunto. A despeito de que se esteja tratando de um mesmo assunto, ele é mutável em função do tempo, lugar e do desenvolvimento das forças produtivas. O caso acima guarda semelhança com a questão posta por Marx, na *Crítica ao Programa de Gotha*,<sup>69</sup>, em relação às formas que os Estados assumem e com a discussão do valor mínimo das mercadorias necessário à reprodução da força de trabalho ao longo do tempo, nos diferentes países capitalistas e mesmo dentro de um mesmo território. O segundo ponto a se discutir, diz respeito ao surgimento dos subsídios estatais a particulares. Essa questão, juntamente com a das concessões de exploração monopólicas de ramos industriais e comerciais, são extremamente relevantes nessa análise, vez que parece indicar uma das formas em que o Estado capitalista vai tendo suas funções modificadas ao longo do tempo, a fim de atender aos interesses do capital que se desenvolvia. Mais que isso, mostra que já em seu nascimento o capitalismo necessitou de um Estado que redistribuísse a renda arrecadada por meio dos impostos. Parece indicar ainda que, ao conceder o privilégio a determinadas empresas, de explorar, de forma monopólica, segmentos industriais ou comerciais específicos, com a garantia de cobrança de preços acima dos custos sociais médios, portanto, de lucros acima da média daquele segmento produtivo, possibilitava a junção de diversos capitais individuais, para Marx, as precursoras das sociedades por ações.

---

<sup>69</sup> Esse assunto será tratado mais detalhadamente logo à frente.

A industrialização brasileira a partir da década de 1930, parece ter seguido, pelo menos em parte, esse processo, o qual teve o Estado como instrumento da burguesia, ao mesmo tempo em que foi criador da classe burguesa (SALAMA, 1983).

### 3.4 FUNÇÕES ECONÔMICAS DO ESTADO BURGUÊS

Nesta seção, tratar-se-á de desvelar as funções econômicas desempenhadas atualmente pelo Estado burguês, à luz dos autores discutidos acima, procurando explicitar o seu significado, bem como se o desempenho de tais funções afeta ou não o caráter do Estado capitalista. De conformidade com a tese defendida nesta pesquisa, a forma de ação, ou de expressão do Estado capitalista, mesmo que apresente significativas diferenças aparentes, em nada afeta o caráter burguês do Estado. Entretanto, como o novo nasce do velho, pretende-se identificar se essas formas de atuação do Estado, que são orgânicas ao capital, prenunciam novas formas de organização da sociedade.

Considerando que o Estado, por meio dos impostos, apropria-se de parte do valor produzido pelo trabalho não-pago no processo de produção, pode-se afirmar que dessa forma ele está reduzindo parte do capital a ser reinvestido na produção de mercadorias.

No esquema do processo de produção exposto por Marx,  $D - M - D'$ , onde  $D' = D + \Delta D$  e que  $D$  é o dinheiro adiantado como capital, ou  $D = c + v$  ( $c$  = capital constante e  $v$  = capital variável) e  $D'$  é o capital reconstituído, após a dedução dos custos de produção, acrescido do excedente  $\Delta D$ , ou  $D' = c + v + m$  ( $m$  = mais-valia). Esse  $\Delta D = m$  é, como colocado por Marx, dividido em diversas partes alíquotas.

Assim, tem-se que:

1. Quanto maior o número e o volume de partes alíquotas de excedente destinadas a fins outros que não diretamente à produção, menor é o lucro líquido do capitalista e, em consequência, menor sua capacidade de reinvestir. Note-se que nessas partes alíquotas, como visto, incluem-se: juros, lucros do capital comercial, consumo do capitalista individual, imposto, renda da terra, manutenção dos trabalhadores improdutivos etc.

2. Decorre disso que quanto maior o volume do excedente apropriado pelo Estado, considerado aí como parte do consumo capitalista, tanto menor a porção do excedente a ser reinvestido. Não parece despropositada, pois, a luta dos capitalistas individualmente pela redução do aparato estatal, especialmente pela redução, ou ao menos o não-aumento de impostos. Também não parece despropositado que o Banco Mundial concentre suas energias, como se verá à frente, na luta para aumentar a eficiência do Estado.

Acontece que o Estado, a par da manutenção de seu aparato institucional, utiliza parte dos recursos arrecadados para redistribuí-los dentro da sociedade. Essa redistribuição pode se dar de forma direta, como nos subsídios à implantação de alguma indústria em determinado território, de isenção de impostos de produtos destinados à exportação, redução de juros, ou mesmo fixação de juros negativos etc.

A redistribuição pode ocorrer também de forma indireta, como na implantação de infra-estrutura, como serviços de distribuição de energia, saneamento básico, telefonia, implantação e conservação de rodovias, educação etc.

Para autores como Altvater (1977), como visto anteriormente, a oferta de bens e/ou serviços por parte do Estado se dá porque esses setores não são lucrativos ao capital. Se por qualquer motivo algum desses setores passa a dar lucros, é exigida sua devolução imediata ao capital. Sob essa ótica, é assim que o processo de estatização/desestatização é explicado.

Essa explicação a partir da não-lucratividade desses setores parece apresentar uma fraqueza. Se tais serviços não são lucrativos é porque seu preço de venda é inferior ao mínimo necessário.

Veja-se o caso da qualificação da mão-de-obra, por meio do ensino público e gratuito. Em primeiro lugar, está-se desempenhando uma função essencial a qualquer sociedade, que é a transmissão dos conhecimentos acumulados pela humanidade a todos os seres humanos. Esses conhecimentos eram negados, e ainda o são em grande parte, à classe trabalhadora. Marx denunciou o embrutecimento das crianças menores de 14 anos, obrigadas a trabalhar nas fábricas, por não terem acesso ao ensino. Foi esse embrutecimento, aliás, um dos principais, se não o principal, motivos que teria levado o Parlamento inglês a

tornar compulsório o ensino elementar, em meados do século XIX.<sup>70</sup> As inúmeras formas encontradas pelos capitalistas de então, bem como de seus sucessores, para burlar a legislação talvez expliquem, ao menos em parte, porque o ensino, pelo menos o básico, é ofertado pelo Estado. O motivo é que esse nível de ensino é necessário para a maioria dos capitalistas, apesar de não ser de seu interesse, sob o ponto de vista individual, arcar com esse encargo.

A origem dos impostos, especificamente no caso da oferta de ensino público parece não ser da mais-valia. Se esse ensino não fosse ofertado pelo Estado, o seria pelo capital privado e os trabalhadores teriam de pagar por ele. Ou seja, o ensino passaria a fazer parte do salário do trabalhador. Quando é o Estado quem oferece esse tipo de ensino, seus custos são cobertos por parte alíquota de impostos que é deduzida do valor anterior ao salário. Ou seja, do tempo necessário. Por esse motivo, o custo do ensino não integra a mais-valia e sim o capital variável, uma vez que faz parte do custo de reprodução da força de trabalho e não do excedente.

Aí é que pode ser buscada uma explicação alternativa àquela da não-lucratividades desses setores. Por fazer parte do tempo necessário, não importa se é o trabalhador quem paga esses serviços diretamente com seus salários, ou indiretamente pelo Estado que, por meio dos impostos, o deduz do capital variável. O que parece acontecer é que, aos preços praticados para esse tipo de bem ou serviço – educação, infra-estrutura etc. –, o grau de expropriação da mais-valia seria tal que impediria a reprodução da força de trabalho. Ou seja, para compatibilizar o nível mínimo exigido de expropriação do excedente com as necessidades mínimas de reprodução da força de trabalho, os preços praticados teriam de ser elevados. Aliás, o chamado processo de realinhamento dos preços das tarifas dos serviços geralmente precede o processo de privatização ou desestatização. Foi o que ocorreu no caso brasileiro, por exemplo.

Parece ser também possível afirmar que esse tipo de intervenção do Estado, que age assim como capitalista coletivo, está contribuindo para a redução do custo

---

<sup>70</sup> “A obliteração intelectual dos adolescentes, artificialmente produzida com a transformação deles em simples máquinas de fabricar mais-valia, é bem diversa daquela ignorância natural em que o espírito, embora sem cultura, não perde sua capacidade de desenvolvimento, sua fertilidade natural. Essa obliteração mental forçou finalmente o Parlamento inglês a fazer da instrução elementar condição compulsória para o emprego “produtivo” de menores de 14 anos em todas as indústrias sujeitas às leis fabris” (MARX, 1975, p. 456, aspas no original).

do capital variável para o capitalista individual, uma vez que lhe seria mais oneroso se tivesse, ele próprio, que despender recursos, por exemplo, na construção de rodovias ou para qualificação de seus trabalhadores.<sup>71</sup>

Voltando-se ao processo de distribuição da mais-valia, há diversos outros casos em que o Estado redistribui a renda arrecadada. Um desses é o da pesquisa pública, ou do co-patrocínio da pesquisa privada. Nesse caso, o uso do excedente destina-se a subsidiar custos e aumentar (às vezes possibilitar) lucros ao capital, ou frações de capitais beneficiários.

Nessas colocações, encontram-se três tipos de argumentos desenvolvidos por teóricos marxistas para explicar as funções econômicas do Estado. Para os teóricos do Capitalismo Monopolista de Estado, é a fração monopolista de capital, a dominante, que tem força para utilizar o Estado em seu benefício. Para Altvater e Salama, quando o Estado atua no interesse geral da reprodução capitalista, ele o faz por ser o capitalista coletivo ideal. O terceiro argumento é o de que a magnitude do capital exigido nesse tipo de investimento é de tal ordem que o capital necessita do apoio do Estado para complementá-lo. Esse é uma das justificativas à implantação da Forma de Estado Neoliberal e que embasa a crítica ao Estado de Bem-Estar. Isto é, necessita-se que o Estado concentre seu apoio ao capital, não desperdiçando recursos com os chamados gastos sociais.

Essa discussão do embasamento do Estado neoliberal e crítica ao Estado de Bem-estar é feita por Itoh (1990), da seguinte maneira. Para esse autor, a redução do papel econômico do Estado na economia foi, em certa medida, resultante da profunda crise fiscal vivida pelos Estados capitalistas a partir de 1973, a chamada crise das dívidas. Tal crise se deveu à grande depressão iniciada naquele período, que levou à redução na arrecadação de impostos. Entretanto, para ele, as mudanças claramente visíveis e intencionais no papel econômico do Estado, no mundo capitalista, ocorreram após 1979, como resposta direta à desilusão com o

---

<sup>71</sup> Essa colocação segue o raciocínio desenvolvido por Marx, em diversas passagens de *O Capital*, no qual, sempre que há, para o capitalista individual, uma alternativa menos onerosa, de execução de determinada tarefa, ele a transfere. Exemplos disso podem ser encontrados, entre outros, na discussão do capital de comércio de dinheiro. “Esse trabalho, [de pagar e receber dinheiro], representa custo de circulação e não cria valor. **Reduz-se, quando é executado por categoria especial de agentes ou capitalistas que o efetuam para toda a classe capitalista**”. Ou, mais à frente: “[...] pois os fundos de reserva de meios de compra e de meios de pagamento, **administrados para toda a classe capitalista não precisam ser tão grandes quanto teriam de ser se a administração deles fosse de incumbência particular de cada capitalista**” (MARX, 1974, p. 364 e 370, respectivamente. Colchetes e grifos acrescentados).

keynesianismo, o qual foi a orientação dominante até a primeira metade da grande depressão atual. Assim, os governos Reagan nos Estados Unidos e Thatcher no Reino Unido, com suas políticas econômicas baseadas no monetarismo e na economia do lado da oferta, foram os grandes representantes dessa mudança. Sob o pretexto de restaurar e ativar a economia capitalista de mercado, vários e persistentes ataques foram perpetrados contra os sindicatos com a finalidade de reduzir o poder social do movimento dos trabalhadores. Políticas de privatização de importantes empresas públicas foram implementadas, com a dupla finalidade: redução do déficit orçamentário público e enfraquecimento de uma das mais sólidas bases do movimento operário. Ações de racionalização visando à redução de custos são implementadas nas empresas privatizadas, contribuindo também para o enfraquecimento dos trabalhadores. Some-se a isso o conjunto de medidas visando à flexibilização das legislações trabalhistas e retirada de direitos dos trabalhadores. Paralelamente, houve ainda um grande movimento visando à desregulamentação de setores da economia, tais como meio ambiente, investimentos, transações internacionais etc.

Para Itoh, essas mudanças ocorridas no papel econômico do Estado por meio de políticas neoconservadoras não são apenas uma reação ideológica superficial à falência do modelo keynesiano ou um mero desvio político anacrônico. Ao invés disso, argumenta o autor, elas estão estreitamente correlacionadas com uma bem-concebida estratégia encontrada para a necessária reestruturação do capitalismo. Esse processo se deu por meio da mudança na base do desenvolvimento industrial. Ao invés da indústria pesada vigente até aquele momento, investiu-se mais na indústria de bases mais leves, como a de equipamentos microeletrônicos. Além disso, foram-se buscar oportunidades de lucro em investimentos mais flexíveis. Por último, buscou-se um enfraquecimento da posição social dos trabalhadores e de seus sindicatos por meio da flexibilização das relações de trabalho, com a conseqüente redução dos custos.

Quando consideradas no longo prazo, as mudanças na base tecnológica do desenvolvimento industrial, no poder social dos sindicatos e do papel econômico do Estado, não significam apenas uma reversão histórica do keynesianismo do pós-Segunda Guerra Mundial (ou Capitalismo Monopolista de Estado, ou regime fordista de acumulação, de acordo com a corrente teórica, aponta Itoh), mas sim, como visto



anteriormente, uma tendência ao liberalismo de finais do século XIX. É o que o Banco Mundial diz da radicalização de alguns segmentos ao propugnar pelo Estado mínimo, como se verá adiante.

Entretanto, como pode um tão bem-concebido plano de recuperação da economia capitalista mundial não conseguir sucesso? Para o autor, isso se explica pela estagnação dos investimentos nos países capitalistas centrais. As possíveis vantagens para as firmas sobreviventes à crise, advindas da deflação dos preços dos produtos primários e a respectiva estagnação dos salários reais são mais que contrabalançadas pelo aumento real das taxas de juros e estagnação da demanda efetiva. Essa situação não tem sido revertida pela aplicação de políticas econômicas neoliberais, uma vez que a depressão atual tem causas históricas na própria lógica do modo capitalista de produção. Ela é devida ao problema de superacumulação do capital, que por sua vez está vinculado à tendência à queda das taxas de lucro. Ou seja, de um lado tem-se excesso de oferta de mercadorias e, de outro, a superacumulação de capital. O excesso de oferta, para o autor, pode ser explicado pelo subconsumo, decorrente, entre outros, da contração na renda da população. Também pela desproporção das matérias-primas.

Quanto à superacumulação, o autor se filia às correntes que defendem a escassez relativa da força de trabalho, como forma de explicação da crise atual. Diferentemente dos tempos de expansão da economia, em que há aumento, ou pelo menos sustentação das taxas de lucro e níveis de acumulação satisfatórios, com a possibilidade de ganhos reais pelos trabalhadores, em seu final a situação se reverte. No final do ciclo expansivo, a situação de altos salários e relativa escassez de mão-de-obra não pode ser resolvida de imediato. Com isso, gera-se uma situação de desequilíbrio que resulta na queda das taxas de lucro. Combina-se a isso uma distorção nos preços dos produtos necessários à reprodução da força de trabalho, pelo aumento de seu consumo. Associa-se a isso o aumento da procura por crédito, em especial, o crédito bancário, o que provoca escassez e elevação nas taxas de juros. Portanto, os ingredientes da crise, para Itoh são: elevação dos salários reais, redução da oferta de crédito, aumento nas taxas de juros, aumento dos preços dos bens componentes da cesta de consumo dos trabalhadores. O resultado: redução das taxas de lucro e não-investimento. Por fim, para o autor, mesmo os setores lucrativos, como aqueles baseados na microeletrônica, não têm

sido suficientes para reverter a depressão. Também o ganho com os capitais especulativos, longe de promover crescimento econômico, tem agravado a crise na economia global, em especial nos países periféricos.

Deve-se considerar ainda que, além da luta de classes entre trabalho e capital pela disputa do excedente, também há a luta intercapitalista que, inclusive, transcende as fronteiras dos Estados nacionais, no sentido de maximizar seus lucros, mesmo que por meio da ação do Estado. Entretanto, esse ponto, a despeito de sua relevância, não será analisado neste estudo.

Após a análise desses autores, em que se acredita ter tratado das principais questões pertinentes à discussão do Estado capitalista, passa-se a discutir no próximo capítulo, à luz do que foi analisado, a configuração do Estado capitalista contemporâneo.

## 4 A CONFIGURAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO

Neste capítulo, pretende-se, a partir da base teórica já descrita, construir o problema em torno do caráter e do papel ou funções do Estado capitalista, buscando entender sua configuração atual, em face das mudanças e da evolução sofridas pelo modo de produção capitalista.

Em *Crítica ao Programa de Gotha*,<sup>72</sup> ao tratar da estreita relação entre o Estado e a forma como a sociedade está organizada, Marx sugere a existência de diferenças de forma do Estado burguês segundo diferenças nacionais, não esclarecendo, entretanto, os critérios pelos quais as diferenças formais possam ser identificadas:

[...] os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, em que pese a confusa diversidade de suas formas, têm de comum o fato de que todos eles repousam nas bases da moderna sociedade burguesa, ainda que em alguns lugares esta se ache mais desenvolvida do que em outros, no sentido capitalista. Têm também, portanto, certos caracteres essenciais comuns (MARX, 1977b, p. 239).

A questão central nessa citação é que os Estados nacionais se apresentam de forma diferente em relação aos diferentes países, bem como em relação ao seu grau de desenvolvimento; eles estão baseados na moderna sociedade burguesa e possuem certos caracteres essenciais comuns. Daí a importância de se ter buscado explicitar o caráter do Estado capitalista. Isso não é trivial, vez que na clara definição de seu caráter podem-se analisar as diferentes formas que esse tipo de Estado vem assumindo ao longo do tempo, em face das mudanças ocorridas no processo de acumulação. Não se trata aqui de um abstracionismo, pois não se está referindo a um determinado Estado capitalista. O que se está buscando é entender, a partir dos estudos de Marx, Engels, Lênin e demais autores marxistas aqui referenciados as características mais gerais do Estado capitalista. Essa forma de análise segue as colocações de Krader (1980) de que o Estado é percebido como uma abstração, não se atendo, portanto, a Estados particulares, ou mesmo a Estados nacionais específicos, mas sim às características gerais do Estado capitalista. Além disso,

---

<sup>72</sup> Documento em que Marx analisa e faz observações ao projeto de programa do Partido Operário Alemão, discutido no Congresso realizado em 1875, em Gotha.

considera-se que o Estado, além de agir em favor da classe burguesa, é elemento de coesão das contradições sociais de uma sociedade dividida em classes (POULANTZAS, 1977).

Para esse autor, a pergunta pertinente é: em que medida é possível distinguir diferentes formas de Estado em um mesmo tipo de Estado? Para ele, há uma dupla tarefa a ser executada: a primeira, é a de estatuir um tipo de Estado que possa abranger as formas de Estado que dele emergem. Além disso, que abarque também as diferenciações dessas formas de Estado, oriundas das modificações das relações que constituem esse tipo de Estado. A segunda tarefa é a de que as modificações nas formas de Estado não atinjam a matriz das relações, mas sim que sejam apenas formas diferenciadas dessas relações. Ou seja, que as mudanças de forma de Estado não afetem o caráter do Estado capitalista, que é o que se postula nesse estudo.

É justamente na noção de autonomia específica das estruturas econômicas e políticas, ou seja, do Estado capitalista frente às “relações sociais econômicas”, que o autor se fundamenta para justificar as mudanças nas formas de apresentação do Estado capitalista. Essa visão não é idêntica a que se postula neste estudo. Neste caso, diferentemente de Poulantzas (1986), o que justifica o aparecimento de formas de apresentação diferenciada do Estado capitalista é a necessidade de sua adequação tanto ao desenvolvimento das forças produtivas, quanto ao desenvolvimento do processo de acumulação. No primeiro caso, por exemplo, o Estado vai incorporando as novas tecnologias, como as da informação e da computação, cuja consequência imediata é a agilização de processos e a redução do número de funcionários públicos. No segundo, pode-se exemplificar pela necessidade de participação do Estado no desenvolvimento da ciência e tecnologia, vez que o capital, por si só, dadas as dimensões dos recursos necessários, não o consegue mais fazer sozinho. Ou seja, não é a noção de autonomia, mas, ao contrário, é sua organicidade ao modo capitalista de produção que propicia mudanças na forma de apresentação do Estado capitalista.

Relevante também é o questionamento de Poulantzas (1986) sobre como necessitarão ser consideradas as transformações do Estado capitalista, no sentido de que as modificações se dêem dentro do modo capitalista de produção. Para ele, essa questão está relacionada ao problema da periodização tanto ao nível das

estruturas quanto das práticas políticas. Enfim, se é possível definir períodos próprios de uma determinada formação social e se, em cada período, corresponda a uma forma específica de Estado. Para o autor, “o problema das transformações de uma instância de uma formação, no caso concreto, das formas do Estado capitalista, deve ser referido ao problema das *fases* e dos *estágios* do conjunto de uma formação” (POULANTZAS, 1986, p.145, grifos no original).

É com esse significado que o autor afirma ser possível falar com rigor de estágios do modo de produção capitalista: privado, social, capitalismo monopolista e Capitalismo Monopolista de Estado. Dessa forma, a cada estágio, corresponde uma forma de Estado. Um Estado específico apresenta, em seu interior, traços de diversas formas de Estado, porque, no raciocínio do autor, não há formas puras de modo de produção. Entretanto, há sempre uma forma de Estado que predomina e que lhe dá os traços diferenciais.

Desse modo, das formas em que o Estado burguês vem se expressando, destacam-se aquelas dos chamados Estados de Bem-Estar - *Welfare State* e Neoliberal. Nesses dois casos, a forma de intervenção do Estado capitalista sofreu mudanças.

Tanto no caso da intervenção sobre a força de trabalho quanto no caso da moeda, a ação estatal apesar de sempre necessária [...], modifica-se ao longo do tempo e atende a necessidades históricas específicas. Assim, se em períodos como os do pós-guerra ela se pautou por intervenção maciça em investimentos e em evolução do crédito farto, para financiá-lo, o liberalismo atual não nega a necessidade de ação estatal, mas ao contrário, sua retirada da economia é também estratégica do ponto de vista da acumulação (MOLLO, 2001, p. 14).

Para proceder a tal análise, será necessário confrontar tais assertivas à luz do enfoque materialista histórico, segundo o qual o Estado reflete, de forma interligada, a estrutura objetiva ou material da sociedade, em termos técnicos ou produtivos e sociais. Assim, ao se falar em Estados de Bem-Estar e Neoliberal como diferentes formas de representação do Estado capitalista, necessariamente dever-se-á relacioná-las às diferenças correspondentes nas estruturas materiais subjacentes da sociedade em que tais formas foram geradas.

#### 4.1 O ESTADO DE BEM-ESTAR - *WELFARE STATE*<sup>73</sup>

O que se pretende, nesta seção, é demonstrar que a forma de Estado do Bem-Estar constitui uma reação do Estado burguês, agindo em nome dos interesses da classe capitalista, no sentido de se adequar aos interesses do capital. Assim, primeiramente buscar-se-á descrever o Estado de Bem-Estar Social sob a ótica de suas características econômicas. A seguir pretende-se interpretar essas características com base na teoria de Marx, tanto no que se refere ao processo de reprodução do capital, quanto ao papel do Estado burguês e das lutas de classe.

O termo *welfare state* entrou no vocabulário britânico em 1941, quando o Arcebispo Temple o utilizou para diferenciar o “wartime” britânico do “*warfare state*” da Alemanha nazista. Aparece após, no relatório Beveridge de 1942, o qual propugnava a responsabilidade do Estado pelo bem-estar dos indivíduos, do berço à sepultura. Apesar de sua origem, os primeiros passos, no sentido do Estado de Bem-Estar, foram dados no país alemão, com a implantação do moderno seguro social, em 1880, e do conceito de *Wohlfahrtsstaat*, em 1920. No entanto, é considerado difícil definir o Estado de Bem-Estar, haja vista que o termo *welfare state* se refere tanto aos objetivos, ou seja, à idéia de responsabilidade estatal pelo bem-estar, quanto aos meios, isto é, às instituições e práticas através das quais a idéia é levada a efeito (GOUGH, 1991).

Um Estado de Bem-Estar é um Estado no qual o poder organizado é deliberadamente utilizado por meio de políticas, em um esforço para modificar a ação das forças de mercado, em pelo menos três direções: a primeira, no sentido de garantir às famílias e aos indivíduos um mínimo de renda, independente do valor de mercado de sua propriedade; a segunda, visando reduzir os limites de insegurança ao capacitar as famílias e os indivíduos acometidos por determinadas ‘contingências sociais’ - doença, velhice e desemprego – que, de outro modo, os levariam a crises individuais e familiares; em terceiro lugar pela garantia de que a todos os cidadãos, independente de status ou classe social sejam oferecidos os melhores padrões disponíveis em relação a um pré-determinado conjunto de serviços sociais<sup>74</sup> (BRIGGS, 1961, p.228. In GOUGH, 1991, p. 895).

<sup>73</sup> Doravante, a não ser em casos especiais, utilizar-se-á o termo Estado de Bem-Estar, ao invés de *Welfare State*.

<sup>74</sup> Tradução livre do autor. “A ‘Welfare State’ is a state in which organized power is deliberately used (through politics and administration) in an effort to modify the play of market forces in at least three directions – first, by guaranteeing individual and families a minimum income irrespective of the market value of their property; second by narrowing the extent of insecurity by enabling individuals and families to meet certain ‘social contingencies’ (for example, sickness, old age and unemployment) which lead otherwise to individual and family crises; and third by ensuring that all citizens without distinction of status or class are offered the best standards available in relation to a certain agreed range of social services” (BRIGGS, 1961, p. 228. In GOUGH, 1991, p. 895).

O Estado de Bem-Estar é tratado neste estudo como “forma de apresentação do Estado capitalista em um momento histórico” que, além do compromisso com a busca do pleno emprego, caracteriza-se pela “garantia de uma proteção social generalizada, manutenção dos grandes equilíbrios, condução da economia e busca de um compromisso entre os diferentes parceiros implicados no processo de crescimento” (CASTEL, 1998, p.480-1).

A partir do término da Segunda Guerra Mundial, pôde-se perceber pelo menos duas interpretações sobre o Estado: uma marxista, o Capitalismo Monopolista de Estado, e outra não-marxista, de corte keynesiano. Além disso, há divergências de opinião em relação às causas que permitiram a grande expansão econômica no período. Isto é, há autores que põem em dúvida a assertiva de que foi a adoção de políticas keynesianas que causou a expansão capitalista no período referido, ou, de modo inverso, que foi a expansão que tornou possível a implementação de tais políticas. Assim, far-se-á, na seqüência, com base na fundamentação anterior, com ênfase na teoria do Capitalismo Monopolista de Estado, a análise das possibilidades e limites da intervenção do Estado na economia, ou das funções econômicas do Estado de Bem-Estar. Sabe-se que esse assunto não é evidente em Marx, haja vista que o capitalismo é um modo de produção fundamentado no entrelaço dos interesses privados e não no planejamento. É um modo de produção que possui leis próprias, que, portanto, não são ditadas pelo Estado e sim inerentes ao sistema. Como posto por Salama(1983), a atuação do Estado, no máximo, consegue suavizar os efeitos brutais da crise sobre a sociedade em geral e sobre o capital em particular. Ou ainda, segundo Hirsch (1979), o Estado atua como contratendência às crises de acumulação capitalista.

Os teóricos do Capitalismo Monopolista de Estado, como visto, buscam encontrar as bases objetivas da intervenção do Estado, procurando demonstrar que tal intervenção é ditada pela estrutura econômica. Além disso, sugere-se neste estudo haver fundamentos políticos na ação do Estado de Bem-Estar, interagindo com a estrutura econômica, em especial aqueles decorrentes da expansão do socialismo à época.

Outra questão relevante a ser discutida é que as fases expansivas do capitalismo são geralmente fases mais favoráveis à reprodução da força de trabalho,

uma vez que a demanda de força de trabalho tende a crescer a taxas mais altas que a oferta, independente da existência de políticas estatais. Ou seja, quando a rentabilidade do capital é elevada, é possível a concessão de melhorias salariais e outras vantagens aos trabalhadores. Dito de outra forma, sem que a produtividade do trabalho e a taxa de mais-valia estejam em elevação na economia real, não haveria lei estatal capaz de garantir salários elevados e outras vantagens aos trabalhadores. Além disso, parte dos ganhos obtidos nos períodos de expansão, como no do Estado de Bem-Estar, é subtraída em períodos de crise como no Estado Neoliberal.

O período pós-Segunda Guerra Mundial caracterizou-se, tanto pela expansão dos gastos sociais por parte do Estado, quanto pela expressiva acumulação de capital. Tais fenômenos foram tão expressivos a ponto de aquele momento histórico ser considerado como o dos anos dourados do capitalismo. Como pode ser explicado o crescimento dos gastos sociais paralelamente à ampliação da acumulação capitalista? Por meio do processo de produção de mais-valia relativa, desenvolvido por Marx e discutido anteriormente.

O aumento dos gastos sociais, quando da implementação do Estado de Bem-Estar, somente foi possível graças à expansão de suas receitas. Por sua vez, a ampliação da arrecadação de impostos, ou seja, da porção de mais-valia destinada ao Estado, pôde ser viabilizada pelo crescimento da massa de mais-valia gerada na economia. Uma evidência disso é justamente o fato de que nesse período os capitalistas, além de pagarem salários mais elevados, conseguiram acumular intensamente. Isto é, houve uma redução do tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho, graças ao progresso técnico acelerado, combinado com aumentos de escala na produção. Os resultados foram aumentos generalizados da produtividade total do trabalho e redução dos custos e preços das mercadorias.

Essa é também a posição de Itoh (1990). Como visto anteriormente, esse autor afirma que, em decorrência dos elevados índices de crescimento econômico e do fortalecimento da posição social dos trabalhadores, acreditou-se que o modo capitalista de produção havia encontrado, enfim, o caminho para o desenvolvimento contínuo, que os ciclos econômicos de expansão e crise já não mais existiam. O fortalecimento do papel econômico do Estado capitalista, que, intervindo na economia por meio de políticas fiscais ou monetárias e, quando preciso



suplementando a demanda efetiva, evitaria as crises cíclicas do capitalismo. Esse estágio denominado Capitalismo Monopolista de Estado por autores marxista ou de economia mista pela escola neoclássica tinha como referência teórica o pensamento keynesiano.

Itoh (1990) defende também que a implementação de políticas sociais favoráveis aos trabalhadores é explicada à luz da mais-valia relativa de Marx. O autor argumenta que a economia japonesa nos anos 1950 pode ser considerada como exemplo dessa assertiva. Além disso, ele afirma que os ganhos dos trabalhadores no período foram, além de um preço pago pela proteção do capitalismo ao avanço do mundo socialista, uma necessidade econômica essencial para a expansão do consumo de bens duráveis pelos trabalhadores, a fim de sustentar a demanda para a crescente oferta de bens duráveis pela indústria em crescimento.

Por fim, as expectativas de crescimento contínuo, sem crises, foram frustradas pela grande depressão atual, deflagrada em finais da década de 1960 e início da de 1970, por meio de uma crise de superacumulação subordinada à lei de tendência à queda nas taxas de lucro, de Marx. Com a depressão, inicia-se a implementação da forma Neoliberal de Estado.

Para Poulantzas (1980), ao contrário, é a autonomia relativa do Estado que propicia o aparecimento de políticas sociais que favorecem a classe trabalhadora e restringem o poder econômico da classe dominante sem, contudo, ameaçar seu poder político. Isso explicaria o fato de que, ao longo da história da sociedade capitalista, evidenciaram-se momentos mais favoráveis à reprodução da força de trabalho. O exemplo mais notório desses momentos é justamente a implantação do Estado de Bem-Estar Social, com os avanços significativos proporcionados aos trabalhadores europeus em geral. Cabe então uma questão: se não houvesse a fase expansiva do capitalismo no período, o Estado, mesmo com um grau relativo de autonomia, teria conseguido implementar políticas favoráveis à classe trabalhadora? Seria a implementação da forma Neoliberal, o exemplo de que na crise não há possibilidades de se conceder ganhos aos trabalhadores? Ao contrário, retiram-se benefícios?

Por outro lado, se o Estado é o instrumento da classe dominante e, segundo Lênin, espaço de domínio da força a ser usado para garantir a exploração da classe

dominada pela classe dominante, como se explica essa liberalidade na concessão de benefícios à classe trabalhadora? Ele é apenas variação em torno do preço da força de trabalho, que ao longo do tempo se ajusta? É mudança no patamar mínimo do produto do trabalho social destinado à manutenção da classe trabalhadora? No período correspondente à implantação da forma de Estado de Bem-Estar, houve nova correlação de forças entre as classes que representam o capital e o trabalho? Ou, como posto por Marx e salientado por Sweezy (1976), como um dos três princípios de intervenção econômica, o Estado apenas atuou para “refrear a paixão desmesurada do capital para absorver força de trabalho”?<sup>75</sup> Ainda, a implantação das políticas neoliberais a partir dos anos 1970, significou que tais momentos mostraram-se apenas como formas orgânicas à acumulação do capital, decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas que permitiram a produção em massa a partir da implantação da chamada linha de produção (fordismo), em finais do século XIX e início do século XX?

Essa é a visão de Mendes (1991), da chamada Escola da Regulação, para quem, quando o sistema fordista de produção tornou-se hegemônico no mundo, surgiu a necessidade de aumentar a demanda efetiva para os produtos industrializados, que eram colocados à disposição em grandes quantidades, graças à produção em massa. A resposta a essa necessidade foi dada pelo Estado, que passou a assumir uma conformação nos moldes do Estado de Bem-Estar Social.

Sobre essa questão, faz-se o seguinte contraponto: o argumento de que os salários devem ser elevados a fim de proporcionar mercado à produção em massa não é compatível com a teoria de Marx, exceto em circunstâncias excepcionais. Isso porque, a elevação do salário real, mantidos inalterados todos os demais elementos da economia, tem como contrapartida a redução da mais-valia. Se a produção está aumentando em um período de prosperidade, significa que a demanda está aumentando e o emprego também, de maneira que o aumento do emprego absorve uma parte do aumento da produção dos meios de consumo, o que contraria o

---

<sup>75</sup> “Essa Legislação (legislação fabril inglesa de 1850) refreia a paixão desmesurada do capital para absorver a força de trabalho, por meio da limitação coativa da jornada de trabalho, imposta por um Estado que os capitalistas e senhores de terra dominam. Pondo de lado o movimento dos trabalhadores que cresce ameaçador todos os dias, a limitação da jornada de trabalho nas fábricas foi ditada pela mesma necessidade que levou à disseminação do guano nos campos ingleses. A mesma rapacidade que esgotou as terras, atacou a força vital da nação em suas próprias raízes. É o que demonstravam claramente epidemias periódicas e a diminuição crescente da altura dos soldados, na Alemanha e na França” (MARX, 1975, p. 269-70).

interesse da classe capitalista que necessita de toda mais-valia disponível para expandir seus investimentos, sem os quais a produção não aumenta.

Uma coisa é argumentar que os aumentos reais de salário foram possíveis graças à prosperidade do capitalismo e até como forma de cooptar a classe trabalhadora diante da popularidade do socialismo, naquele momento histórico. Outra, é argumentar que tais aumentos são necessários para absorver a produção crescente. Uma vez que o salário aumenta em termos reais, os ramos de produção de meios de consumo de trabalhadores aumentarão também a sua fatia de mercado, não o contrário.

Parece se poder afirmar ainda que a Escola da Regulação não considera a importância da experiência do movimento operário no período e de como ele a utilizou com sucesso em suas reivindicações. A luta dos trabalhadores para a conquista de benefícios, como a redução da jornada de trabalho, foi um dos pontos importantes da luta dos trabalhadores, como salientado por Marx (1975). Essa redução que está praticamente estabilizada desde a conquista das oito horas diárias.<sup>76</sup>

Voltando-se à discussão. Para essa corrente teórica: “combinado com a teoria keynesiana de intervenção na economia nos momentos cíclicos de crise da sociedade capitalista, coube ao Estado mediante instrumentos de política creditícia, tributária e de gastos públicos (elevação do poder de compra e criação de empregos), de forma a manter a taxa de lucros do setor privado e sustentar a (recuperação da) demanda agregada” (MENDES, 1993, p.176).

[...] os benefícios concedidos pela proteção social, assim como a política de aumento real dos salários e a expansão do crédito ao consumidor, foram a contrapartida necessária da generalização das normas de produção que viabilizaram a produção em série. Sem entrar no mérito das motivações conscientes que teriam levado ao início do processo de construção do *Welfare State*, importa salientar que o sistema de proteção constituiu peça-chave desse período do capitalismo, pois auxiliou na implantação de uma forma particular de gestão da força de trabalho, uma das bases da acumulação (MARQUES, 1995, p. 48-49)

---

<sup>76</sup> “Assim, a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como luta pela limitação da jornada de trabalho, um embate que se trava entre a classe capitalista e a classe trabalhadora” (MARX, 1975, p. 265).

Há de se destacar que o momento histórico de universalização dos benefícios sociais concedidos pelo Estado coincide com o auge do avanço da sociedade socialista no Leste Europeu. Esse parece ser indicativo da importância do elemento político, interagindo com o econômico, determinante, em última instância. Ressalte-se ainda a influência que esse movimento teve nas representações políticas dos trabalhadores e na composição de vários governos da Europa. A participação nesses governos veio reforçar a tese, desmentida pela história, da possibilidade de transição do capitalismo para o socialismo pela via eleitoral. Com isso, colocou-se em cheque a concepção de Estado neutro que, se apropriado pela classe trabalhadora, poderia operar em seu favor. Não parece, portanto, ser suficiente reformar o Estado capitalista.

Uma visão diferenciada em relação à questão acima, isto é, da possibilidade, ou não da passagem do capitalismo ao socialismo pela via eleitoral, é a de Przeworski (1989). Esse autor dispõe que jamais será possível compreender-se tal questão, que está estreitamente vinculada aos caminhos trilhados pelos partidos socialistas e sociais democratas europeus, se não for buscada sua explicação nos interesses e nos atos dos próprios trabalhadores. Para ele, o erro, que se origina nas escolhas táticas e estratégicas dos atores, no caso a classe trabalhadora, representada por suas lideranças, deve ser suposto e aceito, em contraposição à inexorabilidade da história. Essa é a principal diferença de abordagem. Ou seja, para esse autor a estrutura econômica não pode ser determinante, se é possível atribuir papel fundamental à ação dos indivíduos. É sob esse prisma que ele discute a social-democracia. O fato de se discutir esse autor a despeito da diferença metodológica, justifica-se por se entender que ele faz importante discussão sobre um dos aspectos do objeto em estudo, a forma do Estado de Bem-Estar.

De antemão, faz-se ressalva às suas colocações em relação à importância das escolhas feitas pelos trabalhadores como o determinante dos resultados de suas lutas e, por conseguinte, de seus êxitos e fracassos. Ora, como a luta dos trabalhadores se faz sob o signo do capitalismo, cuja estrutura está organizada para manter as relações sociais que são orgânicas a esse modo de produção, no mínimo deve-se considerar essa como uma restrição à liberdade de tais escolhas. Além disso, como visto, cabe ao Estado capitalista, por determinação constitucional, em que a propriedade privada é cláusula pétrea, agir por todos os meios para defendê-

la. O que se quer ressaltar aqui é que os trabalhadores lutam em condições extremamente adversas, a partir do fato de que não dispõem dos meios de produção. Uma das coisas que lhes favorece, apesar de tudo, é a própria contradição do modo capitalista de produção. De certa forma, o próprio Przeworski reconhece isso ao falar “das escolhas disponíveis aos trabalhadores”. Ou seja, os trabalhadores têm liberdade da ação para escolherem, de forma “racional”, o caminho a seguir, desde que dentro das alternativas disponíveis. Isto é, dentro do contexto estrutural. Não se pode esquecer que sempre que os trabalhadores “ousaram” ultrapassar essa disponibilidade de alternativas propiciadas pelo “capitalismo democrático”, lá estava o Estado com seu aparato repressivo para fazê-los voltar ao bom senso da trilha das relações sociais capitalistas de produção (PRZEWORSKI, 1989, p. 17).

Parece ser no mínimo temerário acreditar que a história da humanidade poderia ter tomado curso diferente se apenas fossem tomadas decisões, ou fossem feitas escolhas diferentes das que foram feitas ao longo do tempo. Parece também ser evidente que, por detrás das aparências ou sob o véu de nossas experiências cotidianas, além das possibilidades negligenciadas, como advoga o autor, há as condições objetivas das lutas do dia-a-dia que permitem avançar mais, ou recuar. Foram essas lutas diuturnas que fizeram, ao longo da história do capitalismo, com que houvesse muitas divergências, é verdade, sobre o melhor caminho a seguir. Entretanto, mesmo quando o autor questiona o porquê de tantos líderes traírem, parece que é possível contrapor-se ao fato, lembrando que uma das funções do Estado é a divisão da classe trabalhadora, incluindo aí a cooptação, desmoralização e, quando necessário, até o extermínio físico. Isto é, as renitentes concessões do capital ao longo de sua existência foram permeadas tanto pela luta para conquistar os espaços perdidos, como, por exemplo, nas formas de Estado de Bem-Estar e Neoliberal, quanto para manter a luta de classes sob os limites da ordem capitalista. Nesse sentido, não dá para esquecer que os partidos comunistas, em períodos cruciais da história, foram proscritos, além de que seus principais líderes foram presos, impedidos politicamente de agirem, ou mesmo assassinados. Assim, se pode perguntar: as lideranças que foram excluídas da cena política o foram por terem tomado decisões equivocadas – contra o sistema –, ou porque não havia,

naquele momento histórico, condições objetivas para sua sobrevivência política? Por que a correlação de forças não lhes foi favorável?

A partir de pesquisas empíricas, Przeworski discute a evolução da participação nas disputas eleitorais dos principais partidos políticos social-democratas e socialistas de diversos países europeus, do final do século XIX a meados do século XX. Ao fazê-lo, discute o processo de desradicalização desses partidos, à medida que foram se envolvendo nas eleições. Aponta o aumento vertiginoso da votação desses partidos, que passam de poucos milhares de votos, em sua fase inicial, a milhões de votos no início do século passado. Discute ainda os diversos dilemas desses partidos ao se defrontarem com o problema que o processo eleitoral burguês se lhes colocava. Em princípio, havia a dúvida natural de que se os partidos proletários viessem a tomar o poder pela via eleitoral, como o aumento de suas votações vinha apontando, o capital aceitaria o resultado pacificamente? Como para governar era necessário obter a maioria de votos, e isso acabou acontecendo, outro dilema se apresentou: ampliar as bases partidárias, atraindo outros segmentos de classe, como a classe média, pequena burguesia, camponeses etc. e perder o caráter de classe do partido; ou, ao contrário, manter-se como partido classista. Finalmente, chegando ao poder, que tipo de governo seria implementado? Um governo de reformas radicais, ou um governo de reformas pontuais e de discreta distribuição de renda?

O autor advoga que escolhas foram sendo feitas ao longo do tempo, permitindo que, paulatinamente, todos os partidos social-democratas e socialistas acabassem por participar dos pleitos e ampliar suas bases, com alguns movimentos de retorno às origens de classe. A maioria compôs governos e, ao invés de reformas que modificassem a estrutura econômica e o equilíbrio de forças, ou que fossem politicamente inviáveis ou explosivas economicamente, decidiram “trabalhar por medidas *ad hoc* visando a melhorar as condições dos trabalhadores: desenvolvimento de programas habitacionais, introdução de legislação sobre o salário mínimo, instituição de algum tipo de proteção contra o desemprego, tributação sobre a renda e herança, pensão para os idosos” (PRZEWORSKI, 1989, p. 52).

Todavia, se não estivesse em um momento de expansão da economia, esses partidos teriam podido decidir por essas medidas destinadas a melhorar as condições dos trabalhadores? A resposta, pelo que foi discutido acima, é negativa.

Além disso, para o autor, os partidos trabalhistas e social-democratas, até a década de 1930, não possuíam um programa econômico. Apenas se dedicavam à discussões sobre a socialização dos meios de produção, entendida pelo autor como sinônimo de estatização dos meios de produção. Entretanto, com o advento da grande depressão, os governos socialistas da Noruega, Suécia e, em menor medida, da França reagiram ao desemprego com políticas anticíclicas que fugiam da ortodoxia econômica vigente até então. O autor salienta haver controvérsias se tais medidas teriam sido implementadas de forma autônoma, a partir dos escritos de Marx, via Wicksell, ou se já seriam medidas tomadas a partir do ideário de Keynes. Para Przeworski (1989), verdadeiro ou não, o fato é que os partidos social-democratas encontraram na teoria keynesiana uma política econômica adequada à gestão da economia capitalista. Esse é um ponto de convergência com os demais autores discutidos, em especial ITOH (1990).

Há de se fazer um parêntese sobre essas colocações. A despeito de Przeworski (1989) advogar a tese de que as escolhas das lideranças dos partidos socialistas e social-democratas europeus terem sido deliberadas, a leitura do próprio texto vai demonstrando que os partidos foram assumindo posições à medida que a conjuntura econômica e política os conduzia a elas. O próprio autor coloca que, de início, e não poderia ser diferente, os líderes dos trabalhadores tinham dúvidas a respeito da eficácia da via eleitoral. Entretanto, os estrondosos resultados eleitorais acrescidos dos resultados decorrentes do desenvolvimento do capitalismo em si, obviamente pressionaram o capital no sentido de fazer concessões em benefício da classe trabalhadora. Pressionaram também os partidos para que se ocupassem dessas lutas imediatas. No caos econômico do pós-Guerra, como salientado pelo autor, a ocupação das fábricas pelos trabalhadores assustou não somente a burguesia, mas também lideranças partidárias e sindicais. Mesmo aí parece que a reação das lideranças se deveu não a uma postura “racional” pensada, mas ao mero instinto de sobrevivência, no sentido de não perder o controle da situação.

Retornando à discussão sobre a política econômica de cunho keynesiano adotada pelos governos social-democratas após a grande depressão, parece ser

possível identificar aí a origem da forma do Estado de Bem-Estar. Note-se que, diferentemente dos anos 1970, nos anos 1930 o desemprego era um problema que deveria ser resolvido, ainda mais se partidos de cunho trabalhista estivessem, ou participassem, dos governos. Assim, o Estado, por meio de políticas anticíclicas, passou a financiar obras públicas produtivas durante o período depressivo, com a expectativa de que os déficits decorrentes desses financiamentos pudessem ser sanados nos períodos de expansão: “A sociedade não estava à mercê dos caprichos do mercado capitalista, a economia podia ser controlada e o bem-estar dos cidadãos continuamente intensificado pelo papel ativo do Estado – essa era a nova descoberta dos social-democratas” (PRZEWORSKI, 1989, p. 53).

Como se vê, essa visão vai de encontro à dos teóricos do Capitalismo Monopolista de Estado, para quem as políticas de cunho keynesiano funcionaram justamente porque um novo ciclo de acumulação já estava em curso.

Segundo Przeworski (1989), a teoria de Keynes, além de justificar a participação socialista nos governos, conferia também um cunho universalista às demandas dos trabalhadores, vez que até então as lutas por aumento de consumo eram vistas como contrárias aos interesses nacionais. A lógica do raciocínio anterior era de que maiores salários significavam menores lucros, ou seja, menores possibilidades de investimento e desenvolvimento futuros. Respondia-se às crises cortando-se custos, isto é, salários. Por sua vez, nessa nova visão, o aumento da massa salarial, principalmente pelo aumento do emprego, propiciaria crescimento na demanda agregada, resultando em expectativa de aumento dos lucros e, em consequência, em aumento dos investimentos e do crescimento econômico.<sup>77</sup> Para Przeworski, o suporte teórico dessa nova visão consistia na diferenciação do conceito de propriedade: de um lado, a posse legal do capitalista, de outro, a autoridade para administrar. Quer dizer, ao invés da socialização dos meios de produção, subordinava-se a produção capitalista aos interesses do bem-estar da população. Eis aí, segundo o autor, a origem do Estado de Bem-Estar.

Portanto, para esse autor, o surgimento da forma de Estado de Bem-Estar deve-se exclusivamente aos partidos social-democratas e trabalhistas que, à falta de uma política econômica própria, encontraram nas lições de Lord Keynes a panacéia

---

<sup>77</sup> “As grandes linhas de nossa teoria podem expressar-se como segue: quando o emprego aumenta, aumenta também a renda real global; a psicologia da comunidade é tal que, quando a renda real aumenta, o consumo global também aumenta [...]” (KEYNES, 1970, p. 39).



para a superação da crise econômica e, por conseguinte, do desemprego. Parece que o autor, na busca da comprovação de suas teses de escolhas racionais, subestima não somente a luta de classes vigente à época, como também as questões estruturais atuantes naquele momento histórico. Essa parece ser uma fraqueza dessa teoria. Relembre-se que há autores que questionam se as políticas keynesianas funcionaram, de fato, no sentido da superação da crise. A dúvida é se a saída da crise já não estaria a caminho, ou seja, sair-se-ia dela com ou sem tais políticas.

Assim, para o autor, após abandonar a idéia de nacionalização, os governos social-democratas e trabalhistas passam a adotar uma política, em relação à propriedade privada, de compromisso com o livre mercado sempre que possível, e com a propriedade pública apenas quando essa fosse necessária. Dessa forma, o Estado continua atuando na economia, mas apenas em setores específicos e comercializando sua produção basicamente com empresas privadas. O Estado não concorre com o capital privado, mas sim lhe é complementar, fornecendo insumos necessários ao funcionamento rentável da economia em geral. Essa noção de que o Estado deve ser complementar ao mercado e não seu concorrente ou opositor é defendida à exaustão pelo Banco Mundial, conforme será visto na próxima seção.

Nesse sentido, para Przeworski (1989), ao Estado cabe a responsabilidade pelos setores não-lucrativos da economia que, a despeito de não ser de interesse direto do capital privado, é relevante do ponto de vista da economia como um todo. Essa é também, como visto, uma das postulações de Altvater (1977), em sua definição sobre as funções do Estado. Além disso, o Estado regula o funcionamento do setor privado por intermédio de políticas anticíclicas, o que encontra amparo em Salama (1983), também já discutido. Finalmente, o Estado age como agente de ajuste das falhas de mercado, atenuando seus efeitos distributivos, por meio de medidas pautadas na teoria do bem-estar.

Przeworski (1989) identifica como a essência da social-democracia a convicção de que o mercado é passível de ser dirigido para a alocação de quaisquer bens, sejam eles públicos ou privados, e desde que tal alocação vá ao encontro da vontade dos cidadãos. Ainda, pela racionalização gradual da economia, o Estado pode submeter os capitalistas aos interesses da sociedade como se fossem funcionários privados, sem, entretanto alterar o estatuto da propriedade privada.

Nessa perspectiva, abandona-se o ponto de vista da transformação econômica do sistema, em favor da correção de seus desacertos. O resultado final é que, quando no poder, os social-democratas são forçados a agir como os demais partidos, dependentes de ações deflacionárias e de redução de custos para assegurar o lucro e a capacidade de investir do setor privado. Essas colocações de Przeworski são bastante interessantes, porque demonstram, mesmo de maneira bastante simplificada, porque o Estado capitalista, independente das mãos que seguram o timão, atua em favor do capital. Como escreveu Marx, é preciso transformar o Estado para que esse possa ser orgânico à outra classe que não a burguesa. Ou seja:

A natureza das forças políticas que sobem ao poder não afeta essa dependência [ao capital], pois ela é estrutural – uma característica do sistema, e não dos ocupantes de cargos governamentais, dos vencedores das eleições. Estar ‘no poder’, na verdade, confere pouco poder; os social-democratas estão sujeitos à dependência estrutural, como qualquer partido” (PRZEWORSKI, 1989, p.60).

Essas colocações são relevantes no sentido de comprovação da tese defendida neste estudo. Mesmo que partidos, teoricamente de orientação antagônica aos interesses do capital, assumam o controle do Estado, por mais racionais que sejam suas decisões, no máximo conseguem fazer mudanças, ou ajustes, no sentido de tornarem o Estado mais adequado aos interesses da acumulação do capital. Não conseguem movê-lo, um milímetro que seja, rumo à sua transformação estrutural. Mudam as funções, mas o caráter do Estado permanece o mesmo.

O autor procura mostrar também que, sob a perspectiva econômica, a passagem de um governo social-democrata para o socialismo é inviável, basicamente pela dependência da acumulação privada. Isto é, o limite de qualquer política econômica sob o capitalismo encontra-se no fato de que, no longo prazo, há a necessidade de se proteger os investimentos e, em consequência, os lucros. O primeiro aspecto relevante no caso de se decidir pela implantação do socialismo seria uma pressão oriunda de diversos setores pela melhoria imediata de suas condições de vida, a começar pelo aumento do salário mínimo. Além disso, haveria pressões pela redução do desemprego, elevação das transferências, como o salário-família, do crédito às pequenas empresas aos produtores agrícolas, a um custo

menor e sob maior risco etc. Os recursos necessários ao atendimento desses pleitos deveriam ter origem, primeiro, na tributação direta e redução das diferenças salariais, redução constante da capacidade produtiva ociosa, utilização das reservas internacionais ou financiamento externo e/ou diminuição das taxas de lucro. Entretanto, o somatório das três primeiras fontes de financiamento não seria suficiente para o atendimento das demandas postas. A redução das diferenças salariais, além de não ser suficientemente significativa, ainda importaria no risco da retirada de apoio dos funcionários de colarinho branco. Por sua vez, a utilização repentina da capacidade ociosa levaria a gargalos difíceis de ser superados, além de que tal capacidade acabaria se esgotando em pouco tempo. A utilização das reservas internacionais pode acarretar problemas com a moeda, expondo-a à ação dos especuladores. Finalmente, haverá a dificuldade estrutural de reorientação da economia no sentido da produção de bens saláris (PRZEWORSKI, 1989).

Por sua vez, a resposta dos capitalistas à obrigação de pagamento de maiores salários e à manutenção dos empregos seria o aumento dos preços dos bens de salário, provocando aceleração da inflação, turbinada pela deterioração no balanço de pagamentos, advinda da necessidade de aumento das importações dos bens saláris e de pressões especulativas. Parece haver aí uma contradição no raciocínio do autor no que diz respeito ao aumento da inflação. A importação dos bens saláris inibiria a ação de elevação de seus preços por parte da indústria local. Foi isso que aconteceu no Brasil, nos primeiros anos após a implantação do Plano Real, em 1994. Para o autor, entretanto, gerar-se-ia um ciclo vicioso em que se desenvolveria, ou uma dinâmica inflacionária, ou, no caso de se conseguir o controle de preços, um mercado negro derivado da insuficiência de produtos. Em defesa desses argumentos, ele evoca os exemplos da França, Chile e Portugal. Os capitalistas, por sua vez, ao se defrontarem com alocações subótimas em termos de lucros e risco à propriedade, param de investir, fechando-se o ciclo e a possibilidade de mudança de sistema pela via eleitoral.

O Brasil deste início de século XXI passa a viver esse dilema, ao ter eleito um presidente oriundo da classe trabalhadora. A história dirá até onde e quais os limites das mudanças que ele conseguirá implementar.

## 4.2 O ESTADO NEOLIBERAL

A crise econômica que se manifesta indubitavelmente em meados dos anos 1970, expressando o fim do ciclo de expansão do capital, afeta também a concepção de Estado de Bem-Estar. O arrefecimento da produção e as taxas crescentes de desemprego fizeram com que o Estado passasse a arrecadar menos e a gastar mais com seguro desemprego e outros. Isso abalou profundamente as finanças públicas, aumentando a disputa entre capital e trabalho pelos recursos do Estado.

A regulação pelo Estado, proposta por Keynes, funcionou enquanto a reprodução do capital e os aumentos de produtividade e lucratividade ficaram circunscritos aos territórios nacionais. Apesar de o fundo público ter financiado as inovações tecnológicas para que as empresas pudessem se expandir, a internacionalização produtiva e financeira dissolveu os mecanismos de retorno dos recursos para o fundo público. Ou seja, “a crescente internacionalização retirou parte dos ganhos fiscais, mas deixou aos fundos públicos nacionais a tarefa de continuar articulando e financiando a reprodução do capital e da força de trabalho” (OLIVEIRA, 1998, p. 13).

Diante de poucos recursos, acirrou-se a crítica ao Estado de Bem-Estar por parte dos segmentos mais conservadores, ressaltando fundamentalmente o seu tamanho e a sua forma de intervenção e regulação da economia. Os ataques ao Estado foram centrados em seu papel de reprodução da força de trabalho e encaminhados no sentido de manutenção de um Estado mínimo, no qual os recursos do fundo público ficassem reservados à reprodução do capital. Ou seja, a porção de mais-valia extraída pelo Estado em forma de impostos e taxas não deveria mais ser desviada para o atendimento das demandas decorrentes das conquistas trabalhistas do período anterior. Essa mais-valia deveria voltar ao seu curso natural e alavancar o lucro das frações hegemônicas do capital.

Esse é o sentido da crítica que o Relatório do Banco Mundial faz aos defensores de um Estado minimalista, como será visto logo à frente.

O que parece ter ficado claro é que, à medida que a crise se aprofunda, a luta pela apropriação da mais-valia tornou-se mais intensa. A classe dominante passou então a operar com vistas a que o Estado se desincumbisse, ao máximo, das tarefas

assumidas durante a vigência da forma de Estado de Bem-Estar, concentrando-se nas tarefas necessárias à reprodução do sistema, em especial do uso do aparato repressivo, para sujeitar os trabalhadores à nova realidade.

O arcabouço teórico que viria a dar sustentação à reação aos avanços do movimento operário surgiu na década de 1940 e vem se consolidando a partir de então, sob o argumento de que o Estado de Bem-Estar destrói a liberdade dos cidadãos, o mercado e a vitalidade da concorrência, das quais depende a prosperidade de todos; de que a desigualdade é um valor positivo; que há um poder excessivo e nefasto dos sindicatos e movimentos operários, que faz com que o Estado seja comprometido cada vez mais com gastos sociais.

À medida que se instala a grande crise do modelo econômico capitalista do pós-Guerra, em 1973, surge a necessidade de se restabelecer a hegemonia burguesa. As idéias neoliberais são apontadas como alternativas para a resolução da crise, incorrendo na implantação da forma Neoliberal de Estado nos países desenvolvidos, a começar pelos Estado Unidos e Inglaterra, onde ele aconteceu de forma mais efetiva (ANDERSON, 1995, HARVEY, 1993).

O projeto Neoliberal, segundo Anderson (1995), caracteriza-se fundamentalmente pela manutenção de um Estado forte para romper com o poder dos sindicatos, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas; disciplina orçamentária e contenção dos gastos com bem-estar; restauração da taxa natural de desemprego, para quebrar os sindicatos; reformas fiscais para incentivar os agentes econômicos; e controle da economia pelo mercado.

Ou seja, a nova realidade da acumulação do capital exigia que o Estado desviasse sua atuação de uma série de setores para concentrar-se, de um lado, no apoio direto ao capital, isto é, em sua função de tentar evitar, ou, quando não conseguindo, ao menos minorar os efeitos da crise; e, de outro, no uso do aparato repressivo que é sempre exigido nesses momentos, já que a ordem capitalista também é abalada durante as crises.

Para Itoh (1990), os sonhos e ilusões de que havia sido inaugurada uma nova etapa na história do capitalismo, onde a combinação do aumento da produtividade social do trabalho com o aumento real dos salários, mesmo que em proporção menor, somados à atuação do Estado por meio de políticas monetárias e fiscais,

possibilitariam evitar as crises cíclicas do capitalismo, se desvaneceu com o desencadeamento do que ele chama de “prolongada depressão atual”.

Para explicar a crise que se abateu sobre a economia mundial a partir do ano de 1973, que coincide com o advento da implementação da forma Neoliberal de Estado, Itoh (1990) defende basicamente as seguintes teses: a primeira é que o capitalismo vive uma profunda e prolongada depressão que se assemelha àquelas da década de 1930 e do período de 1873 a 1896; a segunda é que a depressão atual é uma reversão histórica, orientada à reconstrução do capitalismo liberal do século XIX; a terceira é que a depressão atual se assemelha mais à depressão do final do século XIX que a dos anos 1930. Por esse motivo é que as crises do capitalismo são crises de reprodução, e não crises localizadas, não havendo causalidade mecânica e linear em sua ocorrência. Sua quarta tese objetiva demonstrar que o capitalismo tem lógica própria, não podendo, portanto, o Estado garantir a estabilidade do sistema. Ou seja, tanto o *boom* do pós-Segunda Guerra, quanto sua posterior crise deveram-se à própria lógica do capitalismo e não às políticas keynesianas. Com isso, ele critica também autores marxistas que foram levados ao pensamento de que o Estado seria capaz de evitar as crises cíclicas do capitalismo. Em sua quinta tese, o autor entra na discussão da teoria marxista da crise, que está relacionada à lei de tendência à queda da taxa de lucro, de Marx.

Itoh (1990) caracteriza as teorias marxistas da crise em duas partes: a primeira, postula que a crise se origina da superprodução de mercadorias e que há uma vertente que credita essa superprodução ao subconsumo. Outra vertente responsabiliza a superprodução pelos problemas de desequilíbrios entre os diferentes setores. A segunda parte da teoria marxista advoga a tese que a crise tem origem na superacumulação de capital. Essa segunda parte também apresenta duas vertentes, a primeira com acento na escassez de força de trabalho e a segunda enfocando a composição orgânica do capital.

Como visto no capítulo anterior, para esse autor, a crise atual se deve à superacumulação de capital e à escassez da força de trabalho.

Em tempos de crise, portanto, as políticas estatais de favorecimento aos trabalhadores tendem a desaparecer. Pode-se levantar mais uma questão: nos momentos de crise, a classe burguesa tende a buscar, a qualquer custo, inclusive por meio da força, a mais-valia indevidamente apropriada pelos trabalhadores?

A implantação da forma Neoliberal de Estado parece significar uma correção de rumos da história do capitalismo na correlação de forças na luta entre o capital e o trabalho. As condições materiais atuais de desenvolvimento das forças produtivas, resultantes da evolução das comunicações, da informática, de novos materiais, de novas formas de gestão empresarial e da maior integração entre os mercados, especialmente dos mercados financeiros, criaram uma situação extremamente desfavorável ao trabalho. Pode-se dizer que, enquanto a busca pelo pleno emprego era uma das características da forma de Estado de Bem-Estar, na forma Neoliberal esse compromisso inexistia. Mais que isso, uma das características do regime atual de acumulação é justamente o seu caráter poupador de mão-de-obra.

O papel destinado ao Estado, para que o mesmo possa continuar orgânico às necessidades de acumulação do capital, tende a variar ao longo do tempo, de país a país sem, entretanto, como bem salientou Marx (1977b), perder seu caráter de Estado Burguês. O que parece claro é que, ao se esgotar a era dourada do capitalismo, a forma de atuação do Estado de Bem-Estar não mais atendia às necessidades do capital. Era necessário adequá-lo aos novos tempos. Essa assertiva parece ficar bastante evidente ao se analisar o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial,<sup>78</sup> de 1997, do Banco Mundial, cujo título “*O Estado num mundo em transformação*” é especialmente sugestivo. Dada a sua origem, pode-se afirmar que tal documento representa de maneira bastante detalhada a forma adequada e necessária para atender ao “mundo em transformação”, sob a lógica do capital. Pela sua importância, esse documento merece análise mais aprofundada, para quem tem como objeto de análise o Estado capitalista.

Em seu primeiro parágrafo, o texto deixa bastante claro o que se deverá encontrar nas páginas seguintes: “[o Relatório] é dedicado ao papel e à efetividade do Estado: o que o Estado deve fazer, como deve fazê-lo e como fazê-lo melhor num mundo que se está transformando rapidamente” (BANCO MUNDIAL, 1997, p. III).

Note-se que é sob esses argumentos, à primeira vista defensáveis e até mesmo louváveis, que se esconde a essência do fenômeno. Ou seja, o significado real do papel ou efetividade do Estado capitalista. Quer dizer, como deve funcionar um Estado que é orgânico ao capital sob o ponto de vista de seus representantes.

---

<sup>78</sup> Doravante, referir-se-á a esse documento como “o Relatório”.

O Banco mundial inicia o Relatório afirmando que a discussão sobre o desempenho dos Estados capitalistas estaria no topo da agenda tanto dos países centrais, como dos periféricos e que para muitos a lição dos últimos anos teria sido a de que o Estado não pôde cumprir suas promessas. Nesse caso, o Relatório se refere à forma de Estado de Bem-Estar. Decorre disso, então, que “as economias em transição viram-se forçadas a fazer uma drástica transição para as economias de mercado”, enquanto grande parte do mundo em desenvolvimento “teve de fazer face ao fracasso das estratégias de desenvolvimento dominadas pelo Estado”. Mais que isso, “mesmo as economias mistas do mundo industrializado, em resposta às deficiências da intervenção governamental, optaram por uma decidida mudança em favor dos mecanismos de mercado”. Esse foi o momento de *sacralização* do mercado e da implantação dos governos neoliberais de Reagan e Thatcher. Ou seja, o mercado, em face do esgotamento da forma de atuação do Estado nos finais dos anos 1960, passou a ser a solução para todos os problemas da humanidade. No entanto, por trás da crítica contundente à forma de atuação do Estado do Bem-estar, escondia-se a crise de superacumulação. Ou melhor, emergia mais uma crise cíclica do capitalismo. O entendimento que o Estado intervencionista – do Bem-estar fracassou chegou a um nível tal que o próprio Relatório salientou: “muitos acharam que o ponto final lógico de todas essas reformas seria um Estado minimalista. Esse Estado não faria mal, mas tampouco poderia fazer muito bem” (BANCO MUNDIAL, 1997, p. III).

Essa observação contra o Estado mínimo, feita pelo Relatório, retrata uma correção de rumos em relação às orientações e formulações anteriores tanto do Banco Mundial quanto do Fundo Monetário Internacional. Essa visão extrema de Estado minimalista, segundo o Relatório, contradiz as evidências dos casos exitosos de desenvolvimento no mundo, tanto das economias industrializadas no século XIX, quanto dos milagres de crescimento do leste asiático. Em sua visão:

Longe de sustentar um enfoque minimalista do Estado, esses exemplos demonstram que o desenvolvimento requer um Estado efetivo, que desempenhe papel catalisador e facilitador, incentivando e complementando as atividades das empresas privadas e dos indivíduos. Não há dúvida de que o desenvolvimento dominado pelo Estado fracassou. Mas também fracassou o desenvolvimento sem Estado – mensagem que se estampa claramente na agonia dos povos de países como a Libéria e a Somália, onde o Estado se desintegrou. A história tem mostrado repetidamente que um bom governo não é um luxo, mas uma necessidade vital. Sem um Estado efetivo, é



impossível o desenvolvimento sustentável, tanto econômico quanto social" (BANCO MUNDIAL, 1997, p. III).

Essa parece ser uma boa síntese da visão atual do pensamento burguês em relação ao papel do Estado. Longe de prescindir do Estado, o Relatório busca demonstrar, por meio da evocação de exemplos, a relevância do Estado para o desenvolvimento de diversos países ao longo da história. No caso, o desenvolvimento referido é do capitalismo e o Estado, evidentemente, o Estado Burguês. Então o relatório passa a se referir ao tipo de Estado ideal, ou em suas palavras, um Estado "efetivo", que possa desempenhar papel catalisador e facilitador. Facilitador da atuação do capital. Ou seja, é o Estado burguês em sua atuação de capitalista coletivo, conforme apontado por autores referenciados anteriormente, tais como Altvater (1977) e Salama (1983). Esse Estado deve incentivar e complementar as atividades das empresas, do capital e dos indivíduos. Mas que indivíduos? O capitalista? Parece que sim, pois não parece haver sentido no incentivo aos trabalhadores. A complementação das atividades das empresas parece ser facilmente identificável com a atuação do Estado nos setores em que o investimento não é rentável ao capital, como na implantação da infra-estrutura. Pois para sê-lo, como discutido anteriormente, seria necessário que o preço dos produtos ou serviços de tal implementação deveria ter aumento, até que houvesse a possibilidade de produção de excedentes, ou de mais-valia que tornasse tal serviço atraente ao capital. O que tem ocorrido em diversos casos em que houve privatização.

A afirmativa, de que não há dúvidas de que o desenvolvimento dominado pelo Estado fracassou, deve ser relativizada. Como ficam os anos dourados do capitalismo? Parece ser mais adequado afirmar-se que tal modelo, ao invés de ter fracassado, se esgotou, deixou de ser orgânico aos interesses de acumulação do capital. As funções desempenhadas por aquela forma de Estado não mais atendiam aos ditames do novo patamar de desenvolvimento das forças produtivas. Assim, mesmo que assentado nas bases da sociedade burguesa, como colocado por MARX (1977b), era hora de reformar o aparelho do Estado. Da mesma forma, em relação ao fracasso das sociedades onde o Estado se desintegrou, como nos países

da África subsaariana, também parece ser mais acertado afirmar que essa região não mais é de interesse do capital, daí seu abandono.

O Relatório afirma que são muitas e variadas as novas preocupações e indagações em relação à função do Estado e que quatro acontecimentos fortaleceram tais indagações. O primeiro acontecimento enfocado é o referente ao Leste Europeu pós-queda do muro de Berlim. O segundo, diz respeito à crise fiscal da forma do Estado de Bem-Estar, que o relatório chama de “Estado previdenciário”. Já, na participação do Estado, no que o Relatório chama de “milagre econômico do Leste Asiático”, centra-se o terceiro acontecimento. Por último, vêm a desintegração de Estados e a explosão de emergências humanitárias em diversas partes da terra. Em síntese, “Este relatório mostra que o **fator determinante** por trás desses acontecimentos é a **eficiência** do Estado” (BANCO MUNDIAL, 1997, p.1, grifos acrescentados).

A eficiência do Estado, eis a questão-chave discutida no Relatório. Eficiência para quem? Ou para que interesses? Para as frações dominantes do capital, que na ótica da Teoria do Capitalismo de Estado é a fração do capital monopolista. É natural, portanto, que o Banco Mundial, como um dos representantes dos interesses do capital, busque, ao tratar da questão do Estado, formas de reduzir ao máximo possível a quantidade de mais-valia destinada tanto à sua manutenção, quanto aquela destinada a provê-lo de fundos para que possa desempenhar seu papel e função na sociedade capitalista. Interessa ao capital que os Estados atinjam o máximo de eficiência consumindo o mínimo de mais-valia.

Assim, na visão do Banco Mundial, a eficiência do Estado é a grande determinante do sucesso ou do fracasso do desenvolvimento dos diversos países capitalistas, já que ela é vital à oferta de bens e serviços. Em tal oferta estão incluídas as normas e instituições que possibilitam o florescimento dos mercados e com isso a felicidade das pessoas. Sob esse ponto de vista, portanto, apenas uma variável: a eficiência, ou eficácia, do Estado é a responsável pelo êxito ou fracasso das sociedades modernas. Ora, se as sociedades não estão suficientemente desenvolvidas a ponto de poderem ofertar o arcabouço jurídico-institucional mínimo para que o capital possa florescer livremente, há de se proceder à sua estruturação, reforma e adequação, em especial, do aparelho de Estado. Será preciso torná-lo mais produtivo, sob a ótica do capital. A forma de Estado de Bem-Estar havia

ultrapassado os limites toleráveis de consumo de mais-valia. Em decorrência, as vozes dos defensores do Estado mínimo começaram a se fazer ouvir.

Faz-se um parêntese nessa questão, vez que um dos elementos que diferenciam ambas as formas de Estado de Bem Estar e Neoliberal é justamente o fato de que, nesta última, diferentemente da visão dos autores analisados, como por exemplo, Itoh (1990), a responsabilidade por todos os problemas advindos da exploração capitalista é atribuída aos países, de forma individualizada, que, por não terem Estados eficientes, vêem suas populações marginalizadas aumentarem constantemente. Não é, portanto, um problema do próprio Modo de Produção Capitalista. Mas a visão Neoliberal vai além, responsabiliza o indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso, como, por exemplo, estar desempregado. Nesse caso há um problema de empregabilidade. Cunhou-se esse termo para dizer que, se o trabalhador não consegue emprego, a causa não é estrutural, mas está no fato de ele não ter se ajustado aos ditames da nova situação. Dito de outra forma: se quiser acompanhar a evolução das forças produtivas, o trabalhador deverá se qualificar, “correr atrás do prejuízo”, caso contrário será excluído do mercado. Ao difundir a idéia de que o trabalhador não consegue emprego por não estar apto a ele, esconde-se a realidade do excedente de mão-de-obra, dos milhões de desempregados que incrementam o exército de reserva, que leva ao enfraquecimento das lutas dos trabalhadores.

Ao deslocar o foco da discussão para os indivíduos ou para a eficiência dos Estados nacionais, parece poder-se dizer que a lei de Mendel é aplicada a esse novo patamar da acumulação capitalista: somente os mais aptos sobrevivem. Decorre daí outra série de implicações, sendo que a principal delas é que dessa forma a desigualdade pode e é entendida como algo natural. Conseqüentemente, horrores como a miséria e a fome nos países da África Subsaariana são considerados naturais e decorrentes de Estados ineficientes e de povos desqualificados.

Retornando ao Relatório: tendo como pano de fundo a pretensão de esboçar as formas ideais de estruturação dos diversos Estados, a partir das lições do passado, com a finalidade de torná-los mais “efetivos”, ele apresenta a seguinte constatação: “O mundo está mudando, e com ele a nossa concepção do papel do Estado no desenvolvimento econômico e social” (BANCO MUNDIAL, 1997, p.1).

Ou seja, o papel e funções do Estado têm de mudar, a fim de se ajustar às necessidades de acumulação do capital. É natural, portanto, que a concepção do relatório mude, haja vista que ela necessita justificar o recrudescimento da exploração do trabalho e da exclusão. Para o relatório, tal como nos anos 1940, o foco atual nas funções do Estado teve sua inspiração em acontecimentos excepcionais na economia no plano mundial, que alteraram fundamentalmente o ambiente em que os Estados atuavam. No caso, esses acontecimentos excepcionais são identificados como, em primeiro lugar, a integração global das economias e a expansão da democracia<sup>79</sup> que foram responsáveis pela redução da margem de manobra para atuações arbitrárias e inconstantes. Há aí um aparente paradoxo. De um lado, prega-se a ação eficiente do Estado, de outro, afirma-se que os Estados nacionais perdem poder de ação. O segundo ponto diz respeito aos impostos, às normas para investimento e às políticas econômicas. Todos esses fatores devem corresponder cada vez mais aos parâmetros da realidade atual de uma economia integrada no plano mundial. Essas colocações devem ser lidas como a subordinação das ações do Estado ao capital globalizado, isto é, tais ações devem ser orgânicas aos ditames do capital, sob pena de não serem eficientes. Pois, à medida que as relações capitalistas de produção se expandem, no plano mundial, vão deslocando, ou mesmo suprimindo, as demais.

O último desses acontecimentos excepcionais apontados pelo Relatório foi o desenvolvimento das forças produtivas, ou, na expressão do Banco Mundial, a transformação tecnológica. Nesse caso, é ressaltado o mérito de que tais transformações permitiram ao capital atuar em espaços que eram monopólio da atuação do Estado. Exemplos disso são as privatizações dos sistemas de telefonia, geração e transmissão de energia, conservação de rodovias etc. Aqui se pode perceber claramente como esse desenvolvimento das forças produtivas possibilitou ao capital atuar em espaços que antes não lhe eram lucrativos. Para isso, entre outras medidas, o Estado procedeu a investimentos maciços nas áreas a ser ocupadas pelo capital, bem como fez o chamado “choque de tarifas”. Além disso, normalmente, como no caso brasileiro, são disponibilizados amplos financiamentos às empresas ou consórcio de empresas que venham a assumir os serviços privatizados. Há ainda o fato de que, a despeito de todo o discurso sobre a

---

<sup>79</sup> Democracia burguesa, evidentemente.

necessidade de desregulamentação da sociedade, em especial das relações trabalhistas, todos os contratos de concessão e/ou privatização são indexados, com o intuito explícito de garantir margem mínima de lucro ao capital beneficiário. A liberdade de mercado termina onde começam os interesses de lucro dessas frações do capital beneficiárias das ações do Estado.

Dessa forma, para o Banco Mundial, as mudanças ocorridas na economia mundial fizeram com que os mercados internos e externos e os cidadãos pressionassem os Estados a corrigir seus rumos com o intuito de atingir seus objetivos. Dito de outra forma, tanto os capitalistas internos quanto os externos pressionaram os Estados a corrigir seus rumos, a atuar em favor de seus interesses. Quanto à pressão dos cidadãos, deve-se considerar que: em primeiro lugar, esse é um termo genérico. Na verdade, quem pressiona o Estado pelas mudanças propostas é a classe dominante. Exemplo notório disso são as chamadas condicionalidades impostas tanto pelo Fundo Monetário Internacional, quanto pelo Banco Mundial, aos países dependentes de empréstimos internacionais. Essas condicionalidades são um conjunto de medidas destinadas a condicionar a concessão de empréstimos aos Estados, em especial dos países periféricos, à implementação das reformas prescritas por aqueles organismos.

O Relatório afirma ainda que os reclamos para que os Estados se tornassem mais eficientes foram tão intensos que atingiram proporções de crise em diversos países em desenvolvimento, em especial naqueles que não conseguiram prover bens públicos considerados fundamentais, como direito de propriedade, estradas e serviços de saúde e educação. É interessante essa colocação. Transferir a causa das crises às pressões dos mercados e dos cidadãos, em detrimento das contradições do próprio capitalismo, como a lei de tendência à queda nas taxas de lucro. Essa parece ser mais uma das mistificações a que a teoria burguesa costuma se socorrer, tão bem explicitadas por Marx e por diversos autores marxistas.

Mais à frente, ao iniciar o rol de sugestões para que um Estado se torne eficiente, e após ter feito a ressalva de que não há receita única, o Banco Mundial assevera que “Ainda mais importante é a percepção atual de que os mercados e os governos são complementares: o Estado é essencial para a implantação dos fundamentos institucionais apropriados para os mercados” (BANCO MUNDIAL, 1997, p.4).

Essa parece ser a grande mudança em relação à visão inicial, do início da década de 1970, de implantação da forma de Estado Neoliberal, quando se pregava a implantação de um Estado mínimo. O que se pode inferir dessa nova ótica é que ao Estado cabe a tarefa de garantir o ambiente apropriado para o desenvolvimento da economia mercantil, ou seja, para a acumulação do capital. Rememore-se que é evidente que quanto mais eficiente for o Estado nessa tarefa, menos mais-valia irá consumir. Pode-se identificar aí a tentativa de aperfeiçoamento da ação do Estado como capitalista coletivo ideal. Esse pressuposto é reforçado pela informação de resultado de pesquisa encomendada especialmente para o Relatório junto a empresários de 69 países. Na pesquisa, são apontados os principais entraves ao bom desempenho do mercado. São também delineados os problemas decorrentes de elevados índices de criminalidade e violência, acrescidos de um poder judiciário imprevisível, e as dificuldades decorrentes do comportamento, também imprevisível e inconstante, de instituições públicas fracas e arbitrárias. Como resultado, tais entraves, por abalarem a credibilidade do Estado, prejudicam os mercados, ao invés de os promoverem. O que o Relatório não discute é que o capital, especialmente o financeiro, como o ocorrido na França de Luis Bonaparte, tem se beneficiado dessa fragilidade, entre outras formas, pela cobrança de juros extorsivos dos Estados endividados.

Outro ponto que merece destaque no Relatório diz respeito a uma referência sobre a poluição. Para o Banco Mundial, esse problema pode ser enfrentado com melhores resultados que a mera regulamentação imposta pelos governos, por meio de incentivos inovadores e flexíveis que forcem os agentes poluentes a agir com lisura. Chama a atenção o fato de que o Relatório sequer menciona assuntos como o protocolo de Kyoto, que os EUA, principal potência imperialista, recusaram-se a assinar, para proteger suas indústrias poluentes. Agindo dessa maneira, o Estado americano atua para garantir o lucro do capital em detrimento dos males que a poluição possa causar a toda população mundial.

As análises de Salama (1983), de que o Estado é, ao mesmo tempo, garantidor e produtor das relações capitalistas, parecem explicar o disposto no Relatório, que o Estado, no caso de mercados subdesenvolvidos, deve intervir com o objetivo de reduzir problemas de coordenação e falhas de informação, bem como para incentivar o desenvolvimento dos mercados. Esse tipo de intervenção que

ocorreu nas economias de industrialização mais antiga repetiu-se mais recentemente em países como o Japão, República da Coreia, e outros do Leste Europeu, que se utilizaram desse mecanismo para desenvolver seus mercados, ao mesmo tempo em que estabeleciam os fundamentos econômicos, sociais e institucionais da economia burguesa. Ou seja, o Estado ao mesmo tempo cria e garante o desenvolvimento do mercado capitalista. E ele o faz tendo como instrumento de ação o uso de subsídios, que significa a redistribuição de mais-valia arrecadada por meio dos impostos em favor dos segmentos de maior poder de pressão sobre o Estado. Pela teoria do Capitalismo Monopolista de Estado, esse segmento é representado pelo Capital Monopolista.

Por outro lado, para o Banco Mundial, o êxito de qualquer política de desenvolvimento, ou de eficiência do Estado, depende do arcabouço institucional que o compõe:

O essencial, porém, é a capacidade de escolher a melhor intervenção e utilizá-la de maneira eficaz; a adoção de políticas mal fundamentadas de comércio, crédito e desenvolvimento industrial pode custar caro aos países. Os que lograram êxito com uma política industrial ativista não poderiam ter obtido esse resultado sem uma forte capacidade institucional (BANCO MUNDIAL, 1997, p.6).

Pode-se identificar nessas postulações o viés da teoria da escolha racional. Os agentes econômicos, políticos e sociais, por serem racionais, sempre escolherão a melhor alternativa. Caso isso não ocorra, é porque houve algum tipo de assimetria, como, por exemplo, a falta de informação.

Nessa lógica da racionalidade está a escolha pela implementação de mudanças na organização estatal. Um dos pontos-chave das transformações preconizadas no Relatório e um dos esteios da proposta de Estado Neoliberal é a privatização de serviços que até então, sob a forma de Estado de Bem-Estar, eram fornecidos diretamente pelo Estado. É o caso das telecomunicações, geração e distribuição de energia elétrica, operação e conservação de rodovias, saneamento etc. Tais serviços, que antes não interessavam ao capital, por não serem lucrativamente atrativos, a partir do desenvolvimento das forças produtivas decorrido da introdução de novos materiais, da química fina, robótica, semiótica, computação, telecomunicações, nano-tecnologia etc., passam a despertar seu interesse. Os Estados, especialmente dos países periféricos endividados são então constrangidos

a privatizar, ou conceder ao capital privado a exploração de tais serviços. Não se esqueça que isso ocorre sempre precedido de intensos investimentos por parte dos Estados, do alinhamento de tarifas e de farta concessão de crédito a juros inferiores aos de mercado.

Esse tipo de mecanismo é incentivado de forma clara pelo Banco Mundial, quando propõe que, “Em geral, é mais fácil vender os ativos do Estado uma vez estabelecido condições favoráveis ao desenvolvimento do setor privado” (BANCO MUNDIAL, 1997, p.6).

O que o Banco Mundial propõe é que o Estado tome uma série de medidas para garantir a lucratividade do capital. Essas medidas vão desde a realização de investimentos infra-estruturais, reajustamento periódico automático de tarifas - em geral acima dos índices oficiais de inflação -, até o estabelecimento de contratos irrevogáveis de compra de bens, como a energia elétrica. Dessa forma, o Relatório considera que a privatização oferece solução óbvia à ação de empresas estatais, que a seu juízo são ineficientes e sangram os recursos públicos.

A despeito de afirmar que os processos de privatização, para apresentarem benefícios econômicos e fiscais positivos, devem ser criteriosamente implantados e cuidadosamente administrados, ambas as instituições, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, condicionam sempre seus apoios aos países, em especial os com problemas de endividamento, à privatização expedita e mesmo de forma atrabiliária, com o intuito de reduzir o estoque de suas dívidas. No entanto, tal objetivo não é atingido, vez que o aumento das taxas de juros acaba não somente não reduzindo a dívida, como aumentando-a consideravelmente. O Brasil é um bom exemplo disso, tanto pelos problemas decorrentes da privatização do setor elétrico, quanto pelo aumento exponencial da dívida pública.

No tocante à expansão do capital na esfera mundial, atualmente denominada globalização, o Banco Mundial, a despeito de chamar a atenção para possíveis riscos aos países que se abrem ao grande capital dos países centrais, faz claramente a apologia da abertura, afirmando que o custo da falta de abertura implicará aumento da diferença de padrões de vida entre os países abertos e os fechados. Quanto aos efeitos desestabilizadores dos grandes e rápidos fluxos de capital de investimento, os chamados capitais especulativos ou capitais vadios, segundo Marx, o Relatório alerta para o perigo de as crises de um país



contaminarem outras nações. De novo o problema não é do capital em si, e sim dos países que não adotaram políticas prudentes e sensíveis. Não se pode esquecer o fato de que a maioria dos países que passaram por crises a partir da década de 1980, haviam seguido à risca os ditames do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Aliás, seus melhores pupilos foram os que mais problemas sofreram, vide os exemplos do México e da Argentina.

Não se pode, evidentemente descartar responsabilidades locais sobre tais questões, haja vista que as burguesias nacionais operam em estreito relacionamento com o grande capital, nacional ou não. Além disso, como bem observou Miliband (1972), há estreita relação entre os detentores de cargos de mando no aparato estatal e frações hegemônicas do capital. Mas daí a isentar as contradições do próprio capitalismo e suas crises pelos problemas enfrentados pelos países, em especial os periféricos e as populações marginalizadas, vai uma grande distância. O Brasil, por exemplo, desde o início da década de 1980, vem sendo forçado a gerar expressivos superávits primários e/ou comerciais destinados, em sua grande maioria, a custear as despesas decorrentes dos juros que o país vem pagando ao longo desse tempo. São porções expressivas de mais-valia expropriadas aos trabalhadores nacionais, que são mantidos em condições miseráveis de reprodução de suas forças de trabalho. Em 2003, o superávit primário a ser gerado pelo Brasil, ajustado com o Fundo Monetário Internacional é de 4,25% do Produto Interno Bruto do país.

Analisando diversos países quanto à reforma do Estado, o Relatório assevera que grande parte dos Estados nacionais está em desacordo com as necessidades atuais do capital. Desde os países da Europa ocidental, cuja forma de Estado de Bem-Estar vem sendo alvo de críticas e reformas, até os países da Europa oriental, passando evidentemente pelos demais países dos cinco continentes. Como sempre, o foco é a construção de um aparato estatal favorável ao desenvolvimento dos mercados. Para isso, escrevem que os organismos internacionais podem ajudar a sustentar as reformas dos Estados. A primeira ajuda é feita por meio de assistência técnica, orientando o que pode ou não ser reformado. Nesse caso, os técnicos locais devem ser capazes de adaptar as reformas às condições e instituições dos países. Note-se que cabe aos países apenas adaptar as reformas, o pacote já vem pronto.

O segundo tipo de ajuda diz respeito à experiência dos técnicos dos organismos internacionais. Outro ponto relevante é que:

[...] a assistência financeira que esses organismos proporcionam pode ajudar os países a suportar o doloroso período inicial da reforma<sup>80</sup>, até que os benefícios comecem a surgir". Como último tipo de ajuda destaca-se o fato de que os organismos internacionais "[...] podem proporcionar aos países um mecanismo para assumirem compromissos externos, tornando mais difícil retroceder no processo reformador (BANCO MUNDIAL, 1997, p.16).

Ou seja, propõe-se a criação de uma blindagem para que, qualquer que seja o partido, ou grupos de partidos, que assuma o poder, independente de seus compromissos econômico-políticos e sociais, não consiga, mesmo que queira, "retroceder no processo reformador". O Brasil atual é, de novo, exemplo disso.

Esses quatro meios de ajuda dos organismos internacionais ao processo de reforma dos Estados parecem ilustrar bem o que se está analisando, ou seja, que os Estados nacionais necessitam de reformas para melhor se adequar às necessidades de acumulação do capital. Para isso, os organismos internacionais, em especial o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, entre outros, estão dispostos a participar do processo, fomentando sua execução, em acordo com linhas previamente definidas. A garantia de que as reformas acontecerão e que serão realizadas no rumo certo é dada pelos termos dos contratos de empréstimo, sem as quais os países não conseguem qualquer tipo de crédito no plano internacional. O interessante é que, em caso de fracasso, o que tem sido uma constante, atribui-se a culpa à insuficiência de profundidade nas reformas. De novo, as responsabilidades recaem nos países e nos indivíduos e não na própria dinâmica do capital e seus representantes. A Argentina é um caso paradigmático disso. Após ter seguido à risca a cartilha neoliberal e ter fracassado, foi praticamente abandonada à própria sorte. Mas não sem antes garantir a integridade do sistema bancário. Note-se que, em sua esmagadora maioria, a banca Argentina é composta por filiais de bancos internacionais.

Uma das principais conclusões a que se pode chegar da leitura do Relatório é que o Banco Mundial, como um dos representantes-chave do capital no plano

---

<sup>80</sup> O doloroso período inicial, que na depressão atual já dura mais de trinta anos, significa desemprego, perda de direitos e conquistas trabalhistas e desregulamentação econômica.

internacional, buscou explicitar os mecanismos que possam tornar os Estados nacionais mais adequados ao livre trânsito do capital em busca de lucros. Assim, pode-se inferir que, se logo após a Segunda Guerra Mundial, o Estado adequado era aquele da forma de Bem-Estar, após as crises de petróleo em 1973, e das dívidas em meados dos anos 1980, a forma Neoliberal, chamada no Relatório de “Estado Efetivo”, é a que aparenta ser a mais indicada. Note-se que, desde seus primórdios, com os governos Reagan, nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, no Reino Unido, vem sendo esculpida a forma adequada de Estado que possa contribuir mais efetivamente, para utilizar um termo do Relatório, para tirar o capitalismo, da atual grande depressão desencadeada a partir da década de 1970 (ITOH, 1990). De uma posição inicial de Estado mínimo, em que os recursos destinados, especialmente à previdência, deveriam ser utilizados para a complementação de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, pelo capital, passou-se à formatação de um Estado complementar e de apoio aos mercados.

Entretanto, à medida que empregos iam sendo cortados e direitos adquiridos pelos trabalhadores sendo cassados, via-se como resultado, no mais das vezes, a agudização da crise e o aumento da percepção de que o “Deus mercado” não era, de fato, a cura de todos os males; que o capital livre das amarras impostas pelo Estado, ao invés de resolver suas própria crises, pode aprofundá-las; e que o Estado, mesmo contrariando o interesse do capitalista individual, geralmente atua para manter o conjunto, como tão bem mostrou Marx e os outros autores referenciados. Foi assim que o discurso começou a mudar. Fala-se agora de Estados Efetivos, complementares aos mercados, indutores dos mercados. Entretanto, um ponto sempre resgatado como de vital importância é o da manutenção da ordem capitalista e a defesa da propriedade: “A capacidade de funcionar do setor privado dependerá **crucialmente** da confiabilidade e da eficácia de instituições como o primado da lei e a proteção dos direitos de propriedade” (BANCO MUNDIAL, 1997, p.34, grifo acrescentado).

Há de se fazer uma nota sobre esse aspecto e relembrar que o Estado capitalista sempre atuou dessa forma. A intervenção do Estado na economia se amplia ou se retrai de acordo com as conjunturas e exigências históricas. Assim, nos períodos de reconstrução, como nos pós-Guerra, nas grandes depressões, como a de 29, nos períodos de ameaça à ordem capitalista, como o da pós-Revolução

Soviética, ou, ainda, da estruturação do capitalismo nos países periféricos, há aumento da presença estatal em todos os setores, em especial na economia. Em outros momentos, como que em um movimento pendular, essa presença é instada a se retrair.

Outro ponto relevante diz respeito à percepção de empresários em relação à capacidade do Estado em definir e garantir a implementação do arcabouço institucional que “define os mercados e permite o seu funcionamento”.<sup>81</sup> O trabalho foi feito por meio de pesquisa junto a mais de 3.600 empresas de 69 países e enfocou aspectos como credibilidade, previsibilidade, estabilidade política, no sentido de manter uma orientação favorável aos mercados, idoneidade do judiciário etc. Em todos os quesitos, os países periféricos, incluídos os da ex-União Soviética, foram apontados como menos confiáveis ao capital. Resultado que parece lógico, haja vista que nos países centrais o capital não tem, desde os anos 1940, sido ameaçado, mesmo quando governados por governos social-democratas. O que o Banco Mundial não diz é que o capital, especialmente o financeiro especulativo, vem sistematicamente se beneficiando dessa instabilidade real, ou provocada pelos próprios especuladores.

A síntese da suposta percepção do empresariado, resultante da pesquisa, foi feita da seguinte maneira:

Quando não acredita que o Estado imporá a observância das regras do jogo, o setor privado responde de diversas maneiras, todas as quais prejudicam o desempenho econômico. Um judiciário inidôneo força o empresário a buscar acordos e mecanismos informais de coação. Uma burocracia corrupta à qual se dê uma margem excessiva de discricção gera incentivos à especulação em vez de atividade produtiva. Um ambiente de crime e insegurança generalizada dos direitos de propriedade leva os empresários a contratar agentes de segurança privados ou força-os a comprar “proteção” contra o crime organizado – quando não os força a abandonar de todo a idéia de estabelecer um negócio (BANCO MUNDIAL, 1997, p.38, aspas no original).

A que ponto chega a mistificação, pois o Banco Mundial parece considerar que a classe burguesa é apenas vítima de desvios do Estado. Mais que isso, parece também considerar o Estado como um ente à parte, sem qualquer vínculo formal com o capital. Desconsidera as relações muitas vezes incestuosas do capital com os

---

<sup>81</sup> (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 35).

membros dirigentes do Estado. Desconsidera que grande parte dos quadros com poder de mando são emprestados diretamente da classe burguesa, como bem observou Lênin (1985), servindo para ampliar, de forma indireta, a extração da mais-valia. Além disso, Estados com instituições mais frágeis, novamente utilizando-se de terminologia do Relatório, são presas mais fáceis de segmentos da classe dominante, portanto muito mais instrumentalizáveis. Discutimos isso ao tratarmos do trabalho de Miliband (1972). O Banco Mundial também não faz referência a todo o aparato criado, como as agências de risco, para auxiliar o capital a obter expressivos lucros justamente com as incertezas. Isso sem contar, evidentemente, com toda a indústria lucrativa decorrente desse ambiente inseguro, como a de blindagem de veículos, seguros, agências privadas de segurança etc.

Por outro lado, há evidentemente um grande esforço por parte desses organismos internacionais para ajustar as diversas economias, mundialmente, aos interesses do capital. Nos países onde o mercado ainda não se desenvolveu plenamente, ao Estado cabe a tarefa de criar o ambiente adequado para que isso ocorra. Nos demais, mesmo nos países centrais, o Estado precisa ser atualizado. Isso parece ser um dos pontos que corrobora a tese defendida neste estudo.

Aliás, Marx (1977d), em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, já apontava isso: “Mas sob a monarquia absoluta, durante a primeira revolução, sob Napoleão, a burocracia era apenas o meio de preparar o domínio de classe da burguesia. Sob a Restauração, sob Luis Felipe, sob a república parlamentar, era o instrumento da classe dominante, por muito que lutasse por estabelecer seu próprio domínio” (MARX, 1977, p. 276).

Maior destaque no Relatório foi dado aos direitos de propriedade. O motivo é óbvio, vive-se sob o modo de produção capitalista, em que o Atlas<sup>82</sup> que segura o sistema sobre os ombros, e que permite a exploração de uma classe sobre as demais, é justamente a propriedade privada dos meios de produção. Assim, pode-se entender perfeitamente a declaração do Banco Mundial de que “em muitos países em desenvolvimento as empresas privadas são gravemente estorvadas pela ausência de funções básicas do Estado, como a proteção da propriedade privada” (BANCO MUNDIAL, 1997, p.43).

Como referido anteriormente, Hirsch (1979) aponta como funções do

---

<sup>82</sup> Atlas é o gigante que na mitologia segurava o mundo sobre seus ombros.

Estado capitalista a salvaguarda da propriedade privada e a observação de regras formais e homogêneas para a concorrência, além da proteção e segurança dos capitais nacionais no exterior. Também, para o autor, são funções do Estado a disponibilização de mão-de-obra assalariada livre e em condições proveitosas para o capital e a implantação de infra-estrutura para a produção, como meios de comunicação, rodovias e oferta de ensino. Como se observa, ambos os discursos mostram coerência em relação à descrição das funções e papéis necessários ao desempenho adequado do Estado burguês. O que o Banco Mundial procura fazer é auxiliar na melhoria do desempenho dos Estados, tornando-os menos consumidores de mais-valia.

Três são os elementos apontados no Relatório como essenciais para que o Estado capitalista desempenhe a contento a salvaguarda à propriedade privada: proteção contra o roubo, a violência e outros atos predatórios; proteção contra atos arbitrários do governo, aí compreendidas questões como a do estabelecimento de regulamentação e a da corrupção; e por último, a existência de um judiciário razoavelmente justo e previsível. Se essas três condições não são preenchidas, então se cai no que o Relatório chama de “síndrome da ilegalidade”. Ou seja, a exploração capitalista precisa de amparo legal.

O Relatório também se reporta à manutenção dos trabalhadores improdutivos, mais especificamente, daqueles componentes das camadas mais empobrecidas da população, como os idosos e os incapacitados para o trabalho. Esse é o ponto-chave do ataque à forma de Estado de Bem-Estar. Em relação a esse problema o relatório discorre sobre as diferentes maneiras em que ele vem sendo enfrentado por diferentes Estados e destaca duas áreas de atuação. A primeira diz respeito à assistência social, ou das “benesses” concedidas aos trabalhadores. Nesse caso, pode-se sublinhar o fato de que ao longo da história do capitalismo sempre que há uma crise econômica, a população trabalhadora é quem arca com a parte mais onerosa, especialmente pela destruição de milhões de empregos, nem sempre recriados na mesma proporção. Seguem-se a isso as crises fiscais dos Estados, que têm implicado ajustes extremos, cujas conseqüências têm sido, sistematicamente, o corte de direitos adquiridos pelos trabalhadores. Como visto, esse ajuste faz parte da coluna vertebral dos programas de reformas requeridos pela forma de Estado Neoliberal. É na segunda área que o Relatório

expõe sua grande preocupação, pontuando a necessidade de equilíbrio da equação previdenciária dos Estados. Entretanto, sequer toca na questão dos juros exorbitantes pagos por esses mesmos países e, que no mais das vezes, são bem maiores que aqueles desenhados proporcionados pelos programas de previdência. A título de exemplo, o Brasil vem desembolsando anualmente mais recursos para pagamentos de juros de sua dívida que para cobrir déficits da previdência. De acordo com o Relatório, no período de 1991-95, o pagamento de juros pelo país correspondeu a 44,5% da despesa total (BANCO MUNDIAL, 1997, p.209).

À guisa de conclusão, pode-se referir ao que o Relatório chamou de “Agenda da Reforma”. No capítulo que aborda esse tema, os Estados foram classificados como de baixa, média e alta efetividade. Na busca de tornar os Estados adequados aos novos ditames do capital nesse início de milênio, o Banco Mundial resume a receita de reforma ministrada a seus pacientes. Primeiro, ajustar as funções do Estado à sua capacidade, limitando-se apenas ao desempenho das funções básicas. Ressalva, entretanto, que há Estados onde não existem possibilidades de reforma pelo grau de degradação a que chegaram. Nesse caso, são citados o Afeganistão, o Camboja, a Libéria e a Somália. Este último, enquanto servia aos interesses americanos e soviéticos durante o período da guerra fria, mesmo sendo um governo ditatorial, teve o apoio de ambas as potências, Estados Unidos e União Soviética. Com o fim da guerra fria, foi abandonado à própria sorte. Todavia, o Relatório aponta que é possível identificar três patologias gerais que levam ao colapso de um Estado:

- Estados que perderam (ou não conseguiram estabelecer) legitimidade aos olhos da maioria da população supostamente sujeita à sua autoridade e que são, portanto, incapazes de exercê-la.
- Estados que foram destruídos por líderes e autoridades que são corruptos, negligentes ou incompetentes, senão tudo isso.
- Estados fragmentados pela guerra civil e onde nenhum partido tem condições para restabelecer a autoridade central (BANCO MUNDIAL, 1977, p. 168).

Note-se que na maioria dos casos citados no Relatório, os conflitos internos tiveram sempre a participação de potências externas disputando interesses econômicos, além de se beneficiarem do comércio de armamentos. A história tem demonstrado que esses países desgarrados dos bons rumos, quando estão

envolvidos interesses estratégicos das grandes potências do capitalismo, são chamados à ordem por meio de intervenções militares. Exemplos mais recentes são os da Iugoslávia, Afeganistão e Iraque.

Por seu turno, as reformas apontadas no Relatório são caracterizadas pela abertura das economias ao capital internacional, flexibilização dos direitos trabalhistas, reformas administrativa e da previdência e privatização dos serviços públicos. Mas, para o Banco Mundial, as receitas esboçadas no Relatório

[...] vale apenas como orientação geral para as muitas diferentes agendas de reforma que estão sendo adotadas em todo o mundo. Da mesma forma, a assistência internacional à reforma do Estado deve ir além de uma abordagem universalmente aplicável ou da que se baseia mais nas preferências dos doadores do que nas necessidades dos beneficiários” (BANCO MUNDIAL, 1977, p. 177).

A despeito da retórica, a história também tem mostrado que as agendas de reformas têm, na essência, seguido sim a preferência dos doadores, ou melhor dos emprestadores.

Finalizando esta análise, uma das importantes conclusões a que se chegou, no estudo do Relatório, é que o Banco Mundial, enquanto representante qualificado do capital no plano mundial, tem como preocupações básicas a garantia dos direitos de propriedade, a montagem de um arcabouço institucional orgânico ao capital e, ainda, a eficiência no uso da parte da mais-valia que o capital se vê forçado a repassar ao Estado, para que ele execute suas funções no desenvolvimento e defesa do modo capitalista de produção. No entanto, como mostrado por Itoh (1990), o Estado, por mais eficaz, efetivo, ou qualquer adjetivo que se use, não consegue reverter as leis inerentes ao capitalismo, daí as crises, em especial a atual, que perdura desde a década de 1970.



## CONCLUSÃO

A maior parte das conclusões a que se chegou neste estudo foi sendo apontada no decorrer da exposição. Adotou-se esse procedimento por considerá-lo, além de mais didático, mais produtivo. Entretanto, fazem-se a seguir as considerações que se julgam necessárias à conclusão da pesquisa e à confirmação da tese nela defendida.

Esta parte compõe-se, portanto, de reflexões amadurecidas durante o estudo e que foram recebendo um tratamento rigoroso e sistemático, em consonância com o método de análise e o suporte teórico adotados. Assim, a partir da base teórica, fundamentada na análise dos autores escolhidos, buscou-se desvelar a configuração atual do Estado capitalista, esperando, com isso, além de dirimir as dúvidas que assaltavam este autor, contribuir com o importante debate que vem ressurgindo entre os autores de orientação marxista, com vigor cada vez mais acentuado.

Decorrente disso, a primeira e relevante conclusão a que se chegou foi de que é possível encontrar nos escritos de Marx uma teoria sobre o Estado. Em praticamente todas as suas análises sobre as características e mecanismos de desenvolvimento da sociedade capitalista, ele procura demonstrar o significado do Estado para esse modo de produção e para os que o antecederam. Por sua importância, postula-se ser esse um bom veio para futuras pesquisas sobre o tema.

Em relação à origem do Estado, viu-se que ela remonta aos primórdios da civilização, a partir da atribuição de tarefas de defesa e administração dos interesses comuns da coletividade primitiva a determinados indivíduos. Também, que o surgimento do Estado decorreu das necessidades ditadas pelo desenvolvimento das condições técnicas e materiais de existência da sociedade humana, em um momento histórico objetivo.

Com a emergência da propriedade privada, do aprofundamento da divisão do trabalho e da divisão da sociedade em classes, o Estado passou a refletir as contradições e antagonismos dessas classes e não mais a mera oposição entre interesses individuais e coletivos. Além disso, a partir da divisão da sociedade em classes, em que uma predomina sobre as demais, o Estado perde sua autonomia e passa a refletir os interesses dessa classe.

O caráter do Estado em sociedades divididas em classes é ser o espaço de domínio da força, utilizada para permitir a exploração da classe dominada pela classe dominante.

O Estado, por ter origens em condições históricas específicas, assim como surgiu, deverá desaparecer quando tais condições deixarem de existir. Ou seja, no momento em que o estatuto da propriedade privada dos meios de produção e a divisão da sociedade em classes deixarem de existir, também o Estado desaparecerá, ou será extinto.

Como “o novo nasce do velho”, pode-se inferir que no seio da sociedade burguesa, desde o instante em que ela se tornou hegemônica, as sementes do novo modo de produção começaram a germinar. Ou seja, é sob esse modo de produção que as novas formas de organização econômicas, sociais, culturais, políticas etc. serão construídas.

Todavia, essas formas novas de organização da sociedade, evidentemente, não surgirão do nada, mas sim estão sendo edificadas por meio das lutas diárias entre o trabalho e o capital, contraditórias, repletas de avanços e retrocessos, de acertos e de erros. Estão sendo também erigidas pelo desenvolvimento das forças produtivas, em que o conhecimento acumulado da humanidade vai permitindo novos acrescentamentos científicos. Esses são exigidos pelo caráter poupador de trabalho do capitalismo, mas que com isto possibilita também que se gerem mais excedentes, os quais, com a superação do capitalismo, deverão ser distribuídos aos demais membros da sociedade e não apropriados apenas pelos detentores dos meios de produção: “A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõe, engendra simultaneamente as **condições materiais** e as **formas sociais necessárias** para uma reconstrução econômica da sociedade” (MARX, 1977e, p.377, grifos no original).

Como o novo modo de produção que irá suceder o atual já está sendo gestado, então novas estruturas e relações devem estar sendo levantadas. Decorrente disso, as novas formas de gestão dos bens coletivos que necessitarão ser implementadas quando houver a extinção das sociedades de classe, também devem, necessariamente, estar sendo criadas.

O Estado capitalista, por ser o Estado “do capitalismo”, quando de sua superação, não poderá ser adequado à nova realidade, mas, sim, se ainda houver

classes, um novo Estado deverá ser erigido a fim de que possa atender aos interesses da classe que vier a dominar. A simples tomada do poder de Estado não significa mudança de modo de produção. Aqui se defende a idéia de que o Estado não é uma estrutura neutra que pode ser utilizada pela classe que estiver em seu comando, seja ela quem for. Ao contrário, a história recente dos partidos social-democratas e socialistas da Europa Ocidental tem demonstrado, à farta, que são esses partidos que acabam se submetendo ao capital. Muda a forma, mas não a essência do Estado, que continua Estado burguês.

Outro ponto, cuja reflexão atual parece indicar uma direção, diz respeito à aceitação ou não da autonomia, ainda que relativa, do Estado em relação à sociedade civil “sob pena de comprometermos as possibilidades de ganhos políticos para os trabalhadores” (MOLLO, 2001, p. 12). Como discutido anteriormente, os ganhos da classe trabalhadora são possibilitados pelo desenvolvimento das forças produtivas, podendo perfeitamente ser explicados, como se acredita ter sido, por meio da mais-valia relativa. A autonomia relativa do Estado parece, portanto, dizer respeito muito mais ao capitalista individual do que ao conjunto da sociedade, ou especificamente da classe capitalista. Não se esqueça ainda do fato de que essa autonomia se estreita toda vez que há a necessidade de intervenção estatal para auxiliar na garantia de reprodução do capital. Além disso, parece que os possíveis ganhos dos trabalhadores não são oriundos da generosidade de um Estado mais ou menos autônomo, e sim das lutas dos trabalhadores ao longo da história. Essas lutas a par das conquistas e reveses, foram marcadas pelo sangue dos milhares de homens e mulheres mortos nesses embates, como bem mostrou Engels no Prefácio da *Guerra Civil na França*:

Depois de cinco dias de luta heróica os operários sucumbiram. E se produziu um banho de sangue de prisioneiros indefesos como jamais se vira desde os dias das guerras civis com que se iniciou a derrocada da República Romana. Era a primeira vez que a burguesia mostrava a que extremo de crueldade e vingança é capaz de chegar sempre que o proletariado se atreva a defrontar-se com ela como uma classe independente, que tem os seus próprios interesses e reivindicações. E apesar disso 1848 não foi mais do que um brinquedo de crianças comparado com a fúria selvagem de 1871 (MARX; ENGELS, 1977f, p. 159).

O Estado, nesses confrontos, se não na totalidade das vezes, pelo menos na grande maioria, esteve ao lado do capital, quando não, sendo ele o oponente direto

dos trabalhadores. Os exemplos históricos disso são por demais conhecidos para necessitarem ser citados - basta lembrar, os casos dos metalúrgicos no Brasil, nos anos 1970, onde os trabalhadores tinham suas assembléias sitiadas pelos tanques do exército e o caso dos mineiros ingleses, sob o governo da “dama de ferro” do capitalismo, Margareth Thatcher.

Em relação às características específicas do Estado capitalista, ainda que pesem as especificidades de tempo, lugar e grau de desenvolvimento, pode-se afirmar que o Estado é, em graus maiores ou menores, de acordo com as circunstâncias e as necessidades históricas, instrumento das frações dominantes da classe burguesa. Essa afirmativa é oriunda do *Manifesto Comunista* e objeto de estudo, entre outros, de Miliband (1972), que demonstrou as conexões existentes entre os membros da classe capitalista e o Estado, seja emprestando quadros para ocupar os cargos mais relevantes, seja pressionando os dirigentes públicos por intermédio de suas instituições corporativas. Mas, o grau em que o Estado serve de instrumento da burguesia também precisa ser relativizado, haja vista que as leis próprias do modo de produção capitalista são mais relevantes que as pessoas nesse processo. Isso foi pontuado por Poulantzas (1986), ao afirmar que as influências pessoais são importantes sim, porém são as estruturas que jogam papel determinante.

Acredita-se ter ficado claro que o caráter de classe do Estado se dá, de fato, por meio do monopólio da força, que estará sempre pronta para atuar, em todos os momentos em que o modo capitalista de produção estiver real, ou supostamente em risco. Ou ainda, quando frações dominantes da burguesia vejam seus interesses ameaçados. A Guerra deflagrada pelos Estados Unidos contra o Iraque, em março de 2003, parece ser exemplar a esse respeito.

Outro aspecto que emergiu desta investigação é que o Estado capitalista desempenha funções necessárias a quaisquer sociedades e não somente ao capitalismo, como: limpeza pública, controle de trânsito de veículos, creches, atendimento à saúde, aos doentes e aposentados etc. Para desempenhá-las, um outro ente, que não o Estado, deverá ser criado quando da superação desse modo de produção.

A despeito das inúmeras formas que o Estado tem assumido, ou vier a assumir, ao longo da história burguesa, o fez e o fará atendendo às necessidades

dessa sociedade. Porém, somente mudará seu caráter de Estado burguês, quando o modo de produção deixar de ser capitalista. Mas ele não será aperfeiçoado, ele será transformado. Essa conclusão a que já haviam chegado alguns dos teóricos analisados, a partir de Marx, Engels e Lênin, parece ter encontrado correspondência na realidade empírica a partir das experiências históricas de diversos governos europeus de orientações social-democratas e socialistas.

Quanto à manutenção do Estado, ela é feita por meio dos impostos, a partir da mais-valia extraída dos trabalhadores. O Estado, como “gerente do lar capitalista” tem sua reprodução efetivada junto com o consumo da classe burguesa. Os impostos são arrecadados a partir do excedente e não da porção necessária à reprodução da classe trabalhadora. O imposto pago pelo trabalhador não pode ser originado do tempo de trabalho destinado à manutenção e reprodução da força de trabalho, uma vez que, por pressuposto, ao trabalhador é destinado apenas o suficiente à sua manutenção e reprodução.

Sendo mantido por parte alíquota da mais-valia, ou seja, com parte dos lucros, parece natural que organismos internacionais representativos das frações hegemônicas do capital, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, busquem a implementação de Estados mais efetivos. Quer dizer, Estados que desempenhem suas funções de apoio às necessidades de acumulação do capital com o consumo mínimo de mais-valia. Dentre essas funções, destacam-se: o uso do aparato repressivo contra a população trabalhadora sempre que esta ameace o *status quo* capitalista, a proteção à propriedade privada, a implementação de infraestrutura, o favorecimento ao desenvolvimento dos mercados, a transferência de renda às frações dominantes do capital, o apoio ao capital sediado no país frente aos demais capitais etc.

Espera-se ter demonstrado que a explicação para os ganhos obtidos pela classe trabalhadora no período da forma de Estado de Bem-Estar foram decorrentes das lutas dos trabalhadores para melhorar suas condições de vida e somente se concretizaram porque os ganhos de produtividade do trabalho foram tais que possibilitaram manter a taxa de acumulação em níveis satisfatórios. Esse processo encontrou sustentação teórica a partir da mais-valia relativa. O inverso ocorreu a partir da implantação da forma Neoliberal de Estado, quando uma vez instalada a

crise, o capital vem por todos os meios tentando anular os ganhos dos trabalhadores obtidos na fase anterior.

Além disso, como defendido pelos teóricos do Capitalismo Monopolista de Estado, o Estado e suas políticas keynesianas não foi o responsável pelo período de extraordinário crescimento da economia capitalista, do pós-Segunda Guerra Mundial até fins da década de 1960, os chamados anos dourados do capitalismo. Também não o foi pela depressão profunda que se seguiu àquele período e que perdura até o presente. Ou seja, frustraram-se os que acreditaram que o capitalismo, por meio da ação do Estado, teria encontrado o moto-perpétuo do desenvolvimento.

Também questiona-se o entendimento de autores como Przeworski (1989), para quem os trabalhadores se guiam em suas lutas por meio de escolhas racionais, menosprezando as estruturas que condicionam tais lutas.

Finalmente, o Estado capitalista vem mudando sua forma de apresentação, a fim de acompanhar a evolução da acumulação capitalista, sem modificar seu caráter de Estado burguês.

## REFERÊNCIAS

- ALTVATER, E. Notas sobre algunos problemas del intervencionismo de Estado. In: SONNTAG, H. R. y VALECILLOS, H. **El Estado en el Capitalismo Contemporáneo**. 8. ed. México: Siglo XXI, 1977. p. 88-133.
- ALTVATER, E. A teoria do Capitalismo Monopolista de Estado e as novas formas de socialização capitalista. In: HOBBSBAWM, E. J. (Org.). **História do marxismo XII: o marxismo hoje**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Segunda parte, p. 283-340.
- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, P. & SADER, E. (Org.) **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO – MUNDIAL. O Estado num mundo em transformação. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1997**. Washington: Banco Mundial, 1997.
- BOBBIO, N.; BOVERO, M. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BOCCARA, P. **Estudos sobre o Capitalismo Monopolista de Estado: sua crise e solução**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. Sobre a ditadura do proletariado. In: BALIBAR, É.; POULANTZAS, N. et al. **O Estado em discussão**. Lisboa: Edições 70, 1981.
- CARDOSO, M. L. **Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK-JQ**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARNOY, M. **Estado e teoria política**. Campinas: Papirus, 1986.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução: Iraci D. Poletti. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ENGELS, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, K; ENGELS, F. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1977b. v.1, p. 6 a 60.
- ENGELS, F. **Anti-Düring**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3.ed. Tradução: Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977.
- FAIRLEY, J. French developments in the theory of state monopoly capitalism. In: **Science and society**. London: Fall, v. 54, n. 3, p. 305-325, 1980.
- GERMER, C. M. Contribuição ao entendimento do método da economia política, segundo MARX. **Texto para discussão**. Curitiba: CMDE/UFPR, n.11, 2000.

GERMER, C. M. **Fundamentos da análise da receita pública na teoria de Marx**. In: Encontro de Economia Política, 7, 2002, Curitiba: SEP/UFPR, 2002.

GOLD, D., et.al. Reciente desarrollos en la teoría marxista del estado capitalista. In: SONNTAG, H.; VALECILLOS, H. **El estado en el capitalismo contemporáneo**. España: Siglo XXI Editores, 1977.

GOUGH, I. Welfare state. In: **The new palgrave: a dictionary of economics**. London: Macmillan, 1991.

HARRIS, L. Capitalismo monopolista de estado. In: **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p. 55-56.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

HIRSCH, J. Elementos para una teoría materialista del Estado. In: **Críticas de la economía política**. México: El Caballito, n. 16-17, p.3-76, jul. –dic., 1979.

ITOH, M. **The world economic crisis and japanese capitalism**. New York: St. Martin's, 1990.

JESSOP, B. **The Capitalist State**. New York: New York University Press, 1982.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

KRADER, L. El Estado en la teoría y en la historia. In: **Críticas de la economía política**. México: El Cabalito, n. 16-17, p.3-22, jul.-dic., 1980.

LÊNIN, V.I. O Estado e a Revolução. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições “Avante!”, 1985. v.3, p. 189-281.

LÊNIN, V. I. O imperialismo, fase particular do capitalismo. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. v.1, p. 641-9.

LUKÁCS, G. **Historia y consciencia de clase**. 2. ed. Barcelona, Grijalbo, 1975.

MARQUES, R. M.. Mudanças do mundo do trabalho e proteção social. In: **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 9, n. 4, p. 46-53, out./dez. 1995.

MARX, K. **Capítulo VI inédito de O Capital** – resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, [19--].

MARX, K. **O capital**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. v.1 e 2.

MARX, K. **O capital**. Livro terceiro: o processo global da produção capitalista. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980. v.4



MARX, K. **O capital**. Livro terceiro: o processo global da produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1974. v. 5

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução: Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. 4.ed. São Paulo: M. Fontes, [197?].

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução: José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977a.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Tradução: Maria Lúcia Como. 4 ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p.12.

MARX, K. Crítica ao programa de Gotha. In. MARX, K; ENGELS, F. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1977b. v.1., p.221 a 243.

MARX, K. Salário, preço e lucro. In. MARX, K; ENGELS, F. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1977c. v. 3, p.373 a 378.

MARX, K. O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte. In. MARX, K; ENGELS, F. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1977d. v. 3, p.199 a 285.

MARX, K. Salário, preço e lucro. In. MARX, K; ENGELS, F. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1977e. v. 3, p.333 a 378.

MARX, K. A guerra civil na França. In. MARX, K; ENGELS, F. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1977f. v.1, p.155 a 218.

MARX, K. Crítica del derecho del Estado de HEGEL. In. MARX, K.; ENGELS, F. **Obras fundamentales**. MARX – escritos de juventud. México: Fondo de Cultura Económica, 1987. v.1, p.319 a 438.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977g.

MARX, Karl. **Critique of HEGEL's Philosophy of Right** <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1843/critique-hpr/intro.htm>> Acesso em: 20 out. 2001.

MAXIMIANO, A. C. **Introdução à administração**. 5 ed. São Paulo: ATLAS, 2000.

MENDES, L. R. Notas sobre teoria econômica e o Estado em Keynes e o Estado do Bem-Estar Social. In: **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza: UFCE, v. 22, n. 1/2, p. 171-181, 1991.

MILIBAND, R. **O Estado na sociedade capitalista**. Tradução: Fanny Tabak. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MOLLO, M. L. R. A concepção marxista de Estado: considerações sobre antigos debates com novas perspectivas. In: **Economia**, Niterói (RJ): ANPEC, v. 2, n. 2, p. 347-389, jul./dez., 2001.

OLIVEIRA, F. de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. **Novos estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 22, p. 8-28, out., 1988.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SALAMA, P. A natureza de classe do Estado. In: MATHIAS, G.; SALAMA, P. **O Estado superdesenvolvido**: das metrópoles ao terceiro mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SONNTAG, H. R.; VALECILLOS, H. (Org.). **El Estado en el capitalismo contemporáneo**. 8.ed. México: Siglo Veintiuno, 1988.

SWEEZY, P. M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VINCENT, J.M. El Estado e El capitalismo contemporáneo. In: **Críticas de la economía política**. México: El Caballito, n.16-17, p.161-180, jul.-dic., 1980.